

HISTÓRIA, FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO



ORGANIZADORES
LEANDRO ARAÚJO CRESTANI
LEANDRO BALLER
NILTON MARQUES DE OLIVEIRA

**LEANDRO ARAÚJO CRESTANI
LEANDRO BALLER
NILTON MARQUES DE OLIVEIRA
(Organizadores)**

**HISTÓRIA, FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS:
A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO**



2016
TOLEDO

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI
LEANDRO BALLER
NILTON MARQUES DE OLIVIRA
(Organizadores)

Editor Responsável: Osmar Antonio Conte

Diagramador: Daniel Felipe da Silva

Ficha Catalográfica: Mariana Senhorini Caron - CRB9-1462

CONSELHO EDITORIAL

Profª Dra. Aparecida Favoreto - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Profª Dra. Edinéia Fátima Navarro Chilante - Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Profº Dr. Eduardo Martins – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Profº Dr. Elias Canuto Brandão - Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Profº Dr. Marcio Luiz Carreri - Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Profº Dr. Arilson dos Santos Gomes - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

Profº Dr. Maurílio Rompato - Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

H673	História, fronteiras e territórios: a construção do espaço agrário / Leandro Araújo Crestani, Leandro Baller, Nilton Marques de Oliveira (Orgs.) – Toledo: Fasul, 2016. 150 p. 1. História-Paraná. 2. Fronteiras I. Crestani, Leandro Araújo. II. Baller, Leandro. III. Oliveira, Nilton Marques de. CDD 22.ed. 981.62
------	--

ISBN 978-85-89042-41-3

Direitos desta edição reservados à:

Fasul Ensino Superior Ltda

Av. Ministro Cirne Lima, 2565

CEP 85903-590 – Toledo – Paraná - Brasil

Tel. (45) 3277-4000 - e-mail: pos@fasul.edu.br

É proibida a reprodução parcial ou total desta obra,
sem autorização prévia da editora ou dos autores.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional.
Divulgação eletrônica - Brasil – 2016

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE ALGUMAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA FORMAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ.....10

Francisco Andre Pedersen Voll

CAPÍTULO 2 - A FRONTEIRA BRASILEIRA ARGENTINA: ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO CONTEXTO IGUAÇUENSE PÓS-ERVATEIRO.....18

Edson Matias Militelli

CAPÍTULO 3 - NAS FRONTEIRAS DA OCUPAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ (1930/1980).....28

Leandro de Araújo Crestani

Werner Engel

Antonio Kaminski Alves

CAPÍTULO 4 - FRONTEIRA AGRÍCOLA E POVOAMENTO DO NORTE DO PARANÁ: UMA BREVE CONSIDERAÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA.....39

Nilton Marques de Oliveira

Leandro de Araújo Crestani

Udo Strassburg

CAPÍTULO 5 - CONFLITOS AGRÁRIOS EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA: O CASO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO – PR (1960-1970).....54

Leandro de Araújo Crestani

Nilton Marques de Oliviera

Rosangela Maria Pontili

Moacir Piffer

CAPÍTULO 6 - A MULHER NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....68

Caroline Recalcatti Silveira

CAPÍTULO 7 - RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE VALORES CULTURAIS E ESTÉTICOS: APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE COLONIZAÇÃO, CULTURA E ARTE EM TOLEDO - PR.....76

Valdinei José Arbolea

CAPÍTULO 8 - SANGUE E VIOLÊNCIA: ATOS OCORRIDOS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE ASSIS CHATEAUBRIAND – (1968/1972).....87

Jean Carlo Rodrigues de Assis

CAPÍTULO 9 - BRASILEIROS E PARAGUAÍOS: ENTRE PRÁTICAS E TEORIAS FRONTEIRAS.....106

Leandro Baller

Carlos Gomes Florentin

CAPÍTULO 10 - GUERRILHA DO ARAGUAIA, MEMÓRIA CAMPONESA E LUTAS PELA TERRA.....134

Cássio Augusto Guilherme

INTRODUÇÃO

O presente livro tem como perspectiva discutir a temática sobre a *História, Território e Fronteira*, com o intuito de compreender a construção do espaço agrário. Os textos que compõem essa coletânea é o resultado do intercâmbio entre diversos autores que se dedicam à discussão da temática. A construção do espaço agrário é um lugar de memória, carregado de sentidos, símbolos e conflitos que o transforma, marcadas por relações sociais, econômicas e culturais.

O primeiro capítulo *“Uma análise da influência de algumas atividades econômicas na formação do Oeste do Paraná”* de Francisco Andre Pedersen Voll, mostra como algumas atividades que, em diferentes momentos, tiveram um papel importante na formação regional, sejam por terem empregado grandes quantidades de mão de obra, por terem se mostrado como uma alternativa de geração de renda e manutenção do produtor no campo, ou mesmo por terem se convertido como parte da identidade local; estas atividades são respectivamente hortelã, algodão, piscicultura e suinocultura. Algumas destas atividades ainda exercem um papel central na economia da região, outras têm um papel secundário ou mesmo desapareceram da região, mas todas ajudaram a definir traços sociais e econômicos regionais.

No segundo capítulo *“Fronteira Brasil e Argentina: aspectos históricos e socioculturais na construção de identidades no contexto Iguaçuense pós-ervateiro”* de Edson Matias Militelli, tem como objetivo manter um diálogo com o conceito de fronteira e identidade entre iguaçuenses e argentinos no contexto pós-ervateiro. Num primeiro momento, será observado o argentino e sua relação econômica com a fronteira (atual região de Foz do Iguaçu) no recorte entre 1888 e 1907, período áureo da exploração da erva-mate e da madeira. Em segunda análise, compreender a construção de identidades entre brasileiros e argentinos nos quarenta anos que se seguiram com a instalação da Colônia Militar. Desde o fim do século XIX, os argentinos sempre estiveram no imaginário e no cotidiano da fronteira, nas cercanias de Foz do Iguaçu e da região do Oeste paranaense por meio de contato econômico. Por algum tempo a exploração dos recursos naturais foi a única atividade econômica desta localidade. À medida que foram se vinculando a esta atividade. Acredita-se que estes sujeitos foram ativando raízes culturais, criando vínculos sociais e mercantilistas. A pesquisa tenta reconstruir como tal ligação se consolidou, de modo a perceber esta receptividade na construção do que podem ter sido os valores socioculturais na região iguaçuense, importantes para derivar a ideia de identidade. Sua personificação não se dá apenas pelo fato do que se construiu em torno dele, mas das relações que se estabelecem numa região de fronteira com a qual a localidade de Foz do Iguaçu se insere no contexto de tensões, de aproximações, de conflitos, entre outros e que de algum modo serviram para forjar sua característica. Esta relação que a primeira vista era econômica e em certa medida de exploração, ao passo que pode também ter estabelecido sentimentos dúbios, numa espécie de gratidão e cordialidade e de aversão entre iguaçuenses do Oeste paranaense e argentinos nos primórdios do turismo da região da tríplice fronteira e estendendo-se algumas décadas para além da instauração da Colônia Militar.

O texto seguinte *“Nas fronteiras da ocupação e o desenvolvimento da região Oeste do Paraná (1930/1980)”* escrito por Leandro de Araújo Crestani, Werner Engele Antonio Kaminski Alves tem como perspectiva discutir as fronteiras da ocupação e do desenvolvimento econômico da região Oeste do Paraná no período de 1930 até o ano de 1980. O Oeste paranaense está localizado na região que faz fronteira com a República do Paraguai a oeste, com a República da Argentina a sudoeste e com o Estado do Mato Grosso do Sul a noroeste. A região Oeste do Paraná tem a economia baseada na agroindústria e na agricultura mecanizada, integrada no circuito nacional e internacional do agronegócio, sendo as atividades agrícolas desenvolvidas por pequenas propriedades rurais, embora existam, também, latifúndios na região. A ocupação e o desenvolvimento do Oeste começaram a partir de 1930 a 1980, sendo o último espaço entre os Estados sulistas a ser colonizado pela agricultura. Assim, analisa o desenvolvimento dos ciclos econômicos da região Oeste paranaense no período de 1930 a 1980, a partir das chamadas frentes migratórias paulista, mineira e sulista na ocupação dessas terras

No capítulo intitulado *“Fronteira agrícola e povoamento do Norte do Paraná: uma breve consideração histórico-econômica”* de Nilton Marques de Oliveira, Leandro de Araújo Crestani e Udo Strassburg, analisa o processo de ocupação da fronteira agrícola na região Norte do Paraná pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (C.M.N.P.) durante as décadas de 1940 a 1960. A área de estudo se concentra no Norte do Paraná compreendendo as Microrregiões de Londrina, Maringá, Apucarana, Cianorte e Umuarama. Estas Microrregiões se destacaram pelas rápidas transformações econômicas ocasionadas pela expansão agrícola do período destacado em que se deslocaram milhares de migrantes vindos de várias partes do país e do exterior.

Em *“Conflitos agrários em uma região de fronteira: O caso da microrregião de Toledo – PR (1960-1970)”* os autores Leandro de Araújo Crestani, Nilton Marques de Oliveira, Rosângela Maria Pontili e Moacir Piffer analisam a microrregião de Toledo, situada no Oeste do Paraná, uma região de fronteira, detentora de grande área rural, cujas terras são reconhecidas como as melhores do mundo, em termos de fertilidade e produtividade. Em vista disso, foram analisados os Autos Criminais da Comarca de Toledo (1960-1970) e os registros do Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) da Unioeste, Campus Toledo, comprovando-se a ocorrência de diversos conflitos pela posse de terra, os quais evidenciaram a existência de uma disputa entre os donos do poder contra colonos, posseiros e grileiros. Concluiu-se, assim, que parte do sofrimento do camponês não foi retratada na história oficial de Toledo, na qual ficou em destaque somente os grandes homens, ou aqueles que tinham condição de manipular a justiça a seu favor.

No sexto capítulo é enfatizada *“A mulher no processo de colonização na região Oeste do Paraná”* texto em que Caroline Recalcatti Silveira tem como propósito refletir sobre a função da mulher no processo de colonização agrícola da Região Oeste do Paraná, década de 1950 a 1960, trazendo para discussão os motivos pelos quais determinados grupos étnicos foram ocupar certos locais de fronteiras. Pretende investigar quais foram as estratégias de ocupação que definem ideologicamente a identidade desses grupos, buscando essa identidade, por meio da releitura das frentes de colonização, bem como, identificar a cultura, relacionada com a vida das mulheres,

agentes desse processo. Para tanto, busca-se descrever algumas regiões do Oeste do Paraná, entendendo pelo olhar feminino como essas regiões são construídas, buscando as relações que se travam nesse espaço e como os atores sociais vão se modificando.

Em os *“Resquícios da colonização na construção de valores culturais e estéticos: apontamentos para uma reflexão sobre, colonização, cultura e arte em Toledo – PR”*, Valdinei José Arboleya, parte da análise da influência ou determinação social dos valores e da produção artística, buscando perceber o espelhamento de valores sociais nos temas e sentidos da produção cultural de um dado grupo, neste caso o município de Toledo e adjacências, no Oeste do Paraná, região caracterizada por forte influência dos padrões e valores entendidos como europeus, colocados como marcos de diferença e afirmação de uma cultura branca italiana e alemã, cristã católica e/ou protestante, com ênfase no círculo familiar, na noção de passado histórico, como o mito reavivado do pioneiro, e da forte ligação com a terra. A origem desse padrão nasce no processo de colonização, mas é reforçado pelo discurso estratégico da tradição, da afirmação consciente da condição insular do pioneiro europeu como portador de uma singular noção de progresso e organização social.

No oitavo capítulo, intitulado *“Sangue e violência: atos ocorridos no processo de colonização de Assis Chateaubriand – (1968/1972)”* de Jean Carlo Rodrigues de Assis, é parte de um trabalho maior apresentado como monografia do Curso de História Regional, tem com fontes trabalhos bibliográficos e fontes judiciais, trouxe uma construção daquilo que seria a colonização agrícola de Assis Chateaubriand, Paraná, em meio a um período de tensão e confrontos, propõe que os casos envolvendo a ação da colonizadora, posseiros e colonos que foram levados a situações extremas e tiveram resoluções controversas pode ser observado e analisado as relações sociais e culturais da comunidade em questão, podendo criar um parâmetro que irá gerar novas perspectivas de pesquisa.

No capítulo 9 – *“Brasileiros e Paraguaiois: entre práticas e teorias fronteiriças”* Leandro Baller e Carlos Gomes Florentin, denotam que as fronteiras e os estudos fronteiriços passaram a ter papel de destaque desde os fins do século XX na academia. No início do XXI esse tema de análise apresentou-se com grande expressão em várias áreas de conhecimento, perpassando desde as análises com teor mais geográfico do espaço até a necessidade de compreensão humana que se passa nesse ambiente compartilhado e palmilhado por uma variável gama de etnias e nações, tornando-se assim um objeto de análise interdisciplinar. Percebe-se então que se faz necessário estabelecer conexões cada vez mais próximas entre as teorias que se afirmam nestas diferentes áreas de entendimento para as ciências sociais e humanas até as práticas sociais que se desenvolvem nesses espaços entremeados. O caso particular aqui entre Brasil e Paraguai procura estender essa compreensão em teorias que comumente são inseridas em grandes análises sociológicas, mas que devido a sua frequente aparição no conjunto de fontes levantadas tornou-se um elemento conceitual importante para serem operacionalizados no interior dessa história que possui em seu território fronteiriço um espaço agrário em constante construção. Os simbolismos, os imaginários, e as representações que permeiam as teorias utilizadas aqui não estão fora do *modus vivendi* das populações fronteiriças que

por sua vez vivificam esses espaços desde outras temporalidades. Buscam a aproximação cada vez maior entre as teorias e as práticas fronteiriças em um espaço de ressignificação social para as pessoas, que a todo o momento sentem-se pertencidas entre o lado de lá e o lado de cá, enquanto pessoas que vivificam esse espaço agrário numa condição de fronteira e na situação de fronteiriços.

O capítulo final enfatiza a “*Guerrilha do Araguaia, memória camponesa e lutas pela terra*”, escrito por Cássio Augusto Guilherme, ele apresenta as memórias de moradores da região do Bico do Papagaio que vivenciaram a Guerrilha do Araguaia e as cruzam com a mais recente bibliografia sobre o tema. O material analisado consiste em entrevistas retiradas do documentário “Araguaia: campo sagrado” (2011) que enfoca principalmente na atuação criminosa dos agentes do exército brasileiro, que, na sanha de exterminar os guerrilheiros comunistas, não diferenciavam os caboclos locais de combatentes. O material documental apresenta a aversão dos moradores, que sofreram com prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, mortes e destruição do patrimônio dos camponeses do Araguaia.

Leandro de Araújo Crestani
Faculdade Sul Brasil – FASUL

Leandro Baller
Universidade Federal da Grande Dourado – UFGD

Nilton Marques de Oliveira
Universidade Federal do Tocantins – UFT

(Organizadores)

CAPÍTULO 1

UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE ALGUMAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA FORMAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ

Francisco Andre Pedersen Voll¹

INTRODUÇÃO

A história dos municípios da região oeste do Paraná está ligada à série de atividades econômicas que por ela passaram, sobretudo àquelas vindas do campo, principais responsáveis pelo crescimento econômico local.

Este capítulo pretende abordar como algumas atividades que, em diferentes momentos, tiveram um papel importante na formação regional, sejam por terem empregado grandes quantidades de mão de obra, por terem se mostrado como uma alternativa de geração de renda e manutenção do produtor no campo, ou mesmo por terem virado parte da identidade local; Estas atividades são respectivamente a hortelã, algodão, piscicultura e suinocultura.

Algumas destas atividades ainda exercem um papel central na economia da região, outras têm um papel secundário ou mesmo desapareceram da região, mas todas ajudaram a definir traços sociais e econômicos regionais.

HORTELÃ – AS FRENTES DE IMIGRAÇÃO PARA O OESTE DO PARANÁ

O cultivo de hortelã no Oeste do Paraná deixou marcas profundas nesta região. Para May *et al* (2007), a importância industrial da hortelã consiste no seu óleo essencial, do qual a partir de um processo de resfriamento, se retira o mentol, que tem uso na indústria alimentícia e farmacêutica.

O cultivo comercial foi iniciado na década de 1930 no Estado de São Paulo, mas na década de 1950, deslocou-se para o Norte do Paraná e posteriormente para o Oeste deste estado. Na época os agricultores acreditavam que este era um cultivo viável apenas em terras recém desbravadas, durante um período de três a quatro anos (IPARDES, 1977). Esta crença estabelecida na época ajudou a hortelã a ter um caráter de cultura desbravadora, pois em muitos lugares foi o primeiro cultivo em “terras virgens”, feito ainda sob os restos da vegetação nativa.

A plantação exigia o emprego de uma grande quantidade de mão de obra em suas etapas dentro da propriedade rural: o corte, rastelo, transporte até o alambique e a destilação.

A compra do óleo produzido na propriedade rural era feita por várias empresas, algumas delas internacionais, que se instalaram em municípios do Oeste paranaense. A ação destas empresas foi fundamental para a criação de uma cadeia produtiva da hortelã, uma vez que saindo da propriedade rural, este óleo era levado até 1 Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE). Especialista em História Econômica (UNIOESTE). Bacharelado e Licenciatura em História (UNIOESTE). Email: franciscovoll@bol.com.br

uma indústria que extraia os cristais de mentol e depois encaminhado pela empresa até o seu destino, fosse ele no Brasil ou no exterior.

O cultivo de hortelã atingiu o seu auge de produção no Paraná na década de 1970, sendo que no ano de 1975, foram registradas 265.257 t. Praticamente toda a produção ocorreu na região Oeste do estado e pode-se constatar que alguns municípios tiveram um salto populacional ligado a produção de hortelã.

Em 1970 foram registrados em Assis Chateaubriand 78.600 habitantes pelo IBGE. Souto Maior (1996) menciona estimativas de que o município teria chegado a 120.000. Conforme o cultivo de hortelã entrou em decadência, a população deste município também decaía. Em 1980, período em que a hortelã já não era cultivada em Assis Chateaubriand, o Censo registrou apenas 55.363 habitantes.

Em Palotina pôde-se observar o mesmo fenômeno. Durante o auge da cultura hortelaneira, a rede municipal de ensino teve mais de 9.000 alunos matriculados. Com as mudanças no campo provocadas principalmente pela mecanização, ocorreu um forte êxodo rural e estes números caíram no final desta década para menos de 3.000 alunos (REGINATO, 1979).

A produção de hortelã proporcionou este crescimento populacional vertiginoso em alguns municípios da microrregião de Toledo, porém este crescimento não foi sustentável, já que esta atividade possuía um ciclo de duração muito curto.

Para aqueles que não tinham mais acesso a terra, seja por propriedade ou arrendamento, restava procurar uma ocupação na cidade ou o trabalho de bóia-fria, ou emigrar para outras regiões. Conforme Rippel (2005), os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia se estabeleceram como a nova fronteira agrícola, atraíram um grande contingente de trabalhadores, incluindo uma parte expressiva do Oeste do Paraná.

Para os produtores que permaneciam no campo, mas não tinham condições de produzir grãos no novo modelo mecanizado, restava procurar um cultivo que fosse viável. Em muitos casos, o algodão apareceu como uma alternativa para substituir a hortelã.

ALGODÃO – UM DOS ÚLTIMOS GRANDES EMPREGADORES NO CAMPO

O algodão se mostrou como uma alternativa em terras que a hortelã não era mais viável², inclusive, era uma das poucas atividades que conseguia absorver parte da mão de obra excedente com o fim das grandes plantações de hortelã. Entretanto, o cultivo de algodão já era economicamente relevante no Paraná em um período que a hortelã estava recém adentrando no estado. Nas lavouras de algodão situadas no Oeste paranaense, o trabalho braçal tinha uma função primordial.

O cultivo das sementes de algodão era feito através de semeadeiras, geralmente puxadas por tratores nas plantações maiores, e por animais (mulas, bois...) nas menores. Na questão da colheita, o trabalho era todo manual, sendo que os trabalhadores arregimentados na cidade eram transportados em veículos, que variavam

2 Durante a pesquisa de campo realizada para uma dissertação de mestrado, ainda em desenvolvimento, referente a produção de hortelã na microrregião de Toledo, foi constatado que o cultivo de algodão foi um substituto usual da hortelã.

de tamanho (fusca, caminhão...), também de acordo com o tamanho da plantação³.

A venda das sementes para uma nova plantação e os venenos para combater pragas como o bicudo-do- algodoeiro⁴, bem como a compra do algodão em caroço, poderiam ser feitas por uma única empresa, que lucrava que todas estas etapas da cadeia produtiva do algodão na época⁵.

O algodão atingiu o auge da sua produção no Paraná na década de 1980, período em que o Brasil participou ativamente do mercado internacional como exportador. Em 1985 foram registrados no Paraná 1.035.661 t, porém nos anos seguintes este número foi caindo gradualmente, chegando a 71.643 t em 2003⁶ (Zimovski e Conceição, 2004).

Já na década de 1990, o Brasil passou para a condição de grande comprador de algodão (Zimovski e Conceição, 2004). Para comparação, em 1959 a produção de algodão em caroço foi de 112.903 t (Censo Agrícola 1960: Paraná - Santa Catarina).

O algodão, assim como a hortelã, não conseguiu se estabilizar na microrregião de Toledo. O bicudo algodoeiro teve grande responsabilidade por esta queda, devido aos custos com venenos eficazes no seu combate. Conforme Zimovski e Conceição (2004) existem outras causas que explicam a decadência deste produto no Brasil e algumas específicas para o caso paranaense:

O processo de abertura econômica provocou uma redução significativa das alíquotas de importação, passando de 55% em 1988 para 0% em 1990, favorecendo o produto externo.

O cultivo de algodão entrou em processo decadência em parte por forte redução do financiamento proporcionado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), caindo de R\$ 315,51 milhões em 1985 para 7,16 milhões em 2002⁷.

A cotonicultura brasileira começou a ganhar força na Região Centro-Oeste, dando ao Paraná um lugar secundário nesta atividade. As condições climáticas, topográficas, estruturas baseadas na grande propriedade (gerando melhor aproveitamento em economias de escala) e os incentivos fiscais estaduais, favoreceram o cultivo na região Centro-Oeste do país.

No Oeste paranaense, o cultivo de algodão foi uma das últimas atividades que empregaram grandes contingentes de trabalhadores no campo. Com o fim da viabilidade deste cultivo, os produtores rurais, sobretudo os pequenos, perderam mais uma possibilidade de renda.

O cultivo de hortelã e algodão perdeu relevância econômica nesta microrregião, uma vez que estes cultivos não apresentavam praticamente nenhum valor de uso para os seus proprietários, pois não existia razão além da do mercado para o cultivo em áreas significativas; diferente de outras atividades que se mantêm até os dias de hoje.

3 Informações obtidas com o relato de Cassimiro de Oliveira; nascido no norte do Paraná, mudou-se para a região Oeste em 1968, residindo no município de Ouro Verde do Oeste, local onde teve muita experiência com plantações de algodão; dos cuidados necessários no plantio, da contratação de trabalhadores até a compra de insumos.

4 O bicudo-do-algodoeiro ainda é o inseto de maior incidência e com maior potencial de dano a essa cultura (algodão): Ver mais; www.canalrural.com.br

5 Informações obtidas com o relato de Cassimiro de Oliveira.

6 Fonte: SEAB/DERAL In: Simovski, Conceição (2004).

7 Os autores deflacionaram os valores para 2002 através do IGP-DI.

PISCICULTURA – DA SUBSISTÊNCIA À IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

A piscicultura é recente na história do Brasil e do Paraná, que foi popularizada a partir do início década de 1990, alcançando um crescimento expressivo em pouco mais de uma década. Conforme Scorvo Filho (2004) a aquicultura no Brasil despontou de 20,5 mil toneladas em 1990, para 210 mil toneladas em 2001.

Na região Oeste do Paraná esta atividade começou na década de 1970, introduzindo carpas para a subsistência dos agricultores. Até meados da década de 1980, esta atividade não possuía expressão econômica para esta região. Na década de 1990 a produção de peixes teve um grande impulso com a instalação de indústrias de ração e de várias unidades de produção de alevinos⁸. Também se deve destacar o papel das prefeituras e do governo do Estado na construção de viveiros. (HERMES, 2009).

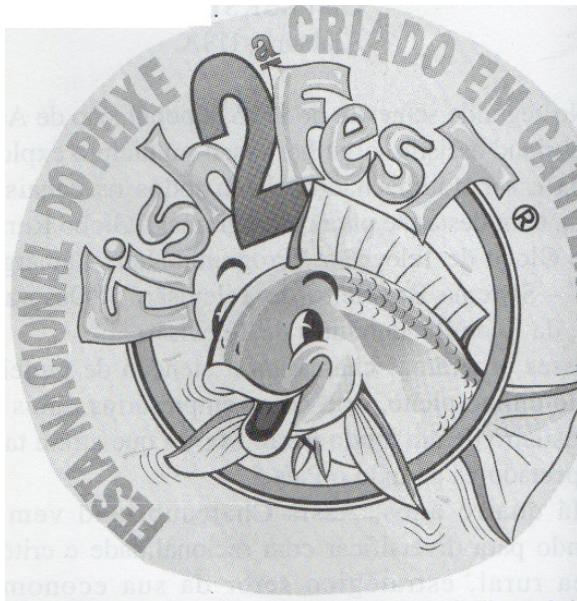
Segundo Souto Maior (1996) durante meados da década de 1990, os municípios de Toledo, Palotina e Assis Chateaubriand disputavam a vanguarda da piscicultura na região. Segundo o autor, uma série de fatores foi responsável para dar ao município de Assis Chateaubriand a dianteira na implantação de açudes destinados à piscicultura. Esta dianteira foi obtida tanto por causas naturais (clima, área alagada, número de açudes...) como pela ação do poder local, na criação de derivados feitos a partir do couro de peixe, na implantação cursos de preparo de pratos, criação de uma merenda escolar a base de peixe, seminários de aquicultura e a criação da Fish Fest – Festa Nacional do Peixe Criado em Cativeiro.

Em meados da década de 1990, o futuro da piscicultura parecia promissor em Assis Chateaubriand, mas esta atividade receberia duros golpes nos anos seguintes. Silva (2011) observa que existiu um grande investimento da gestão pública em todas as áreas da piscicultura, fazendo com que a produção de peixes mais do que triplicasse desde o início da década de 1990. Porém com o fim do mandato do prefeito Luiz do Amaral (1993 - 1996) também cessou o apoio do poder público à piscicultura, fazendo com que a atividade entrasse em decadência no município.

Apesar dos esforços, Assis Chateaubriand não conseguiu fazer da criação de peixe uma marca própria, da mesma maneira que Toledo conseguiu fazer com o porco; Mas a piscicultura consolidou-se como um produto de relevância econômico para a região Oeste.

⁸ Peixes que saíram dos ovos e já reabsorvendo saco vitelino.

FIGURA 1: Respectivamente as os logotipos da festa do Porco no Rolete (Toledo) e Fish Fest (Assis Chateaubriand). Apenas a 1º conseguiu se estabelecer.



Fonte: 1) Clube de Caça e Pesca de Toledo. 2) Souto Maior (1996)

A aquicultura ganhou força na região por oferecer mais uma alternativa de renda para os produtores rurais. Conforme Hermes (2009), a mão de obra familiar (apesar de uma série de mudanças na produção) ainda é predominantemente familiar em propriedades que criam alevinos em Toledo, ou seja, a piscicultura ainda se constitui como uma fonte de renda no meio rural.

A SUINOCULTURA – A CONSOLIDAÇÃO DE UMA MARCA E AS SUAS EXTERNALIDADES

A criação de suínos com fins comerciais teve um papel importante na ocupação do território paranaense. Conforme Wachowicz (2010), a suinocultura desenvolveu-se no Estado do Paraná a partir de antigas colônias, que estavam espalhadas pelo interior. Estes animais eram inicialmente criados soltos em milharais, sendo adquiridos por um *safrista*, um comerciante, responsável por levar os animais até um mercado para serem comercializados.

Na região Oeste, a suinocultura teve um papel importante nos primeiros anos de colonização. Conforme Grondin (2007), o abastecimento da comida e outros recursos necessários para satisfazer as necessidades humanas, eram vitais na luta pelo desbravamento. Ainda segundo o autor, o comércio de porcos já existia em Toledo no final da década de 1940. A suinocultura começaria a ganhar uma relevância econômica na década seguinte.

Em 1959 um grupo empresarial de Maringá, em associação com empresários locais, foi responsável por instalar em Toledo um frigorífico de abate de suínos, o Frigorífico Pioneiro S.A (RIPPEL *et al*, 2007).

Um salto significativo de produção no início da década de 1960. A Sadia Concórdia S.A comprou o antigo Frigorífico Pioneiro em 1964, aumentando o abate diário de 100 suínos por dia, para 600 suínos em 1971 (DALLA COSTA, 2006). Pela instalação deste frigorífico que ganhou a fama de “o maior frigorífico da América Latina”, o município incluiu o prato do porco no rolete em uma comemoração anual, sendo realizada em 1974 a primeira “Festa do Porco Assado no Rolete” (SCHNEIRDER, 2009). Com o passar dos anos, a figura do porco foi integrada ao imaginário local.

Assim como as demais, esta atividade não trouxe apenas benefícios para a região. Conforme Winter et al (2005) a criação de suínos trouxe para o município de Toledo tanto externalidades positivas quanto negativas:

A suinocultura é marcada pelo emprego da mão de obra familiar e a geração de renda no campo, principalmente nas pequenas propriedades, mas estes efeitos positivos também atingem o meio urbano. A suinocultura também influencia outras cadeias produtivas, como a da soja e do milho (ROESLER E CESCNETO). A geração de energia por biodigestores e a produção de biofertilizantes, ambos feitos a partir das fezes dos porcos, também podem ser vistos como externalidades positivas (WINTER *et al*, 2005).

As externalidades negativas são observadas principalmente no meio ambiente, como a contaminação de águas superficiais e subterrâneas, alteração nas características do solo, poluição do ar e outros problemas derivados (WINTER *et al*, 2005). Talvez o maior problema ligado a suinocultura não seja uma exclusividade desta atividade, e também não se encontra na área rural; trata-se do “desmonte” do porco realizado nos frigoríficos.

Conforme Heck e Thomaz Júnior, é comum ao trabalho frigorífico em todo o mundo, a ocorrência de Lesões Por Esforços Repetitivos (L.E.R), doenças psicológicas, mutilações, etc. Pela representatividade em número de pessoas que trabalham com o abate de suínos (e também de aves) na região Oeste, não se pode

ignorar os problemas inerentes a esta atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as atividades analisadas, é possível observar que estas causaram uma série de impactos, sejam eles negativos ou positivos, na construção do Oeste paranaense.

Mesmo os cultivos como a hortelã e o algodão, tiveram um papel importante na atração e manutenção de frentes de trabalho. Mesmo que muitos destes trabalhadores tenham se dirigido para outras regiões após o fim destas atividades, ajudaram a definir os contornos étnicos da região. Tanto a hortelã quanto o algodão foram cultivados majoritariamente pelas frentes de trabalho vindas do norte do Paraná.

A piscicultura e a suinocultura tiveram origens semelhantes, usados inicialmente em criações de subsistência, começando com mercados limitados, mas em poucas décadas ganharam representatividade econômica.

Estas não foram as únicas atividades exercidas no Oeste paranaense, mas certamente o entendimento das suas dinâmicas em diferentes épocas, ajuda na compreensão da formação desta região.

REFERÊNCIAS

DALLA COSTA, Armando João. **Sucessão e Sucesso nas Empresas Familiares**. Curitiba. Juruá Editora, 2006. 204p.

GRONDIN, Marcelo. **O alvorecer de Toledo: na colonização do Oeste do Paraná**/ Marcelo Grondin; organização de Moema Viezzer – Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2007.

HECK, Fernando Mendonça e THOMAZ JUNIOR, Antônio. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil.. In: **SEMINARIO DE SAUDE DO TRABALHADOR DE FRANCA**, 8., 2012, Franca. **Proceedings online...** Unesp Franca, Disponível em: www.proceedings.scielo.br/. Acesso em: 26 de Novembro.

HERMES, César Ademar. **Sistema Agroindustrial de Tilápia na Região de Toledo-PR e Comportamento de Custos e Receitas**. Jaboticabal, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960: Paraná – Santa Catarina**. Volume II – Tomo XII 2º parte. (VII Recenseamento Geral do Brasil).

IPARDES. **Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas**. 1977.

MAY, A.; MORAES, A.R.A. de; BOVI, O.A.; MAIA, N.B.; PINHEIRO, M.Q. ***Mentha arvensis* L.** 2007. Artigo em Hypertexto. Disponível em: www.infobibos.com. Acesso em: 4/12/2013

PE. PEDRO REGINATO. **História de Palotina 1954 – 1979.** PALLOTTI. Santa Maria – RS 1979. 237p.

RIPPEL, R. FERRERA DE LIMA, J. BORGES, R. J. Cadeias produtivas no desenvolvimento regional: o caso de Toledo no Oeste do estado Paraná. In: V Encontro de Economia Paranaense. Anais... Curitiba: UFPR, 2007.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000/** Ricardo Rippel. – Campinas, SP: [s.n], 2005.

ROESLER, M. R. V. B e CESCO NETO, E. A. **A produção de suínos e as propostas de gestão de ativos ambientais: o caso da região de Toledo no Paraná.** Toledo – PR, 2004.

SCORVO FILHO, J. D. – O agronegócio da aquicultura: perspectivas e tendências. In: **Zootec**, 2004.

SCHENIEDER, Cláides Rejane. **Mesa Farta.** In: Revista de História da Biblioteca Nacional. 2009. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em 24/11/2014.

SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. **“Morada Amiga” no Oeste do Paraná: memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960/2010).** Márcia Cristina Rodrigues da Silva – Marechal Cândido Rondon, 2011. 111p.

SOUTO MAIOR, Laércio. **História do Município de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná.** Laércio Souto Maior. Maringá, Clichetec/ Gráfica e Editora, 1996. 391p.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **História do Paraná/** Ruy Cristovam Wachowicz. 2d. Ponta Grossa; Editora UEPG, 2010. 335p.

WINTER, R., BRAUN, M. B. S., LIMA,, J. F. **Notas Sobre o Impacto na Produção de Suínos na Bacia do Rio Toledo – Paraná.** UNIOESTE. Ribeirão Preto/SP, 2005.

ZIMOVSKI, A. R, CONCEIÇÃO. R. J. **A evolução da cotonicultura no Brasil e no Paraná.** Análise Conjuntural, v.26, n 9-10. p. 16, set/out. 2004.

CAPÍTULO 2

A FRONTEIRA BRASIL E ARGENTINA: ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO CONTEXTO IGUAÇUENSE PÓS-ERVATEIRO

Edson Matias Militelli⁹

INTRODUÇÃO

Discutir o problema de identidade não é uma tarefa fácil para o pesquisador, ainda quando a temática envolve sujeitos antagônicos que em alguma parte representam interesses opostos. Neste recorte, destaca-se a presença de distintas nacionalidades que se confluíram e se forjaram por meio de atividades econômicas (neste caso a exploração da madeira e da erva-mate) impregnando a partir de tal ato, importantes características, tais como a linguagem e os costumes. “As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais.” (HOBBSAWN, 1990: 15). Chamamos a atenção para demonstrar que estes sujeitos (denominados argentinos e brasileiros) circulavam pelos territórios da fronteira assim descritos neste texto, desprendidos da noção de nacionalidade. Contudo, esta fora uma das justificativas para se legitimar a necessidade de uma construção nacional por parte das autoridades brasileiras, nesta, os militares. Todavia, cabe ressaltar que determinados oficiais não criaram de maneira mais ostensiva, algo que podemos chamar de identidade nacional, já que os membros da Colônia militar em questão, não conseguiram cumprir efetivamente o papel de sentinela, devido às precariedades enfrentadas pela região inóspita. Pelo contrário, o papel desempenhado pelos mesmos estava mais ligado em defender seus interesses (facilitando a exploração da erva-mate e da madeira caracterizada pelo comércio argentino) e explorando ou expulsando os colonos da região dentro e fora da colônia, como por exemplo, “a não demarcação das terras dos colonos; a não expedição da titulação dos mesmos terrenos; a invasão e extração de madeira, erva-mate e da produção agrícola pertencente aos colonos; a expulsão de colonos como estratégia para obter acesso a terra por militares ou a redistribuição a outras pessoas, não necessariamente a colonos; e a prática do clientelismo e do coronelismo dentro e fora dos limites do território da Colônia Militar” (MYSKIW, 2011:27). Um dos fatores que teria delimitado tais diferenciações remetia ao fato do estrangeiro se utilizar da linguagem hispana e indígena (destaco o guarani) inserindo até mesmo o paraguaio nesta localização. De acordo com Wachowicz (WACHOWICZ, apud GREGORY, 2012: 46) “em duas décadas, a costa paranaense viu-se ocupada por 9 Mestre em em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE/Foz do Iguaçu).

duas dezenas dessas obras, e povoada por milhares de trabalhadores”, justificando a força produtiva do paraguaio nativo, ou seja, o guarani.

Os argentinos que ora destacamos no texto, são empreendedores e capatazes de empresas exploradoras de erva-mate (Obrages) que de acordo com discursos de moradores e viajantes, são tidos como algozes e exploradores, por conta de que era melhor identificá-lo como tal, pelo fato dos conflitos diplomáticos que ora ocorreram com a anexação de Misiones e a Questão de Palmas¹⁰, não bem resolvidas em detrimento de culpabilizar o paraguaio, pelo fato da Guerra da Tríplice Aliança, muito mais resolvida e findada. De acordo com Valdir Gregory (2012: 54) “Os escravos seriam sempre brasileiros ou paraguaios, mas os capatazes, na sua quase totalidade, seriam argentinos que nutriam contra os mesmos uma manifesta antipatia”. Denuncia, ainda, a prática de abusos contra a honra e a intimidade de mulheres e filhas dos trabalhadores.

Desta maneira, por meio destes discursos e pelas narrativas aqui elencadas neste texto, reforço a ideia de que sentimentos ambivalentes tenham se destacado entre brasileiros e argentinos nestes espaços, e que são, ao mesmo tempo, importantes para a construção e consolidação da personificação dos sujeitos (brasileiros moradores de Foz do Iguaçu) e que de alguma maneira forjaram a relação entre estas nacionalidades, destacando-se, por exemplo, a constituição do turismo nascente, algumas décadas adiante do período ervateiro e madeireiro. Os conflitos agrários que ora ocorreram pela posse e apoderamento da terra, resultaram numa confluência de idiomas e costumes, conceitos e pré-conceitos entre duas identidades (ou mais) postos numa região de fronteira. “Estes (sujeitos) se condensaram na teia de relações que foi a fronteira ora pronunciada, demonstrando e criando, em certo modo, várias características mescladas e sentimentos diversos, sejam eles de amizade ou inimizade, felicidade ou tristeza, gratidão ou indignação.” (MARTINS, 2009: 134) de maneira que tais conflitos, encadearam uma construção de personalidades, que se fizeram numa região de fronteira caracterizada por tais conflitos.

A REGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX – ALGUNS PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

A formação do município esteve ligada diretamente à implantação do estabelecimento de uma Colônia Militar¹¹. O que se sabe é que por volta dos anos de 1888 e 1889 o recém-criado governo republicano tinha um projeto de demarcação e controle

10 A questão de Palmas foi um litígio territorial entre Brasil e Argentina ocorrida por volta de 1890 e 1895. A Argentina reivindicava parte do território das atuais regiões do oeste do Paraná e de Santa Catarina. O conflito diplomático foi resolvido sob o arbítrio de Grover Cleveland, presidente norte-americano que concedeu a região disputada ao Brasil, reivindicada pelo Barão de Rio Branco, então advogado e diplomata do Brasil a partir de 1893. Rio Branco apresentou ao presidente uma documentação composta por seis volumes: A questão de limites do Brasil e da República Argentina (1894). In: ARAÚJO FILHO, José Tadeu Campos. Uma análise Geopolítica da Questão de Palmas. Palmas: Kayngangue, 2009.

11 A Colônia militar se estabeleceu no ano de 1888 na tentativa de demarcar territórios. É importante ressaltar que a mesma tentou cumprir o papel de “nacionalizar” fronteiras, o que com a região Oeste não foi diferente, principalmente no que diz respeito aos conflitos vivenciados junto ao Paraguai na guerra da Tríplice Aliança e, ademais, juntamente à Argentina, pelo fato da mesma dominar economicamente a bacia fluvial do Paraná, através da exploração madeireira e ervateira. (Grifo meu).

das fronteiras e por isso enviou uma comissão para que um destacamento militar fosse incorporado à região, localizado no oeste paranaense. De acordo com Gregory (2012, p. 50) “As narrativas têm como pano de fundo a necessidade da construção da nacionalidade brasileira. Iniciativas neste sentido e a concretização de um posto militar avançado eram justificativas pelo ambiente gerado após os conflitos da Tríplice Aliança contra o Paraguai na segunda metade do século XIX. Os sucessos na guerra motivaram a presença física e ideológica na tríplice fronteira”. Porém, muitas foram as privações enfrentadas pelos militares. A falta de estrutura, comunicação e acessibilidade, obrigaram os mesmos a criarem novas condições de sobrevivência, entre elas, trocas comerciais e negociações com colonos que viviam na região, criando uma oportunidade de comercialização de erva-mate e madeira com o mercado argentino, desviando-se aos poucos da proposta inicial de salvaguardar as fronteiras, e explorando estes colonos através da documentação e demarcação de territórios, conforme assinala Myskiw (2011) “os diretores da Colônia militar contribuíram ainda mais para o acirramento dos conflitos agrários na medida em que deixaram de realizar a demarcação dos terrenos concedidos aos colonos e de não expedir os documentos provisórios e definitivos das terras aos colonos”¹². Desta maneira, com os conflitos e os problemas agravados com a documentação e legalização de terras, sustentado pela Lei de Terras de 1850¹³, configurou-se o que seria o início da povoação do que mais tarde seria a localidade de Foz do Iguaçu, atrelada à exploração dos recursos naturais incipientes. De acordo com José de Souza Martins (2009) “a figura central e sociologicamente reveladora da realidade social da fronteira e de sua importância histórica não é o pioneiro. A figura central e metodologicamente explicativa é a vítima”¹⁴ posto que os colonos, nesta questão, fazem o papel de expropriados da terra, pois é este o sujeito que se destaca diante da situação de opressão enfrentada pelos então comandantes da Colônia. Ainda referenciando Martins (2009) “o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, como escravidão, bases da violência que a caracteriza”¹⁵, em outras palavras, como já fora acrescentado na Lei de Terras, as relações de trabalho (poder e força diria) estavam ligadas a uma política de exploração e sujeição.

Além disso, pode-se dizer que o contato com comerciantes vindos da Argentina (das cidades de Posadas e Corrientes) alteraram, também, as relações entre os colonos e sua relação com o trabalho na terra, pois os “negociantes de Posadas e Corrientes passaram a interferir direta e indiretamente no projeto colonial, a ponto dos colonos enxergarem no mercado ervateiro e madeireiro uma oportunidade maior de renda, culminando no abandono do trabalho agrícola e pastoril para sobreviver da extração de erva-mate e madeira” (MYSKIW, 2011) o que caracterizou um novo

12 In: MYSKIW, Antonio M. A fronteira como destino de viagem: A colônias militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Unicentro, 2011.

13 Regime fundiário que substituiu a divisão territorial por sesmarias no Brasil. O que se percebe é que mesmo durante o período republicano (no período da erva-mate e da madeira) os conflitos de terra ainda possuem reminiscências arcaicas e monárquicas que retomam através das práticas e dos discursos, a divisão sesmarial. (Grifo meu).

14 In: MARTINS, José de Souza. Fronteira. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. p.10.

15 Ibidem, p. 12 e 13.

cenário na região e que foi balizado pela nova atividade econômica. De certo modo “essa expansão territorial traz para a própria fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista do capital: o mercado de produtos e de força de trabalho e com ele as instituições que regulam o princípio da contratualidade das relações sociais, que é o que caracteriza a sociedade moderna. O mercado que constitui na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação do território”¹⁶. O que iremos observar a partir disso será uma região com extrema conexão com o mercado platino ao ponto da mesma desenvolver uma cultura e característica próprias, marcadamente nas relações cotidianas, propiciadas pelo mercado ervateiro e madeireiro. As relações com este mercado acabam por impregnar nestes habitantes uma ligação com os costumes dos comerciantes argentinos que hora estavam se configurando.

SITUANDO O ARGENTINO NA REGIÃO DE FRONTEIRA

Como já vimos, desde o fim do século XIX, os argentinos sempre estiveram no imaginário e no cotidiano da fronteira nas cercanias de Foz do Iguaçu e da região do Oeste paranaense. Neste recorte, como também vimos que os mesmos iniciaram este contato econômico ligado à extração da erva-mate e da madeira. Foi talvez, por muito tempo, a única atividade econômica desta localidade. Na medida em que foram se vinculando a esta exploração, acreditamos que estes platinos foram intensificando raízes culturais interessantes, criando vínculos sociais que foram além das questões mercantilistas. Assim, tento imaginar como esta ligação se consolidou, de modo a perceber esta receptividade na construção do que podem ter sido os “valores” sócio-culturais na região de Foz do Iguaçu, importantes para impregnar a ideia de identidade. Sua personificação não se dá apenas pelo fato da ideia que se construiu em torno dele, mas das relações que se estabelecem numa região de fronteira como a que a cidade de Foz do Iguaçu está inserida no contexto de tensões e de aproximações, de conflitos, entre outros e que de algum modo, isto serviu para forjar sua característica.

Esta relação que a primeira vista (era econômica e em certa medida de exploração) ao passo que pode também ter estabelecido sentimentos dúbios, uma espécie de gratidão e cordialidade e sentimentos de aversão entre iguaçuenses e argentinos nos primórdios do turismo da região da tríplice fronteira, e que se estendeu algumas décadas após a instalação da Colônia Militar.

Para fundamentar esta hipótese continuaremos a utilizar as pesquisas de Antônio Marcos Myskiw já mencionado anteriormente e acrescentaremos as memórias de Otilia Schimmelpfeng¹⁷, pioneira de Foz do Iguaçu.

¹⁶ Ibidem p. 157.

¹⁷ SCHIMMELPFENG, Otilia. Retrospectos iguaçuenses: Narrativas históricas de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu: Tezza, 1991.

AFRONTA HUMANA: ARGENTINOS X IGUAÇUENSES NO CONTEXTO PÓS-COLÔNIA MILITAR

Como já foi descrito, a relação entre brasileiros e argentinos (economicamente) torna-se legitimada através da instalação da Colônia Militar em fins de 1889 que estava localizada próxima à foz do rio Iguaçu. O distanciamento da região, a falta de comunicação com o então governo central (A República recém-concebida) fizera com que estes militares se voltassem para os mercados argentinos, uma forma de escapar da fome e ver uma proposta de negócio, desarticulando o próprio ofício (o de sentinelas da fronteira) como assinala Myskiw (2011) “o isolamento e a distância do núcleo urbano brasileiro mais próximo (Guarapuava) levaram militares e colonos a se aproximar e a depender dos negociantes argentinos para sobreviver [...] para comerciantes e negociantes argentinos, a instalação de uma Colônia Militar junto ao rio Paraná era sinônimo de lucros, de oportunidades diversas de comércio e contrabando”. Tal relação pode ter criado uma homogeneização no mercado local, pois a soberania nacional esboçada pelos militares estava restrita ao destacamento, ou seja, não se traduzia aos demais sujeitos (colonos e estrangeiros) que se inter-relacionavam. Em outras palavras, o sentimento de estado-nação não se desenvolveu num primeiro momento pelas quais, julgo as seguintes justificativas: Primeira: A distância do governo central com a região pode não ter desenvolvido este desejo de unidade e também pela precariedade de informações. Segunda: O governo central presidido pelos militares estava mais preocupado com a demarcação e definição de fronteiras, não com uma identificação nacionalista, pois tal sentimento circundava apenas entre a ala militar daquele período cuja participação popular era nula. Terceira: O relacionamento comercial entre os militares com os estrangeiros (inclusive os argentinos) pode ter desenvolvido uma identidade única na região, pautada no comércio da erva-mate e na extração da madeira por meio da exploração dos colonos da região, segundo Myskiw (2011) “centenas de pessoas de diferentes nacionalidades habitavam e exploravam as matas e rios. Na tentativa de limitar e controlar a ação exploratória naquela porção do território brasileiro, os militares resolveram matricular como colonos muitos dos antigos habitantes brasileiros e estrangeiros”.

As relações conflituosas com os argentinos na fronteira, antes descrita, também podem ser traduzidas nas memórias dos pioneiros, como foi o caso de Otilia Schimmelpfeng que retrata em suas “lembranças”, cenas do período que precede à Colônia Militar onde se desenvolveu as primeiras embarcações de pessoas via fluvial (passagem de pessoas pelo rio Iguaçu) demonstrando sentimentos contraditórios, ora de críticas em relação ao “imperialismo” madeireiro e ervateiro (se podemos conceituá-lo desta maneira), ora de admiração pelo fato dos mesmos terem trazido desenvolvimento à região. Segundo estudos de Colodel (1988) “a Colônia militar de Foz do Iguaçu passou por muitas dificuldades em épocas distintas, que culminaram num lento crescimento urbano e rural”¹⁸, ou seja, não houve o que podemos chamar de “franco desenvolvimento”, mas que o comércio da madeira e da erva-mate resumia-se propriamente às trocas comerciais e que foram importantes para o desenvolvimento do turismo incipiente.

18 In: COLODEL, José A. Obras e Companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura municipal, 1988.

Encontramos uma citação da própria Otília (1991) duas passagens em que a mesma tece em seu imaginário, duas situações muito interessantes: A primeira, demonstrando um sentimento de submissão e encarceramento por depender do mercado estrangeiro, evidenciando descontentamento, pois a fonte (Schimmelpfeng, 1991) não quer perder sua identidade enquanto brasileira. E a segunda referência, mesmo que a autora tenha colocado a imposição do comércio platino, concorda que a navegação do país vizinho foi importante para que houvesse desenvolvimento para aqueles que habitavam a região da então Foz do Iguaçu:

[...] Conservando sua dignidade nacional, Foz do Iguaçu viveu sob a dependência do mercado argentino [...] apagaram-se as raízes da fronteira numa mistura de língua, usos e costumes, criando um ambiente tão diverso de nação brasileira que até o “mil réis” se converteu em “peso”, nas operações comerciais [...] Assim veio a Argentina assenhorear-se da navegação do trecho Posadas-Pôrto Mendes trazendo, sem dúvida, benefícios à região, pois oferecia o meio de acesso às povoações que se iam formando [...] (SCHIMMELPFENG, 1991, p. 60.)

Otília Schimmelpfeng não deixa claro em sua obra o período em questão, todavia, ao mencionar as moedas em circulação da época, acredito que pode ter sido entre as décadas de 1910 e o final de 1930 já que o cruzeiro foi implantado pelo governo Vargas em 1942¹⁹. Também percebi nas palavras de Otília, certa gratidão “dependente” e, quiçá, sua manifestação pode dar uma ideia de como foi decisiva para a construção do mito do argentino na fronteira e que, pode ter servido de base, para entender o conceito do próprio “argentino” que possuímos (nós enquanto iguaçuenses) e que construímos hoje no presente. De acordo com Pollak²⁰ (1989) “uma memória também ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforçam os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais”, em outras palavras, as experiências vivenciadas e recordadas por pioneiros como Otília Schimmelpfeng, por exemplo, mostra o que de fato foram os sentimentos de pertencimento dado às suas recordações, quando posicionadas em relação aos comentários direcionados aos argentinos e os momentos em que se fazem comentários em relação ao comércio e sua identidade por exemplo. As afirmações de Otília também demonstram resistência.

Atualmente, a relação com que o iguaçuense possui com o argentino (de Puerto Iguazú) na fronteira baseia-se no turismo de lazer e no circuito gastronômico. Porém, em minhas pesquisas, o vínculo antecede um período anterior. Sustentando esta ideia, no texto de Otília também, encontram-se referências em suas memórias de passeios a bordo dos vapores que entre cruzavam os rios Paraná e Iguaçu e de como era bom passar o dia em tais embarcações e como os moradores de Foz do Iguaçu daquele contexto, buscavam encontrar um padrão social-cultural. Nas palavras de Otília,

19 FABER, Marcos. História do dinheiro no Brasil. In: www.historialivre.com Acesso: 01 de junho de 2014 às 10h30min.

20 POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol.02. N. 03. p. 3-15.

[...] As senhoras e senhoritas gostavam de comprar revistas argentinas de farta matéria! [...] pela manhã era apreciado o “desayuno” servido a bordo; um bife à cavalo acompanhado de batatinha frita e aquele copo de vinho [...] Na capital argentina a estada se prolongava, com feição turísticas... A brasileira, que sabia ser “raffinée” tinha de fazer as compras da temporada, para uma apresentação condigna no meio social de sua terra [...] (SCHIMMELPFENG, 1991, p. 62- 65).

Em tese, reafirmo a ideia da tentativa de se forjar padrões sociais, uma vez que a cidade de Foz do Iguaçu estendia seu olhar para a foz de seus rios e não para o Estado, dada às precariedades enfrentadas no período já mencionadas (a falta de estradas que ligavam a região oeste com as demais localidades, gerando a incomunicabilidade) o que fez com que os moradores se moverem para o mercado platino, fixando e criando tais padrões.

Além do mais, também não descarto, todavia, a ideia do descontentamento em relação a esta dependência ao mercado estrangeiro, motivado por um sentimento dúbio (também de aversão) o qual havíamos mencionado anteriormente. E é neste cenário que podemos tentar responder a pergunta: Quem é este argentino? De modo que os resultados podem ser os seguintes: Um sujeito que se inseriu na região, primeiramente pelo viés da exploração econômica mantendo contatos com os militares da Colônia Militar e que mais tarde iriam criar padrões comportamentais (a exemplo da língua, dos costumes, da culinária e da moeda) em períodos em que poucas eram as referências e que, em certo modo, isto também foi decisivo para a criação do que mais tarde viria a ser o início do turismo na região da tríplice fronteira (já elencado) aliando-se aos recursos naturais existentes na região, como o caso das Cataratas do Iguaçu.

O CONCEITO DE FRONTEIRA FORJADO NA REALIDADE DA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA NO CONTEXTO PÓS-ERVATEIRO/MADEIREIRO

Mediante os estudos realizados, vimos que a relação entre os comerciantes argentinos e os moradores de Foz do Iguaçu (colonos em sua maioria) daquele contexto, foi de certa maneira, uma relação mercantilista, já que num primeiro momento, houve a necessidade por parte da Colônia Militar, outrora mencionada, de realizar tramites comerciais pela inexistência de uma política de apoio por parte do governo central daquele período e que se perpetuou nos anos que se seguiram. Além disso, forjou-se a ideia de dubiedade em relação a este mercado, como já fora colocado, no conflito de sentimentos ora de agradecimento, ora de frustração pela dependência demarcada, já que os habitantes tinham pouca ligação com o Estado de modo geral, devida a precariedade das estradas que se comunicavam a outras regiões, como por exemplo, a cidade de Guarapuava²¹, núcleo urbano mais próximo do extremo Oeste Paranaense. Em certo modo, não se pode esquecer que tais características, devidamente marcadas, são caracterizadas por fronteiras, pois que “é na fronteira que se pode observar

21 Como já colocado no texto, apoiados inclusive por Myskiw (2011), havia primeiramente picadas que interligavam a região de Foz do Iguaçu até a cidade de Guarapuava. Somente em março de 1969 a rodovia BR-277 seria inaugurada. In: HABITZHEUER, Rubens Roberto. A Conquista Da Serra Do Mar. Curitiba: Biblioteca Pública Do Paraná, 2000.

melhor como as sociedades se formam se desorganizam e se reproduzem”²² que vão além propriamente do conceito geográfico baseado no limite e que foi separada pelo Rio Iguaçu²³. Mas o que ocorreu pontualmente é que os ajustes e desajustes entre brasileiros e argentinos das primeiras décadas do século XX, foi que as fronteiras também foram ideológicas e conflituosas. De acordo com os estudos de José de Souza Martins (2009) “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”²⁴, pois que neste espaço se estabelece uma correlação de forças, onde cada sujeito forja-se a partir do outro, partir da ligação que os mesmos estabelecem com o mercado ervateiro e madeireiro. Talvez esta concepção nos ajude a compreender o lamento de Otília ao se referir às embarcações argentinas como “assenhorear-se da navegação”. Martins (2009) ainda afirma que “a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes grupos humanos”²⁵, em outras palavras, posto que a fronteira seja humana, “a fronteira aparece frequentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade”²⁶ entrelaçada e travada entre os sujeitos que a disputam que vão além das raias físicas, demarcando também, uma fronteira de valores morais e culturais, ou seja, “a fronteira é, no fundo, exatamente o contrário do que proclama o seu imaginário e o imaginário do poder que muito frequentemente se infiltra o pensamento acadêmico”²⁷, o que também pode ser evidenciado quando Otília, novamente, pode ter experimentado quando relembra a embarcação e imagina a cena do *desayuno* (café da manhã) servido a bordo e os determinados valores que representam tanto na “brasilidade” que a mesma também coloca, como a gastronomia “argentina” singularmente descrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, percebemos que as inter-relações em que a fronteira Brasil e Argentina (Atualmente Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú juridicamente), ou melhor, fronteiras de identidades e nacionalidades, ocorreram através do comércio ervateiro e madeireiro no contexto do final do século XIX e início do século XX, por meio de relações de conflito e submissão. A opressão pode ser considerada a partir do momento em que houve a existência de trabalhadores, por meio de contratos irregulares e condições insalubres de trabalho (destacamos os *mensus* e o trabalho nas empresas *obrageras* nesta localização) dando origem a uma série de relações das mais diversas, que conseqüentemente, favoreceu o fortalecimento do que hoje podemos chamar de identidades na fronteira no extremo oeste do Paraná. Através das mesmas, cria-se um cenário único, fomentando mais tarde em relações comerciais, onde se desenhou uma série de diálogos na fronteira, onde iguaçuenses, por falta de comunicação com o governo central, dada as precariedades diversas qual destacadas

22 In: MARTINS, José de Souza. Fronteira. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. P.10.

23 O rio Iguaçu divide a fronteira física entre Brasil e Argentina.

24 Ibidem, p. 133.

25 Ibidem p. 10.

26 Ibidem p. 141.

27 Ibidem p. 14.

neste texto, mantiveram um maior contato com o mercado argentino, de modo a manter sua permanência e sobrevivência. Esta dependência pôde criar elementos singulares no cotidiano social destes iguaçuenses, onde de acordo com as narrativas de alguns dos pioneiros (a exemplo de dona Otília Schimmelpfeng) o mercado local se converte em moeda única, neste caso o peso, que dominou os tramites comerciais por algum tempo, dando uma noção de homogeneidade, criando uma ideia de uma só identidade. O que percebemos com estas memórias são formas de negociações dentro de espaços na fronteira, e neste caso, as fronteiras se deram através dos sujeitos em determinadas correlações, indo além dos limites propriamente materiais.

Tais fatores criaram o que hoje entendemos como turismo na tríplice fronteira, no qual, juntamente com os recursos naturais existentes na região (Cataratas, por exemplo) conjecturaram-se numa busca de referenciais, seja nas vestimentas, nos passeios ou na gastronomia (também recordada por Otília) e que tinha as regiões fluviais como corredores destes valores culturais, tecendo as identidades entre os referidos sujeitos.

E mesmo que através de experiências dolorosas outrora mencionadas, em que se ocasionaram a exploração do trabalho, como as violências cometidas, podemos afirmar que as mesmas foram decisivas para a construção de elementos fundamentais das formas em que se encadearam e estabeleceram e que de algum modo analisadas a partir das relações entre sujeitos, marcado tanto por aproximações como conflitos, pois que, onde estes se condensaram na teia de relações que foi a fronteira ora pronunciada, demonstrando e criando, em certo modo, várias características mescladas e sentimentos diversos, sejam eles de amizade ou inimizade, felicidade ou tristeza, gratidão ou indignação. Esperamos que o simples texto aqui apresentado possa de alguma maneira contribuir para que o estudo da fronteira Brasil e Argentina, no sentido de ajudar a compreender de uma maneira mais humana, as relações entre estas duas identidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, José Tadeu Campos. **Uma análise Geopolítica da Questão de Palmas**. Palmas: Kayngangue, 2009.

COLODEL, José A. **Obrages e Companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura municipal, 1988.

FABER, Marcos. **História do dinheiro no Brasil**. In: www.historialivre.com Acesso: 01 de junho de 2014 às 10h30min.

GREGORY, Valdir. **Obrages nos sertões do Paraná: Exploração, Trabalho e Fronteiras**. In: Revista Ideação. V.14. Nº 01. Foz do Iguaçu: Unioeste, 2012, p. 43-65.

HABITZHEUER, Rubens Roberto. **A Conquista Da Serra Do Mar**. Curitiba: Biblioteca Pública Do Paraná, 2000.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MYSKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem: A colônias militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol.02. N. 03. P. 3-15.

SCHIMMELPFENG, Otília. **Retrospectos iguaçuenses: Narrativas históricas de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Tezza, 1991.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos: História do Oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1987.

CAPÍTULO 3

NAS FRONTEIRAS DA OCUPAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ (1930/1980)²⁸

*Leandro de Araújo Crestani*²⁹

*Werner Engel*³⁰

*Antonio Kaminski Alves*³¹

INTRODUÇÃO

Para compreender a formação da região Oeste paranaense devemos antes entender a questão da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Segundo Wachowicz (2001), podemos entender por “Oeste paranaense” o território compreendido entre os rios Guarani, Iguaçu, Paraná e Piquiri. Essa região, segundo o autor, durante o período imperial, ficou praticamente esquecida. A fronteira brasileira com o mundo espanhol havia sido definida pelo rio Paraná, mas não havia uma ocupação brasileira desse praticamente inacessível território.

Mais para o fim do século XIX, porém, mas especificamente a partir de 1881, os argentinos começaram a explorar a “erva-mate” na região de Misiones. Para Wachowicz (2001), não demorou para que os argentinos chegassem ao oeste paranaense, atraídos pela erva-mate nativa. Foz do Iguaçu era, contudo, uma região de grande importância estratégica para o Estado do Paraná, por isso o governo imperial, em 1888, instalou no local uma colônia militar. A política adotada pelo governo imperial a partir de então passou a ser o fortalecimento da chamada “fronteira guarani”.

Segundo Wachowicz (2001), a expedição militar chegou a Foz do Iguaçu no ano 1889. A população dessa região era de 324 habitantes, sendo paraguaios e argentinos, com apenas nove eram brasileiros dentre eles. Poucos anos depois, em 1905, a população da Colônia de Foz do Iguaçu já era aproximadamente 1000 habitantes, mesma assim era uma população isolada do país, pois o contato periódico que tinham era com a argentina quando da chegada dos navios para o comércio de erva-mate e madeiras, inclusive se falando espanhol como língua principal. Frente

28 Está pesquisa foi apresentada no III Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura/ VII Expedição Geográfica da UNIOESTE: Espaços de Fronteira – Território e Ambiente. Entre os dias 14 a 17 de setembro de 2011, UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon.

29 Doutorando em História Contemporânea pela Universidade de Évora, Portugal. Professor da Faculdade Sul Brasil - FASUL. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e Membro Colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política – CICP, na linha de investigação “Europe Society, Citizenship and Global Dynamics” da Universidade de Évora. E-mail: leandrocrestani@hotmail.com

30 Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus Marechal Cândido Rondon. E-mail: werner-engels@hotmail.com

31 Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Bolsista do Programa CAPES. E-mail: antkaminski@gmail.com

ao exposto acima, os colonos que ganhavam lotes de terras nos domínios da colônia tinham por obrigação produzir a agricultura de subsistência: “Os que abandonaram a colônia passaram a explorar a erva-mate e cortar madeiras. Com o tempo, deixaram seus lotes e foram predar as terras e matas do governo. Os próprios oficiais para lá destacados consideravam-se desterrados” (WACHOWICZ, 2001, p. 232-233).

Na década de 1930, período em que Getúlio Vargas chega à presidência do Brasil, o Estado do Paraná assumiu uma nova dinâmica em seu território através do projeto “Marcha para o Oeste”. Tratava-se de um projeto específico visando à nacionalização da fronteira guarani, como era também chamada a fronteira oestino-paranaense, para despertar no povo brasileiro o sentimento de brasilidade que se daria através da interiorização da colonização através da ocupação dos espaços vazios e do desenvolvimento e da integração nacional.

Entendendo-se, então, a ocupação da região Oeste paranaense como inserida no contexto da política e da geopolítica da “Marcha para o Oeste” do governo federal da época, outro item que devemos compreender sobre a colonização da região é que inicialmente ela foi polarizada pelas atuais cidades de Cascavel, de Foz do Iguaçu, de Toledo e de Marechal Cândido Rondon.

Nesse processo destacaram-se as companhias colonizadoras: a Colonizadora Gaúcha Ltda., a Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, a Colonizadora Matelândia Ltda., a Pinho e Terras (com as secções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes, Lopeí), a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., e a Colonizadora Criciúma Ltda.

A partir dos últimos anos 1940 e principalmente no período dos anos 1950 houve ocorreu uma forte migração incentivada para fronteira colonial do Oeste do Paraná, onde empreendimentos colonizadores e de exploração madeireira criaram e dinamizaram uma estrutura colonial, um novo espaço colonial. Para Gregory (1997), as companhias colonizadoras se esmeraram em registrar e divulgar, a sul e a norte, suas intenções e suas atividades desenvolvidas.

O DESENVOLVIMENTO DOS CICLOS ECONÔMICOS DA REGIÃO OESTE NO PERÍODO DE 1930 A 1980

A região do Oeste do Paraná já constava citada na clássica obra “Corografia Brazílica”, primeiro livro editado no Brasil, publicada no Rio de Janeiro em 1817, de autoria do padre Aires de Casal. Ali descrevia atividades econômicas desenvolvidas pelos povos indígenas aqui existentes, inclusive até mesmo as culturas que eram cultivadas nessa região, como: “batatas, mendubins, feijões e aboboras, milho, branco, roxo e outros” (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 26).

Não podemos chamar a essas atividades citadas de ciclo econômico, porém essas culturas fizeram parte, depois, do desenvolvimento da região quando da busca da erva-mate ou madeira nativas por estrangeiros, como argentinos, paraguaios, ingleses e brasileiros. Essas atividades centradas em erva-mate e madeira se fixaram às margens dos rios do Oeste, onde estabeleceram pousos e portos, por onde passavam

os produtos explorados, ou seja, transporte exclusivamente via fluvial. Para Silva; Bragagnollo e Maciel (1988), após 36 anos de domínio na região, o estrangeiro perdeu o domínio e deixa o Oeste um território praticamente a caminho da devastação. Ainda em relação à atividade econômica, podemos citar o Porto Britânia como sendo um dos mais importantes portos de exportação e importação da região. Em 1920 a região Oeste do Paraná torna-se domínio econômico platino.

Após um período de domínio econômico no Oeste por estrangeiros desde fins do século XIX, a região tomou novos rumos quando revolucionários do Sul brasileiro conheceram as terras do Oeste e viram nela o potencial: “O Oeste Paranaense é uma reserva inesgotável de riquezas: representará ouro na balança financeira da Nação, quando for convenientemente explorado” (FIGUEIREDO, 1937, p.181).

Entre os diversos fatores que influenciaram no desenvolvimento do Oeste do Paraná durante e após o ciclo migratório, cabe mencionar a questão das terras (por ter sido a última fronteira agrícola paranaense e do Sul do país da época), as condições climáticas e o povo que migrou para Oeste determinado para trabalhar, desbravando, assumindo riscos e responsabilidades, determinados a prosperar e o sentimento de pertencimento à nova região e o resultado foi o crescimento econômico e o desenvolvimento da região oestina.

A industrialização significativa (desconsiderada a indústria madeireira, já em processo de esgotamento) iniciou-se em Toledo em 1959 com a instalação do Frigorífico Pioneiro S/A utilizando o suíno como a principal matéria-prima. Em 1964 foi vendido para a SADIA, empresa de porte médio e importante para a região, sendo destaque até os dias atuais. As cooperativas tiveram e continuam tendo uma participação importante no desenvolvimento do Oeste do Paraná, podendo-se elencar, dentre elas, a COOPAVEL, a COOPAGRIL, a COOPERVALE, a COOPACOL, a LAR e a extinta COOPAGRO.

A estrutura construída nas primeiras três ou quatro décadas da colonização do Oeste foi parcialmente perdida a partir dos anos 1970, com as mudanças introduzidas no sistema de produção, especialmente a mecanização da produção de trigo, de milho e de soja. Esse novo sistema de produção trouxe progresso e excedentes financeiros, mas também trouxe a a valorização das terras e sua concentração nas mãos de um menor número de proprietários. Para Targanski (2007), os agricultores que conseguiram ou tiveram “sorte” maior, tiveram melhores condições financeiras ou foram mais ousados, acabaram comprando as terras dos proprietários de áreas menores, assim aumentando suas áreas de cultivo, sonho esse que inclusive, na década de 1980, fez buscar terras distantes, como no Mato Grosso e em outros estados do Centro-Oeste e mesmo do Nordeste.

Em 1982 o Oeste do Paraná teve sua economia agropecuária afetada com a formação do reservatório do Lago de Itaipu no Rio Paraná, ocorrência que desapropriou e desalojou milhares de pessoas desde o município de Foz do Iguaçu até o de Guaíra e este último perdeu ainda o seu ponto turístico e econômico do salto das Sete Quedas. Segundo Saatkamp (1984), essa ação do homem sobre a natureza trouxe consequências diretas sobre fatores como clima, geografia, sociedade e economia da região. E inundou o saltos das Sete Quedas, conhecidas mundialmente por terem sido fenômeno natural inigualável neste mundo, e com elas levou a principal economia do

município de Guaíra. Ainda em relação à sua economia, foram inundados terras férteis e produtivas, pertencentes, na maioria dos casos, a pequenos proprietários.

Quanto à agricultura e à pecuária do Oeste do Paraná, a partir da ocupação definitiva na fase do pioneirismo, constituíram a base econômica mediante a produção alimentos para o autoconsumo das famílias e mediante a comercialização dos excedentes nos mercados próximos. Inicialmente foi a suinocultura a atividade que mais floresceu em produção de excedentes para a entrada de recursos e proporcionar o desenvolvimento da região. Uma nova fase da agricultura surgiu no fim dos anos 1960 e começo dos anos 1970, com a orientação dos órgãos públicos nacionais e estaduais e interesse do grande capital internacional, com a chamada revolução verde.

Na primeira década deste século XXI a monocultura e a pecuária continuam sendo a base do crescimento e fornecedores de matéria-prima das indústrias, mantendo a economia aquecida e os empregos das milhares de famílias na produção de alimentos nas unidades de produção.

Segundo Niederauer (1995), o setor agropecuário é o principal responsável pela geração das riquezas, o que é propiciado pelo solo fértil, pelo clima favorável e pelo tipo de colono/agricultor acostumado ao trabalho árduo e acessível às inovações tecnológicas. Ao início dessa revolução verde faltava-lhes, porém, o capital para a infraestrutura de armazéns, de beneficiamento, de transporte e de transformação dos produtos agrícolas. Assim, pelas experiências comunitárias e organizações cooperativas vividas pelos colonos vindos do Sul, rapidamente se organizaram em cooperativas, organização aceita e reconhecida pela maioria dos colonos, o que veio a suprir as lacunas de armazenagem, de beneficiamento, de transporte e de produção.

As primeiras tentativas de produção na região Oeste em escala comercial no início da colonização e incentivadas pelas próprias empresas colonizadoras, mas inviabilizadas pelo clima muito frio no inverno, foi a plantação de café, logo inviabilizado economicamente por sucessivas geadas. Alguns anos mais tarde, após as derrubadas das matas nativas, foram implantados cultivos de hortelã, e o manejo da cultura ficavam por conta dos migrantes nordestinos, atividades que foram viáveis economicamente por alguns anos.

Numa análise dos ciclos econômicos da região Oeste do Paraná podemos citar vários ciclos. O primeiro ciclo foi o da erva-mate. Tratou-se de ciclo importante no reconhecimento e na percepção da importância da região na exploração das riquezas naturais sem prejudicar o meio ambiente e sua comercialização foi voltada para o mercado externo, principalmente o argentino, explorado por empresas ou grupos estrangeiros, principalmente argentinos.

O segundo ciclo foi o da madeira, que ocorreu, em parte, paralelamente ao primeiro e enquanto as terras pertenciam a empresas ou pessoas físicas latifundiárias ou do Estado, sendo que o produto da exploração teve diversos destinos: a exportação via rio Paraná com destino à Argentina e, posteriormente comercializada com diversos países do mundo. A madeira também foi exportada para as grandes cidades do país, como São Paulo, Brasília, Curitiba, a sua exploração foi realizada por empresas estrangeiras e nacionais, inclusive as colonizadoras.

O terceiro ciclo foi o da década de 1950 e 1960. Tratou-se da produção de produtos para o autoconsumo, para a sustentabilidade das famílias e apenas o excedente era comercializado nos mercados locais e próximos. Neste ciclo, a suinocultura foi a atividade de destaque e que deu o primeiro impulso significativo ao crescimento da economia da região. Esse ciclo coincide com a migração dos colonos do Sul e a produção era autônoma e a comercialização feita por diversos pequenos comerciantes, que fizeram a intermediação entre o produtor e a agroindústria, já integrando a região com Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo. O sistema de ocupação do Oeste passou a ser predominantemente através dos minifúndios.

O quarto ciclo teve início na década de 1970 com a chamada revolução verde, que predomina até os dias atuais, sendo as principais culturas milho, soja e trigo, culturas que, juntas, são conhecidas como monocultura. Esse ciclo teve os benefícios econômicos do processo da modernização, ou seja, de mecanização da agricultura, mas também do processo já desenvolvido na suinocultura nas décadas anteriores. Essa fase teve o apoio de órgãos oficiais.

A suinocultura não deixou de ser uma atividade importante para os colonos/agricultores e por isso foi implementada com crescente quantidade de animais, mas aos poucos deixou de ser uma atividade rural autônoma e passou a ser integrada verticalmente à agroindústria, e essa experiência da agroindústria adotou o mesmo processo de produção na avicultura e, ainda, com um sistema um pouco diferenciado, depois foi adotado na produção de leite – e essas atividades (avicultura e produção de leite) completam o ciclo iniciado nos anos 1970..

Uma quinta fase foi iniciada na década 1990 e permanece paralelamente à fase anterior. Trata-se da preocupação com meio ambiente na continuidade do sistema de produção adotado a partir da década de 1970, isso juntamente com reintegrar os pequenos produtores excluídos do processo e deixados para trás ou à beira do caminho, pequenos agricultores agora direcionados para a produção de alimentos diferenciados chamados de orgânicos. Esse mercado está em expansão e passa a ser significativo em termos econômicos e o Oeste está atento a mudanças de hábitos.

Algumas cooperativas e associações estão procurando caminhos para melhorar a vida de muitos pequenos produtores. Zimmerman (2004) mostra esse esforço e cita como exemplo a Cooperativa COTRIMAIO, no Rio Grande do Sul, que decidiu apoiar os produtores orgânicos da base dos seus associados, buscou a certificação dos produtos e credenciando-os no mercado internacional, e estrategicamente buscou vantagens comparativas para viabilizar o retorno econômico e a sustentabilidade de seus associados.

Segundo Costa (2007), algumas perspectivas de expansão econômica são esperadas para a década 2010 a serem desenvolvidas na economia oestino-paranaense. Para Costa (2007), a produção de carne bovina, tanto para o mercado interno como externo, de origem de confinamento, no Brasil está apenas iniciando a sua caminhada, e a região oeste tem a matéria-prima necessária (milho, soja e trigo), e clima apropriado ao desenvolvimento dessa atividade. Outra atividade atualmente com pouca tradição é a fruticultura, para a qual existe mercado e o oeste está próximo de vários mercados, como o da Argentina, do Chile e outros, e tem a estrutura necessária para desenvolver essas atividades.

AS FRENTES MIGRATÓRIAS PAULISTA, MINEIRA E SULISTA NA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO OESTE

O início da ocupação definitiva do Oeste do Paraná aconteceu com a venda de terras aos estrangeiros. Para Silva; Bragagnollo e Maciel (1988), no final do Império a Coroa Brasileira doava pedaços do sertão oestino aos estrangeiros e, em 1905, o governo do Paraná vendia aos mesmos estrangeiros áreas de terra desse mesmo sertão.

Em 1920 os argentinos constituem 25% da população local, e 10% da população do Oeste do Paraná. Nesses anos, após a passagem pela região de contingentes de revoltosos (Coluna Prestes) e de luta contra forças oficiais vindas de diversas regiões, principalmente do Rio Grande do Sul e de São Paulo, o período se tornou de desestímulo aos exploradores estrangeiros, além do fato de que, a partir de 1930, gaúchos e catarinenses começaram a chegar.

A partir de 1946 teve forte incentivo a venda de terras aos migrantes vindos do Sul através da principal colonizadora do extremo Oeste do Paraná, a empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPÁ), cujos proprietários eram radicados no Rio Grande do Sul e haviam adquirido a área da empresa “Compañia de Maderas del Alto Paraná”, de propriedade de ingleses e de argentinos, chamada de Fazenda Britânia (SILVA; BRAGAGNOLLO e MACIEL, 1988).

A principal colonizadora do extremo Oeste do Paraná, a acima citada MARIPÁ, viabilizou a vinda de um grande número de colonos descendentes de italianos e de alemães de diversas regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o novo eldorado em formação. Também outras empresas participaram da colonização, como Pinho & Terras Ltda. e a Colonizadora Norte do Paraná. Esta última colonizava a partir do Norte do Estado, atingindo a região Oeste do Paraná na década de 1960 e adquirindo a “Gleba Memória”, hoje região de Assis Chateaubriand. Também compareceu a Companhia “Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul”, depois Companhia Brasileira de Viação e Comércio – BRAVIACO, estabelecida na hoje Palotina onde ocorreram conflitos, motivados por emissão de títulos em duplicidade, a segunda por parte do governo do estado do Paraná.

Segundo Silva; Bragagnollo e Maciel (1988), as terras de algumas regiões no Oeste foram ocupados por nordestinos vindos de Minas Gerais, de São Paulo e do Norte do Paraná. Estes não se chamavam de colonos e sim de sitiantes, o modo de vida e os métodos de cultivo os diferenciavam, pois dedicavam-se ao plantio de outras culturas, como café, algodão, hortelã, mamona, além dos tradicionais cultivos como milho, feijão e arroz, e pequena criação de animais.

A colonização feita pela MARIPÁ se destacava pelo minifúndio, ou seja, “[...] a tarefa consistia, pois, em dividir todo o latifúndio em pequenas glebas, isto é, colônias, de uns 25 hectares. Cada grupo de colônias tinha que estar provido de um povoado com, no mínimo, casa comercial, igreja, escola, assistência médica” (NIEDERAUER, 1984, p. 122).

Segundo Gregory (2000), no início da colonização, os imigrantes compravam sua terra e necessitavam de produção de excedentes para vender e pagar

as prestações. Nesse sentido, os imigrantes trariam praticamente toda a contribuição na produção de alimentos consumidos no mercado interno e contribuindo no desenvolvimento da região e para o país na substituição de importações.

Posteriormente, na década de 1970 e em parte da década de 1980, o período de maior migração do Sul em direção ao Norte, e então o estado do Paraná foi o principal fornecedor agora de emigrantes. Schaefer (1985) assim informa: “[...] 14% da população regional migraram para novas frentes pioneiras. Foram 1,4 milhões de pessoas que deixaram o Paraná à procura de novas oportunidades em outros Estados e mesmo em outros países” e os colonos desapropriados do lago de estão inseridos nesse contexto.

Quando havia a necessidade de ocupar as fronteiras e proteger o Oeste de invasões de estrangeiros, buscaram-se aqueles que estavam dispostos a enfrentar os desafios da colonização, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros e paranaenses da região Norte, e ampliar a produção de alimentos para faltar milhares de brasileiros nas cidades. Quando, mais tarde, o mesmo governo percebeu a necessidade de geração de energia, expulsou os mesmos agricultores que havia incentivado à ocupação da região.

No passado, o colono foi herói, foi guardião das fronteiras, fez parte do desenvolvimento desta nação e produziu o que é indispensável à vida, ou seja, o alimento. Depois, em apenas algumas décadas, o colono que produzia o alimento não pode mais fazê-lo,

[...] destes brasileiros que tiveram suas terras desapropriadas e alagadas pelo Estado brasileiro, durante o Regime Militar, seria ele o grande vilão! Atualmente o regime democrático e civil faz nova expropriação através de leis e em defesa do meio ambiente influenciado pelas ONGs e pela mídia que defende interesses internacionais. Não seria hora do Estado brasileiro honrar seu compromisso com os colonos que foram sacrificados por acreditar em sua pátria. E esta parece contradizer-se. O colono atualmente é considerado um marginal perigoso, uma ameaça ao planeta, um terrorista do meio ambiente. (TARGANSKI, 2007, p. 130).

Para Tavares (1972), a incorporação do processo tecnológico assim se expressa. Conduziu a economia brasileira a um tipo de estrutura caracterizada pela existência de um “setor” capitalista dinâmico, que cresce rapidamente, mas que emprega relativamente pouca gente, com alto nível comparativo de produtividade, e de um “setor” subdesenvolvido no qual se concentra a maior parte da população, que se mantém praticamente à margem do processo de desenvolvimento. Dessa forma, segundo Tavares (1972), a gravidade do problema reside não só nos desníveis absolutos de produtividade, como no fato de essa disparidade tender a aumentar com o processo de desenvolvimento em curso:

O planejamento adotado para a região Oeste do Paraná teve, como para o Brasil a transformação produtiva para a agricultura nos últimos 25 anos teve como modelo e padrão tecnológico e produtivo americano, problemas decorrentes

da adoção da opção destaca a desigualdade social e a insustentabilidade econômica e ecológica a longo prazo apesar dos aumentos sucessivos de produção e produtividade (ALMEIDA, 1998 p.45).

Numa análise da ocupação do Oeste do Paraná desde o descobrimento do Brasil e antes do século XX, os primeiros habitantes foram as diversas etnias e tribos indígenas, num segundo momento temos as tentativas de ocupação pelos espanhóis e, num terceiro movimento, as investidas dos bandeirantes paulistas, que expulsaram os espanhóis e ocuparam a região por interesse na escravização da mão de obra indígena, destruindo as populações nativas, e, já em fins do século XXI, ocorreu a ocupação por ingleses, argentinos, paraguaios, na busca dos recursos naturais e abundantes da erva-mate e da madeira.

Em meados do século XX, na fase definitiva da ocupação com as migrações dos sulistas, dos mineiros e dos paulistas, ocupação chamada “Marcha para o Oeste”, a colonização foi realizada por empresas nacionais, a partir do final da década 1940 e durante as décadas de 1950 e 1960, consolidando assim a ocupação do oeste do Paraná. Com isso ocorreu impulso significativo no crescimento populacional da região e o sistema de ocupação passou de latifúndio para o domínio predominantemente minifúndio, graças ao sistema de colonização adotado.

Nas décadas de 1980 e 1990 houve um quarto momento, no qual teve início e continuidade o êxodo rural, em que parte dos pequenos proprietários rurais não conseguiu acompanhar o progresso técnico, nem acompanhar a economia de escala de produtos como soja. Nesses casos ocorreu que o tamanho da propriedade era pequeno e os recursos para investimentos insuficientes, além de as famílias maiores não mais conseguirem o sustento e a sobrevivência nessas unidades agrícolas. Muitos, nos dias atuais, optam para uma ocupação diferenciada, uma nova modalidade de ocupação, ocupação parcial, com parte da família trabalhando na propriedade e outros membros trabalhando nas cidades ou em outras propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo refletimos sobre diversas coisas, das quais pretendemos destacar algumas. A primeira foi a ocupação e o desenvolvimento da região Oeste do Paraná que começou a partir de 1930 a 1980, sendo a última fronteira agrícola do Estado do Paraná a ser colonizada. A ocupação ocorreu através do contexto da “Marcha para o Oeste”, que visava estimular a população a ocupar a região Oeste do país, sendo um discurso de conquista e de uma contínua ocupação dos “vazios demográficos”.

Sobre a temática do desenvolvimento dos ciclos econômicos da região Oeste no período de 1930 a 1980, podemos concluir que as economias importantes e significativas foram as da erva-mate, da madeira, de produtos de subsistência e das culturas e pecuária dominantes ainda nos dias atuais, ou seja, soja, trigo, milho e suinocultura, culturas acrescidas depois com a atividade leiteira e a avicultura. As

atividades extrativas da erva-mate e da madeira entraram em crise e tornaram-se antieconômicas, tendo sido inicialmente as maiores riquezas do Oeste do Paraná.

Em todo o período da colonização definitiva, já nos anos 1980, a construção da Hidrelétrica de Itaipu trouxe consequências diretas sobre os fatores clima, geografia, sociedade e economia. A Itaipu causou danos à flora e à fauna, além da inundação do salto das Sete Quedas, maravilha da natureza conhecida mundialmente por ter sido inigualável neste mundo, e com ela levou a principal economia do município de Guaíra.

A fase de maior expressão econômica pode ser observada a partir da década de 1970, isso baseado no crescimento da produção agropecuária e a sua transformação industrial. Todo o processo de “modernização” do setor agropecuário tem como base a orientação e ação do setor empresarial, fornecedor de máquinas e equipamentos e de insumos agrícolas. Esse processo teve a sua origem nos interesses nacionais de ocupação e produção de alimentos. Os incentivos dados aos produtores foram através de créditos, com juros baixos e a prazo longo, bem como assistência técnica através dos órgãos oficiais. Ainda nessa fase, o que contribuiu para a solidez da maioria das propriedades da região foi a formação das cooperativas agroindustriais.

Enfim, quanto à colonização definitiva do Oeste paranaense, as frentes migratórias realmente significativas e fortemente predominantes foram a paulista, a mineira e sulista, tudo realizado mediante planejamento e apoio de empresas nacionais colonizadoras a partir do final da década 1940 até 1960, consolidando assim essa ocupação nos termos em que a conhecemos atualmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione P. Da ideologia do progresso á idéias do desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDAS, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e idéias na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre, RS: Ed. da Universidade, 1998.

CALLAI, Delair Augusta et alii. **Repensando o Oeste do Paraná**. Cascavel, PR: Assoeste, 1983.

COLODEL, José Augusto. **Obrages e companhias colonizadoras**: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena, PR: Prefeitura Municipal, 1988.

COLOGNESE, Silvio Antonio; GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999.

COSTA, Luiz Antonio de Mendonça. Breve histórico sobre a agricultura. In: VANDERLINE, Tarcisio; GREGORY, Valdir; DEITOS, Nilceu Jacob. (Org.) **Migrações e a construção do Oeste do Paraná: século XXI em perspectivas**. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2007.

FIGUEIREDO, Lima. **O oeste paranaense**. Rio de Janeiro: Nacional, 1937. [Coleção Brasileira].

GREGORY, Valdir. **Colonização e fronteiras: o caso do Estado do Paraná (1930-1960)**. In. LOPES, M. A. (Org.). **Espaços da memória: fronteira**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2000.

_____. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial**. A dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970. Niterói, RJ: UFF, 1997. [Tese de Doutorado].

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba, PR: Travessa dos Editores, 1995.

MERTZ, Urbano T. Agricultura ecológica no Oeste do Paraná: Construindo uma proposta em parceria. In. VANDERLINE, Tarcisio; GREGORY, Valdir; DEITOS, Nilceu Jacob (Org.). **Migrações e a construção do Oeste do Paraná: século XXI em perspectivas**. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2007.

_____. **Um estudo das transformações sociais e econômicas de uma sociedade de colonos na região oeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, 2000.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Titulação de terras no Oeste Paranaense: uma análise documental**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2000. [TCC em História].

_____. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)**. Niterói, PR: UFF, 2002.

NIEDERAUER, Ondy Helio. **Plano de colonização: relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Indústria Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A.** 1995.

_____. **Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**. Toledo: Composição: Grafo-Set- Impressão, 1992.

PIAIA, Vander. **A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2004.

SCHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SCHOLOSSER, Marli T. S. **Modernização agrícola: um estudo de discursos**

jornalísticos na região Oeste do Paraná (1966-1980). In. LOPES, M. A. (Org.). **Espaços da memória:** fronteira. Cascavel, PR: Edunioeste, 2000.

SILVA, Oscar; MACIEL, Clori Fernandes. **Toledo e sua história.** Toledo, PR: Prefeitura Municipal, 1988.

TARGANSKI, Sergio, **Rumo Ao Novo Eldorado.** Marechal Cândido Rondon, PR: Editora Germânica, 2007.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro** – ensaios sobre economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VANDERLINE, Tarcisio; GREGORY, Valdir; DEITOS, Nilceu Jacob (Org.). **Migrações e a construção do Oeste do Paraná:** século XXI em perspectivas. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2007.

WILKINSON, John. Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil. Políticas agrícolas. **REDCAPA**, vol. II, nº 1, 1996.

CAPÍTULO 4

FRONTEIRA AGRÍCOLA E POVOAMENTO DO NORTE DO PARANÁ: UMA BREVE CONSIDERAÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA

*Nilton Marques de Oliveira*³²

*Leandro de Araújo Crestani*³³

*Udo Strassburg*³⁴

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo analisar o processo de ocupação da fronteira agrícola na região Norte do Paraná pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (C.M.N.P.), durante as décadas de 1940 a 1960. A área de estudo se concentra no Norte do Paraná compreendendo as Microrregiões de Londrina, Maringá, Apucarana, Cianorte e Umuarama.

A justificativa para elaboração do presente artigo está centrada no fato de que estas Microrregiões se destacaram pelas rápidas transformações econômicas. As transformações econômicas foram ocasionadas pela expansão agrícola durante as décadas de 1940 a 1960; onde se deslocaram milhares de migrantes vindos de muitas partes do país e, inclusive, do exterior.

O processo de ocupação e povoamento do Norte do Paraná decorreu-se da

32 Economista pela UEM, Mestre em Economia Aplicada pela UFV e Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE, Toledo - PR. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do curso de Ciências Econômica da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Bolsista do Programa “Novos Pesquisadores da UFT” (Propesq/UFT). Pesquisador dos Grupos de Estudos em Economia Aplicada e Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Estado, Educação e Sociedade (Geipees) da Universidade Federal do Tocantins. Área de Pesquisa: Desenvolvimento Regional, com ênfase em economia regional e urbana, pobreza, desigualdades socioeconômicas, análise regional e economia do Tocantins. E-mail: niltonmarques@uft.edu.br

33 Doutorando em História Contemporânea pela Universidade de Évora, Portugal. Professor da Faculdade Sul Brasil - FASUL. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e Membro Colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política – CICP, na linha de investigação “*Europe Society, Citizenship and Global Dynamics*” da Universidade de Évora. E-mail: leandrocrestani@hotmail.com

34 Possui graduação em Ciências Contábeis pela UNIOESTE, de 1984-87, Especialização em Controladoria e Gerência Financeira pela UNIOESTE, 1998, Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica – FECAP – SP, 2001, Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE – Toledo, 2016. É professor Adjunto I do curso de Ciências Contábeis da UNIOESTE, campus de Cascavel, professor do programa de Mestrado em Contabilidade da UNIOESTE, campus de Cascavel, trabalhando na linha de pesquisa em Contabilidade Financeira. É editor da revista Ciências Sociais em Perspectiva do Centro de Ciências Sociais Aplicadas do campus de Cascavel. É membro da Academia de Ciências Contábeis do Paraná, ocupando a cadeira de nº 34. É pesquisador nos seguintes grupos de pesquisa: em Contabilidade e Controladoria, da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, em contabilidade Gerências e Controle, da UNIOESTE, campus de Cascavel e em Contabilidade e Finanças, ligado ao programa de mestrado em Contabilidade do campus de Cascavel. Possui mais de 100 artigos publicados em livros, revistas e eventos nacionais e internacionais.

expansão da lavoura cafeeira, intercalada por culturas de subsistência. Posteriormente o café foi perdendo a sua preponderância, cedendo lugar às culturas temporárias e, em algumas áreas às pastagens (IPARDES, 1985).

A ocupação de uma determinada região não é algo mecânico, que ocorre entre um polo de expulsão e outro de atração. Surge e se desenvolve num contexto social historicamente determinado. A migração de um indivíduo não chega a ser um fato sociológico, mas quando se depara com milhares de pessoas migrando numa determinada direção, como foi o caso do Norte do Paraná, está-se diante de um fato sociológico cuja explicação se encontra no estudo das mudanças estrutural tanto nacional quanto internacional (SINGER, 1973; GRAHAM, DOUGLAS e HOLLANDA FILHO, 1984).

O processo migratório envolve pessoas de todas as classes e liga-se à formação e expansão de mercados. Os migrantes concorrem para o mercado que os atrai, com capitais que são investidos, com habilidades técnicas ou educacionais, ou apenas com sua força de trabalho (CAMARGO, 1960).

A colonização do norte paranaense ocorreu em função do interesse de expansão da cafeicultura, houve incentivos do Governo Federal para ocupação dessa fronteira agrícola, bem como para a produção cafeeira. Nesse contexto destaca-se o papel da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na colonização do norte paranaense (VERRI, 1998).

Verri (1998) cita algumas características da colonização, como: i) organização em pequenas e médias propriedades (principalmente no norte novo e novíssimo) cultivadas a partir da produção familiar; ii) facilitação nas formas de pagamento da terra e o planejamento de uma rede de cidades que atendessem às necessidades da população rural; iii) fertilidade do solo, terra roxa (nitossolo), propiciando grande produtividade aos cafeeiros; iv) pagamentos da propriedade parcelados e pagos com a produção do café.

A concepção de fronteira agrícola na visão de Martins (2009) é o desencontro entre diferentes grupos sociais que juntam e se separam entre a esperança por um pedaço de chão, ou o destino trágico, a morte. É dessa forma que posseiros, indígenas, missionários, colonos e capitalistas tramam seus destinos na luta pela posse da terra, marcado pelos caminhos e pelos descaminhos.

NA ocupação das fronteiras agrícolas dos estados brasileiros, destacaram-se as figuras proeminentes ou grupos sociais, que, desbravando um território selvagem e despovoado, teriam construído a civilização no espaço recém-conquistado, mas, no entanto isso não aconteceu dessa forma idílica (MARTINS, 2009).

Fronteira, também, é um lugar de esperança, no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. Onde se podia ter uma vida com novas perspectivas, almejando um futuro promissor, para o sustento de sua família. Fronteira pode ser compreendida como um local que oferece ao país novas perspectivas, como crescimento econômico, soluções de problemas sociais e, principalmente domínio de território (CRESTANI, 2013).

Para confecção deste artigo utilizou-se de um ferramental metodológico

exploratório, à guisa da literatura, entendida como caminho ou procedimento de reflexão e análise necessária para a articulação do corpo conceitual (ou teoria) com a realidade de investigação.

Isto posto, este artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. A seguir apresenta-se a formação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Na segunda discute-se a ocupação territorial do Norte do Paraná. Na terceira parte é feita análise das principais transformações econômicas verificadas na região estudada. Por fim, as considerações finais sumarizam o artigo.

A FORMAÇÃO DA COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ

Em 1924, estiveram no Brasil, a convite do Governo Brasileiro, técnicos ingleses para estudar a situação financeira, econômica e comercial do Brasil, com vistas de um lado, à consolidação da nossa dívida para com a Inglaterra e de outro, à reformulação do nosso sistema tributário. A missão dos técnicos ingleses foi chefiada por Lord Montagu, e tinha como assessor o Lord Lovat, que fora incumbido de pesquisar e aplicar seus capitais no cultivo de algodão para suprir a demanda da indústria têxtil inglesa (FERREIRA, 1996).

Com a visita desta missão ao Brasil, surgiu a convergência de interesses que iriam resultar no grande empreendimento colonizador do Norte do Paraná; de um lado Lord Lovat, em busca de informações sobre a nossa agricultura e de terras adequadas para o algodão; de outro, os fazendeiros do norte velho, liderados pelo Major Barbosa Ferraz e por Antonio Ribeiro dos Santos, que procuravam por investidores estrangeiros na aplicação de capitais necessários à continuação das obras da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (DIAS e GONÇALVES, 1999).

Lord Lovat desembarcou em São Paulo em 1924, seguindo viagem pelo Norte do Paraná, ficou admirado com a fertilidade da terra roxa e com os resultados ali obtidos nas lavouras de algodão. Outro fato atrativo para a formação da companhia foram as glebas de terras férteis que o Governo do Estado do Paraná oferecia à venda por preços muito baixos, decorrentes da inexistência de transporte na região (FERREIRA, 1996).

Com o prolongamento da estrada de ferro, que garantia aos compradores o escoamento de seus produtos e a valorização das áreas adquiridas, vislumbrou-se que poderia tornar-se muito lucrativo um empreendimento de colonização agrícola. Tais argumentos influenciaram os pensamentos de Lord Lovat os quais dariam origem à ideia que iria consolidar-se na fundação da Companhia de Terras Norte do Paraná (IPARDES, 1979, 1983, 1985).

A empresa foi instituída a 24 de setembro de 1925, com um capital de 1.460.000 libras em ações e 375.000 libras. Seu primeiro gerente administrativo foi Arthur Thomas e o primeiro presidente da companhia foi Antonio Moraes Barros, estes tomavam as decisões para estrutura-la e iniciar suas atividades (C.M.N.P., 1975).

No início as suas atividades foram direcionadas para a plantação de

algodão, onde os lotes eram divididos em pequenas propriedades e os colonos plantariam o algodão e a companhia, ao mesmo tempo em que atingia seu objetivo primário, recuperaria com lucros o capital empregado.

Nos três anos seguintes a Companhia se preocupou com a infraestrutura do Norte paranaense, onde se construiu a estrada de ferro para escoamento da produção. Essa ferrovia foi construída pela Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que era associada à Companhia de Terras Norte do Paraná. Os trabalhos iniciaram partindo do ramal Ourinhos-Cambará, já construído e estendeu-se até as zonas de loteamento, às margens do lado esquerdo do rio Tibagi (C.M.N.P., 1975).

Em 1928, as atividades da Companhia com o algodão foram encerradas, devido ao fracasso nas plantações dos fazendeiros em São Paulo. A diretoria da empresa passou a concentrar os seus esforços, a partir de então na colonização das terras adquiridas na margem esquerda do rio Paranapanema, entre os rios Tibagi e Ivaí.

O plano de ação desenvolvido pela Companhia de Terras Norte do Paraná concentrou-se em três atividades principais: C.M.N. P. (1975, p.78):

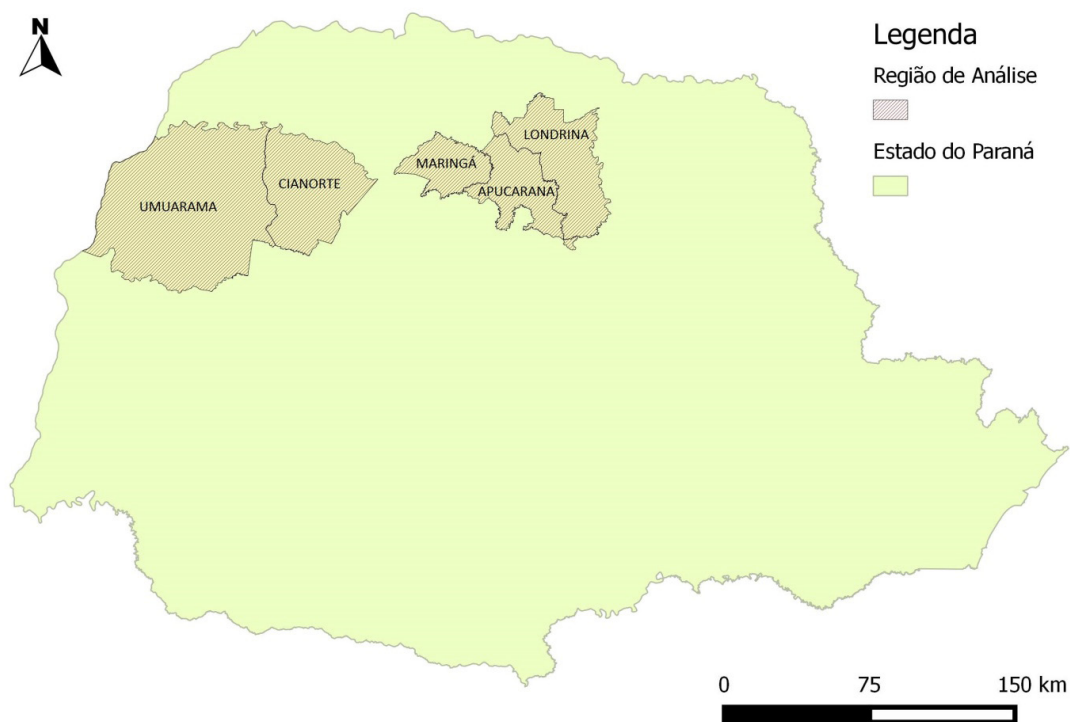
- 1- COLONIZAÇÃO, incluindo o planejamento, loteamento e a venda de terras;
- 2- CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, essenciais ao escoamento de produção, ligando vários núcleos de povoamento entre si e com os principais centros do país;
- 3- IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS, destinados a concentrar as atividades econômicas e sociais e servir como irradiadores de todas as obras colonizadas.

Com a deflagração da segunda Guerra Mundial, em 1939, a Inglaterra foi obrigada a dispor de muitos de seus bens no exterior, a imprensa de Londres publicou, em 1942, uma lista de empresas oferecidas à venda em todo o mundo. Dentre as empresas relacionadas nessa lista, que foi publicada, estava a Companhia de Terras Norte do Paraná (ANDRADE, 1979).

Esta empresa foi adquirida por empresários paulistas, transação esta que teve o aval do Governo Federal, mas sob as condições de que a estrada de ferro, que já se estendia até Apucarana, lhe fosse entregue por 88.000.000 (oitenta e oito contos de réis). Em 1950 assume o cargo de Diretor o Dr. Hermann Moares de Barros, sob sua supervisão realizou-se a compra da Gleba Umuarama, com cerca de 30 mil alqueires, que permitia ampliar suas atividades colonizadoras (DIAS, 1999).

Na Figura 1 apresenta-se toda a área colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, incluindo as microrregiões de Londrina, Maringá, Apucarana, Cianorte e Umuarama.

FIGURA 1 - Área colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, incluindo as microrregiões de Londrina.



Fonte: Adaptado do IBGE, 2010.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná diversificou sua atuação em diversas atividades, com por exemplo: pesquisou calcário em Itapeva-SP, construiu a usina hidroeétrica do Apucarantina, adquiriu a usina de açúcar em Jacarezinho, etc.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná possibilitou o crescimento da região. Esta pretendia através da colonização, a exploração das terras no cultivo de algodão para atender a demanda do mercado externo e a seguir com o café que se tornou a principal atividade da região e, do Brasil, durante décadas (CHIES e YOKOO, 2012).

Segundo Guimarães (1977) a economia cafeeira que proporcionou o crescimento ao Norte do Paraná e também à Companhia Melhoramentos. Na região Norte do Paraná não ocorreu o atraso que se verificou em outras áreas do Brasil; a colonização e a exploração da terra foram feitas por meio de pequenas e médias propriedades, o que não ocorreu no Norte e Nordeste do Brasil, onde a exploração das terras ocorreu por meio do latifúndio. Talvez pela própria necessidade de capital, não houve interesse no Nordeste, pela exploração de pequenas e médias propriedades.

Para Guimarães (1977) o sistema latifundiário no Nordeste permanece até hoje e controla a política agrícola.

O sistema latifundiário mantém até nossos dias, com a máxima firmeza, o controle de nossa economia agrária. Os instrumentos básicos usados pelo sistema são: i) O domínio de mais da metade do nosso território; ii) O domínio de mais da metade das divisas obtidas no comércio internacional por nosso país. Isso leva a classe latifundiária a absorver e controlar a renda gerada no setor agrário. Recebe muito mais da metade do crédito agrícola e controla de fato a política de crédito agrícola. Devido a esses fatores, a agricultura brasileira apesar de ter dado alguns passos à frente nos métodos, processo e relações do tipo capitalistas, permanece em situação de espantoso atraso. (Guimarães, 1977, p. 202)

A visão da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná estava voltada para o sistema capitalista. Na verdade, no Norte do Paraná não ocorreu nenhum milagre econômico. Verificou-se ali uma eficiência política e altamente capitalista em relação com a terra. O processo de ocupação e colonização da região, dividido em pequenas e médias propriedades, criou um autêntico modelo econômico agrícola que precisaria ser seguido por outras regiões do Brasil (DUQUE, 1975).

A Companhia não estava interessada em grandes latifúndios, pois era muito oneroso a estrutura para o plantio do café. Era preciso que a colonização ocorresse por intermédio de pequenos lotes e que os próprios proprietários tivessem condições de pagar. A área rural era dividida em lotes que variavam de cinco (5) a trinta (30) alqueires e o prazo de pagamento era de até quatro (04) anos com juros de 8 % a.a., no total a Companhia Melhoramento Norte do Paraná colonizou uma área de 456.078 alqueires ou 1.321.499 hectares (SIQUIERI, 1985).

No Norte do Paraná as propriedades subdividiram-se conforme as tendências da produção agropecuária local e o preço da terra, tendo em vista também as posses e preferências dos compradores. “A divisão de terras realizada pela Companhia, não correspondia rigorosamente à estrutura agrária que na verdade implantou. No entanto, o regime de pequenas e médias propriedades não chegou a ser alterado (sic)”. (LUIZ e OMURA, 1976, p. 796).

Nas palavras de Andrade (1979) a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná implantou a verdadeira reforma agrária. “Para que se possa aquilatar a magnitude da verdadeira reforma agrária idealiza e implantada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que visou acima de tudo a valorização da criatura humana” (ANDRADE, 1979, p. 28).

O papel da Companhia não foi tão idílico assim como mostrou Andrade (1979) o seu objetivo, contudo, foi a exploração total das terras sob a forma de pequenas e médias propriedades, e essa exploração foi totalmente de cunho capitalista e não a valorização da criatura humana.

Em todo o processo de colonização, até então estudado e analisado no Brasil, encontra-se uma série de questões e pontos negativos a serem avaliados, tanto sociais, econômicos e ambientais. E o processo de colonização do Norte do Paraná não foi diferente, houve conflitos entre nativos e “capangas”, jagunços das empresas

colonizadoras, grilagem de terras, exploração do trabalho e lucros com a venda das terras pelas companhias colonizadoras (SODERO, 1982).

Na visão da Chies e Yokoo (2012), o processo de colonização do Norte do Paraná não respeitou a legislação ambiental, houve dizimação da floresta, a prática de queimadas prejudicando, sobretudo, o solo, a contaminação da água e do solo, pelo uso de agrotóxicos.

Na seção seguinte será feita a análise da ocupação territorial do Norte do Paraná, verificando o rápido crescimento populacional e o predomínio da população rural sobre a urbana.

A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO NORTE DO PARANÁ

A colonização do Paraná de modo geral esteve ligada a cultura cafeeira e a colonização de uma parte do norte foi devido a interesses ingleses que tinham a intenção de cultivar as terras para plantação de algodão e suprir a necessidades da indústria têxtil inglesa (LUZ, 1988).

Essa ocupação também ocorreu pela vinda de pessoas de várias regiões do país, inclusive do exterior; tendo como atração a terra fértil e a propaganda da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que vendia lotes aos imigrantes. Para poderem pagar as prestações dos lotes adquiridos, os imigrantes trabalharam muito, com longas jornadas de trabalho, para produzirem excedentes que eram comercializados na zona urbana. Excedentes como, por exemplo, o arroz, feijão, mandioca e outros (LUZ, 1980, 1988).

A obra colonizadora da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná contribuiu para a expansão agrícola e povoamento do Norte Novo do Paraná. Em virtude da exploração agrícola da terra roxa e do plano da colonizadora em dotar a região com uma infraestrutura de transportes e fundar núcleos urbanos, muitos agricultores foram atraídos para cá e em pouco tempo a região norte foi povoada ((SIQUIERI, 1985).

O plano colonizador foi projetado visando à produção de café no norte paranaense. A cultura do café exige, além de solo fértil, um clima propício. Mas não foi a questão climática que fez com que os cafezais não continuassem a ser expandindo pelo território paranaense, já que as vantagens econômicas eram muito grandes (SIQUIERI, 1985).

Dentre os principais fatores responsáveis pelo sucesso da cafeicultura no Estado e pela rápida ocupação do norte paranaense (Tabela 01), pode-se destacar: i) a qualidade das terras; ii) a política econômica governamental; iii) o escoamento da produção pelas ferrovias que chegavam ao estado; iv) a evolução da cafeicultura paulista; v) o surto da industrialização de São Paulo a partir da década de 1930; por fim, vi) a facilidade para a aquisição de terras no Paraná (PADIS, 1981, p. 84-85).

Pode-se observar na tabela nº 01, a evolução da população do Norte do Paraná entre 1920 e 1960, e como foi acelerada com a expansão agrícola.

TABELA 01 - Evolução da População do Norte do Paraná em comparação com a população total do estado, (1920/1960).

Ano	População (Hab.)		B/A
	Estado Paraná	Norte do Paraná	(%)
	(A)	(B)	
1920	685.711	83.073	12,11
1940	1.236.276	340.449	27,54
1950	2.115.547	941.339	44,5
1960	4.277.763	2.107.883	49,27

FONTE: Censo Demográfico do Estado do Paraná, 1920-1960, IBGE.

Observa-se na Tabela 01 o considerável aumento da população ocorrido com a colonização. Em 1920 a região tinha 83.073 habitantes, correspondente a 12,11% da população do Estado. Em 1940 em virtude do grande avanço das frentes agrícolas pioneiras, a região atingiu 340.449 habitantes, o que significa 27.54% do total do Estado. Na década seguinte a população da região alcançou quase um milhão de pessoas, representando 44,5% da população do Paraná. Em 1960 a Região Norte do Paraná contava com mais de dois milhões de habitantes, representando quase 50% da população do Estado.

Como já foi dito, a colonização do Norte do Paraná deu-se através da vinda de pessoas de várias regiões do Brasil, tais como: São Paulo e Minas Gerais, e do exterior, dando início ao cultivo do café nas terras paranaenses. Quanto ao povoamento da área colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná foi rápido e contínuo, resultando em parte da atividade empresarial desenvolvida (OSÓRIO, 1978).

A Tabela 02 apresenta-se a evolução da população urbana e rural da área colonizada pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná. Em 1940 a área colonizada tinha 75.296 mil habitantes, deste total, 25% correspondiam à população urbana e 74,6% à rural. Em 1950 a população aumentou para 373.774 mil habitantes que correspondia 27,3 % da população urbana e 72,7% da rural. Em 1960 a área colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná passou para a 881.306 mil habitantes, sendo 272.394 na zona urbana (30,9%) e 608.912 (69,1%) na zona rural.

TABELA 02. População Urbana e Rural da Área Colonizada pela C.M.N.P.

Ano	População Residente					
	Urbana		Rural		Total	
	Nº hab.	%	Nº hab.	%	Nº hab.	%
1940	19.100	25,4	56.196	74,6	75.296	100
1950	101.811	27,3	271.963	72,7	373.774	100
1960	272.394	30,9	608.912	69,1	881.306	100

FONTE: Censo Demográfico do Estado do Paraná, 1940, 1950 e 1960, IBGE.

C.M.N.P.: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Pode-se observar, conforme análise da Tabela 01 a predominância da população rural, tendo em vista, o processo de expansão agrícola que então se verificava na região.

A Tabela 03 apresenta a taxa de crescimento populacional da área colonizada pela Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná e do Estado do Paraná.

TABELA 03. Evolução da Taxa de Crescimento da População da Área da C.M.N.P. e do estado do Paraná

Ano	População Total	(%) Taxa de crescimento	(%) Taxa crescimento do Estado
1940	75.296	100	6,1
1950	273.774	396,4	17,7
1960	881.306	1.277,90	20,6

FONTE: Censo Demográfico do Estado do Paraná, 1940, 1950 e 1960, IBGE. C.M.N.P.: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A Tabela 03 revela que a população da área referida teve no período de 1940/50 um aumento de 396,4%. Entre 1950/60 esse aumento foi de 1.277,9%. A participação total do Estado evoluiu de 6,1% em 1940 para 17,7% em 1950, 20,6% em 1960, evidenciando um ritmo demográfico superior ao do Estado.

Entre as décadas de 1940 e 1960 a área colonizada pela Companhia apresentou um elevado crescimento demográfico. Nos anos seguintes, esse aumento alcançou o mesmo índice (MORO, 1980).

A seguir serão apresentadas as principais transformações econômicas do Norte do Paraná, liderada pelo cultivo do café.

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO NORTE DO PARANÁ

As características da ocupação territorial e as atividades econômicas no Brasil se deram por meio de ciclos, a ocupação e cultivo por ciclos, no Paraná, não foi diferente do restante do país, teve-se, aqui, o ciclo do ouro, da erva-mate, da madeira e o ciclo do café. Nesta seção será dando ênfase no ciclo do café (LUZ, 1988).

A cultura do café esteve ligada tanto ao mercado interno como externo, a economia paranaense, nesse período (1940/1960), desenvolveu-se em função de estímulos nacionais e internacionais, pela elevada demanda deste produto no mercado mundial (PADIS, 1981).

Analisando a economia paranaense, verificou-se que existem algumas características peculiares dentro do sistema econômico brasileiro. Assim verificou Padis (1981) quando diz que a economia do Estado teve por objetivo sustentar e estabelecer o grupo que ocupa determinada área voltada para as culturas de subsistência, mas também,

outro grupo se organizou, o chamado setor agroexportador, capitalizado, organizado e atrelado ao Estado brasileiro. Este setor foi predominante na economia paranaense e sempre esteve voltado para a produção cafeeira para abastecer o mercado externo.

Dois fatores caracterizam o Norte do Paraná: i) o ciclo do café; ii) e o processo de ocupação territorial, já analisando anteriormente. Em virtude da expansão da cafeicultura, essas terras, desde o século XIX, já chamavam a atenção de plantadores de café paulistas e mineiros como favoráveis ao cultivo (GRAZIANO SILVA, 1980).

O Norte do Paraná é definido pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri, com uma superfície de 100 mil km² e foi dividido em três áreas: i) norte velho, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; ii) norte novo, que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; iii) norte novíssimo, que se desdobra dessa linha até o curso do rio Paraná, ultrapassando o rio Ivaí e abarcando toda a margem direita do Piquiri (DIAS e GONÇALVES, 1999).

Ressalta-se que a principal cultura no Norte do Paraná, como já dito, foi o café, esta foi a continuação da marcha para o Oeste dos paulistas, sempre nas perspectivas de lucros, adentraram o Paraná quando suas terras já estavam cansadas ou escassas (LUZ, 1980; CANCIAN, 1981).

Nas palavras de Cancian (1981) a expansão da produção cafeeira paranaense foi possível, não só em função dos preços favoráveis, mas pela conjugação de vários fatores, como já mencionados anteriormente: política econômica governamental, terra fértil, facilidade de aquisição de terras, clima adequado e o escoamento da produção por meio das ferrovias que chegaram ao Estado, e não se deve deixar de mencionar a participação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que propiciou o incentivo na cultura do café.

A expansão do café se fez em dois sentidos: de São Paulo para o Paraná, e “no interior do próprio Norte do Paraná, das terras mais antigas do norte pioneiro às frentes pioneiras do pós-guerra no Norte Novo e Novíssimo” (CANCIAN, 1981. p. 288).

Segundo as informações do DAC (Departamento de Assistência à Cafeicultura), a primeira grande safra deu-se em 1958, aumentando de ano a ano, mantendo-se a produção em níveis elevados até o programa de erradicação dirigido pelo GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) que, contudo, afetou-a de modo menos intenso que nas outras áreas (IPARDES, 1978; 1985).

A crise do café no Brasil sempre esteve relacionada com superprodução que ocorreu na fase de expansão cafeeira. Em 1906, ocorreu em Taubaté – SP, convênio para estabelecer uma política de valorização para recuperar os preços pressionados pela safra da época (GRAZIANO SILVA, 1980).

Furtado (1972) cita os principais objetivos do acordo de Taubaté:

- a) Restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda de café, com a intervenção do Estado na compra dos excedentes;
- b) O financiamento seria com moedas estrangeiras por empréstimos;
- c) Haveria por parte do governo, um desestímulo na expansão cafeeira para solucionar o problema a longo prazo.

A produção, entretanto, cresceu demasiadamente e ocorreram as primeiras crises, onde foi preciso a intervenção do governo para amparar a lavoura e o crescimento da produção continua. O Governo dirigiu uma política que sustentou uma situação falsa, onde incentiva a intensificação sempre maior das plantações de café até o choque de 1929 e 1930.

Na década de 40, antes da euforia do café do Norte do Paraná, a maior parte das terras cultivadas mantinha-se ocupada pelas lavouras temporárias seguidas pelo café e pastagens em último plano. A maioria se constituía de pequenos e médios sítios, que intensificaram as plantações de café, logo que os preços começaram a se elevar. Em 1950 caminhava-se aceleradamente para a monocultura do café, onde as lavouras temporárias eram intercalares ou mantidas como de subsistência, à espera da produção dos cafeeiros recém-plantados (FURTADO, 1972).

Para Delfim Neto (1959), a cafeicultura paranaense atingiu no pós-guerra e principalmente na década de 50 a sua maior fase de expansão. Na década de 1960, a produção cafeeira do Estado do Paraná ultrapassou a paulista, a expansão foi tão rápida e intensa que já no início dos anos 60 havia ameaça de nova superprodução brasileira.

As terras do norte novo e a seguir as do norte novíssimo se esgotaram durante os anos 50, devido à presença do arenito caiuí na região de Umuarama e Paranavaí. Nessa época o norte novíssimo assume temporariamente a liderança da produção de café, há uma super safra que resultou uma queda de preço, constituindo assim, em novo desestímulo. (CANCIAN, 1981).

O aumento do ritmo de ocupação do Norte do Paraná após a segunda Guerra Mundial, coincidiu com a valorização de preços, que ocorreu após a geada de 1942 e o bom comportamento da demanda que estava crescendo, fez com que a safra de 2.318 mil sacas na temporada 1940-50, que corresponde a 14,2% da produção nacional, passasse para 4.026 mil sacas no ano seguinte, equivalendo a 24% da produção nacional (IBGE, 1960).

O Mercado cafeeiro paranaense já ganhava destaque na produção brasileira. O aumento da inflação mais a violenta instabilidade do mercado, fez com que os cafeicultores paulistas de algumas áreas abandonassem a atividade, reduzindo a participação do seu Estado na produção nacional, com isso, ampliava-se o parque cafeeiro no Paraná (CHIES e YOKOO, 2012).

Em 1955-56 o Paraná já produzia 6.036 mil sacas, 28,6% no total da produção nacional, enquanto que São Paulo, 9.268 mil sacas, ou 42%. Apesar dos grandes estragos causados pela geada de 1955, a participação paranaense na safra brasileira continuou aumentando até chegar ao recorde de 18.032 mil sacas em 1959-60 que correspondia a 62,8% do total da produção nacional (IPARDES; 1979, 1983).

Até 1950 quem liderava a produção do café era o Norte Pioneiro (Venceslau Braz-Jacarezinho), mas desde 1940 este vinha apresentando declínio da cultura, não conseguindo acompanhar o dinamismo de outras regiões. Tudo indica que a causa dessa queda na produção, foi a pouca disponibilidade de terras próprias ao cafeeiro e o deslocamento para Norte Novo (Londrina, Maringá e Apucarana) de alguns cafeicultores (LUZ, 1980, 1988).

O Norte Novo, ainda com a cafeicultura incipiente, já ganhava espaço na produção desde 1940, atingindo o seu apogeu na década de 1960.

Assim diz Cancian: “Sob a nova fase de preços ascendentes, o Paraná tomou grande impulso na década de 50, atingindo na década de 60 sua fase mais dinâmica, ultrapassando inclusive a produção paulista”. (Cancian, 1981, p. 92)

Na década de 50, surge com grande participação de café do Norte Novíssimo (Paranavaí e Umuarama) que atingiu sua alta produção, na década de 60.

O centro dinâmico da produção no Paraná deslocou-se por duas vezes, em períodos considerados curtos. Em 1951, quando o norte novo superou o norte pioneiro, onze anos depois, quando o Norte Novíssimo ultrapassou o Norte Novo (DIAS, 1999).

O que se pode dizer sobre esse deslocamento é que em algumas regiões a terra foi propícia ao café e ao próprio esgotamento que se verificava em algumas áreas.

A superprodução de café na década de 1960 juntamente com a geada de 1963, foram causas de declínio da cafeicultura no norte do Paraná. Na época teve por parte do governo programa de racionalização agrícola. O governo pagava para arrancar pés de café e financiava outras lavouras temporárias e pastagens, com isso o café veio perdendo espaço para outras culturas, como é o caso da soja e do trigo (IPARDES, 1985).

Essas foram as principais transformações econômicas ocorridas no norte paranaense no período em análise. Cabe destacar o papel fundamental da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, bem como a atividade cafeeira que possibilitou uma rápida expansão populacional na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve por objetivo analisar o processo de ocupação da fronteira agrícola na região Norte do Paraná pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (C.M.N.P.) durante as décadas de 1940 a 1960. Tiveram como área de estudo as Microrregiões de Londrina, Maringá, Apucarana, Cianorte e Umuarama.

A região Norte do Paraná teve sua ocupação e seu povoamento desenvolvidos entre as décadas de 40 e 60, sob as condições favoráveis à lavoura cafeeira. O seu desbravamento se efetuou sob o impulso da expansão agrícola que, avançando para Oeste, incorporou à economia nacional as terras férteis do norte paranaense, notabilizados pela presença da “terra roxa”.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná teve um papel fundamental no processo de ocupação da referida região, no entanto esta sempre esteve voltada para o sistema capitalista. Não ocorreu nenhum milagre econômico e sim uma eficiente política e altamente capitalista em relação à terra. Outra característica da colonização da região foi pautada em pequenas e médias propriedades criando-se, assim, um novo modelo econômico agrícola.

Importante salientar que a Companhia não estava interessada em grandes latifúndios, e sim em pequenos lotes e que os próprios proprietários tivessem condições de pagar. Em média os lotes variavam de cinco (5) a trinta (30) alqueires e o prazo de pagamento era de até quatro (04) anos com juros de 8 % a.a.

Em relação ao processo de ocupação territorial verificou-se um considerável aumento da população entre 1920 e 1960. Em 1920 a região tinha 83.073 habitantes, correspondente a 12,11% da população do Estado. Em 1940 em virtude do grande avanço das frentes agrícolas pioneiras, a região atingiu 340.449 habitantes, o que significa 27.54% do total do Estado. Na década seguinte a população da região alcançou quase um milhão de pessoas, representando 44,5% da população do Paraná. Em 1960 a Região Norte do Paraná contava com mais de dois milhões de habitantes, representando quase 50% da população do Estado. Outra característica dessa ocupação foi o predomínio da população rural sobre a urbana.

As migrações internas verificadas no Norte do Paraná relacionam-se ao processo migratório geral do país, que se desenvolveu a partir da década de 30. As migrações ocorridas tiveram muita semelhança com as verificadas em outras regiões o Brasil.

Analisando a taxa de crescimento que a população do Norte do Paraná teve no período de 1940 a 1950, verificou-se um aumento de 396,4%. Entre 1950 e 1960 esse aumento foi de 1.277,9%. Enquanto a taxa de crescimento populacional do Estado foi de 6,1% em 1940; 17,7% em 1950 e 20,6% em 1960. Evidencia-se, assim, que o ritmo de crescimento populacional no Norte do Paraná foi superior ao do Estado.

As transformações econômicas ocorrida com o cultivo do café foram determinantes para a efetiva ocupação territorial do Norte do Paraná. O aumento do ritmo de ocupação da região após a segunda Guerra Mundial coincidiu com a valorização do preço do café e o bom comportamento da produção, no período de 1940 a 1950, chegou a corresponder a 24% da produção nacional de café.

O Mercado cafeeiro paranaense já ganhava destaque na produção brasileira. Vindo para cá os cafeicultores dos estados de Minas Gerais e de São Paulo, ampliando, assim, o parque cafeeiro no Paraná.

A superprodução de café na década de 1960, juntamente com a geada de 1963, foram causas de declínio da cafeicultura no Norte do Paraná, mesmo contando com o apoio do Governo sob o programa de racionalização agrícola. O governo pagava para arrancar pés de café e financiava outras lavouras temporárias e pastagens, com isso o café perdeu espaço para outras culturas, como é o caso da soja e do trigo.

A partir dos anos 1960, ocorreram transformações no sistema produtivo; estas alteraram a forma de utilização da terra, provocando o esvaziamento populacional do campo, o crescimento da população residente na zona urbana e o aumento da população economicamente ativa ocupada nos setores secundário e terciário. A economia da região se diversificou e outras transformações ocorreram na região como a substituição de lavouras permanentes, pelas lavouras temporárias, bem como à mecanização da agricultura, à concentração da propriedade e as alterações nas relações de trabalho.

Fica como sugestão para futuras pesquisas analisar a transição e a substituição do cultivo do café pelas culturas temporárias, como a soja, o trigo e o milho, e o processo de agro industrialização que se verificou no Paraná a partir da década de 1970.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Arthur. **Maringá, Ontem, Hoje e Amanhã**. Ed. Grafipar. Curitiba-PR, 1979.
- CAMARGO, José Francisco de. **Êxodo Rural no Brasil**. Ed. Conquista, 1960.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense 1900/1970**. Ed. Grafipar. Curitiba-PR, 1981.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (C.M.N.P). **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, EDANES, 1975.
- CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE – Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. Vol.03, Nº01, 1º sem/2012.
- CRESTANI, Leandro de Araújo. **Nas fronteiras do Oeste do Paraná: Conflitos Agrários e Mercado de Terras (1843/1960)**. Saarbrücken. Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs). **Maringá e o Norte do Paraná** (Estudos de história regional). EDUEM - Maringá, 1999.
- DELFIM NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1959.
- DUQUE, Hélio. Tese Apresentada no **IV Encontro Agropecuário do Nordeste**, realizado de 22-25/set. 1975. Salvador - BA.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Editora MB (Memória Brasileira) Maringá-PR, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 9 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1972.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndios**. Ed. Paz e Terra, RJ, 1977.
- GRAHAM, DOUGLAS H. e HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. **Migrações Internas no Brasil: 1872-1970**. São Paulo, IPE-USP/CNPQ, 1984.
- GRAZIANO SILVA, José. **Estrutura Agrária: Produção e Subsistência** Agricultura. Ed. ZAHAR, RJ, 1980.
- _____. **A Modernização Dolorosa**. Ed. ZAHAR, São Paulo, 1982.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico – 1960**. Paraná 1940 e 1960. Rio de Janeiro, 1970.
- _____. **Censo Agrícola**. 1960 – 1980. Paraná. Rio de Janeiro, 1970.
- INSTITUTO PARANAENSE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E

SOCIAL (IPARDES). **Contribuição ao Estado do Critério Rural no Paraná.** Curitiba, 1978.

_____. **Formação de Capital na Agricultura Paranaense.** Curitiba, 1979.

_____. **As Migrações e a Transformação da Estrutura Produtiva e Fundiária no Paraná.** Curitiba, 1983.

_____. **Nova Configuração Espacial do Paraná.** Curitiba, 1983.

_____. **Consequências Sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná.** Curitiba, 1985.

Faltou LUIZ e OMURA (1976)

LUZ, France. **O Fenômeno Urbano numa zona pioneira:** Maringá. São Paulo, FFLCH - USP, 1980. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1980.

_____. **As Migrações Internas no Contexto do Capitalismo no Brasil: A microrregião Norte Novo de Maringá-1950/1980.** São Paulo, FFLCH - USP, 1988. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 1988.

MARTINS, José da Souza. **Expropriação e Violência.** São Paulo, Ed. HUCITEC, 1980.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

MORO, Dalton. **Substituição de Culturas e Transformações na Organização do Espaço Rural do Município de Maringá.** São Paulo, USP, 1980 (Dissertação de Mestrado). São Paulo, 1980.

OSÓRIO, C. Migrações Recentes e Desigualdades. I Encontro Nacional da Associação de Estudos Populacionais (ABEP), Campos do Jordão – SP, 1978.

PADIS, Pedro Calil, **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SINGER, Paulo. Migrações Internas: Considerações Teóricas Sobre o seu Estudo, in: **Economia Política da Urbanização.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.

SIQUIERI, Cleonice Aparecida. **A Realidade e Perspectiva do Boia-Fria numa região Canavieira do Norte do Paraná (Água Boa).** Maringá, UEM. (Monografia). Maringá, 1985.

SODERO, Fernando Pereira. **O Estatuto da Terra.** Brasília DF. Fundação Petrônio Portela, 1982.

VERRI, Ênio José. **O desenvolvimento recente da indústria paranaense.** (Dissertação de Mestrado), Maringá, UEM. Programa de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 1998.

CAPÍTULO 5

CONFLITOS AGRÁRIOS EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA: O CASO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO – PR (1960-1970)³⁵

*Leandro de Araújo Crestani*³⁶

*Nilton Marques de Oliveira*³⁷

*Rosangela Maria Pontili*³⁸

*Moacir Piffer*³⁹

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar o conflito agrário na Microrregião de Toledo- PR, entre 1960 e 1970. A escolha desse período deve-se ao fato de que a colonização do Oeste do Paraná iniciou-se nas décadas de 1940 e 1950 e, entre 1960 e 1970, deu-se grande parte dos conflitos de terra nessa região. Tal fato merece atenção por parte da academia, dada a importância de estudar e entender como se deu o processo de ocupação em uma região de fronteira, onde a terra é tida como uma das melhores do mundo, em termos de fertilidade e produtividade. Nesse sentido, o artigo é uma reflexão acerca da especulação, concentração e apropriação das terras devolutas que geraram, posteriormente, os confrontos e conflitos contra os colonos e posseiros na região de Toledo-PR, enquanto forma de entendimento utilizado para se compreender aquela realidade, suas disputas, conflitos e hegemonia de grupos locais e regionais.

No processo de investigação sobre a temática, pode-se constatar que muitas pesquisas realizadas sobre o Oeste do Paraná preocuparam-se em conhecer o

35 O presente capítulo teve uma versão publicada com o título “Luta pela posse da terra em uma região de Fronteira: Toledo/PR” na Mnemosine Revista. Volume 5, n. 2 jul/dez, pp.24-38, 2014.

36 Doutorando em História Contemporânea pela Universidade de Évora, Portugal. Professor da Faculdade Sul Brasil - FASUL. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e Membro Colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política – CICP, na linha de investigação “*Europe Society, Citizenship and Global Dynamics*” da Universidade de Évora. E-mail: leandrocrestani@hotmail.com

37 Economista pela UEM, Mestre em Economia Aplicada pela UFV e Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE, Toledo - PR. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do curso de Ciências Econômica da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Bolsista do Programa “Novos Pesquisadores da UFT” (Propesq/UFT). Pesquisador dos Grupos de Estudos em Economia Aplicada e Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Estado, Educação e Sociedade (Geipees) da Universidade Federal do Tocantins. Área de Pesquisa: Desenvolvimento Regional, com ênfase em economia regional e urbana, pobreza, desigualdades socioeconômicas, análise regional e economia do Tocantins. E-mail: niltonmarques@uft.edu.br

38 Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio/Unioeste Professora Assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus Cascavel. Email: rpontili@yahoo.com.br

39 Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Colegiado de Economia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). Email: mopiffer@yahoo.com.br

processo de colonização. A maioria das publicações existentes está em consonância com a retórica produzida pela colonizadora (MARIPÁ), ou seja, “observa-se uma certa fidelidade ao que a empresa escreveu sobre si mesma, a partir da aceitação de um vasto complexo narrativo que faz dela o centro irradiador da história do Oeste paranaense” (SCHNIEDER, 2001, p.4).

Diante do vazio na escrita sobre os conflitos agrários na Microrregião de Toledo, a problemática que persiste nessa pesquisa é o estudo de disputas territoriais na região Oeste do Paraná. Uma questão de disputa das fronteiras agrícolas entre a donos do poder contra colonos, posseiros e grileiros.

Delimita-se como marco temporal de referência o ano de 1960 até o ano de 1970. Dessa forma, o estudo pretende compreender a dinâmica da formação das fronteiras internas desse processo, a qual moldou a forma institucional desse mercado de terras. Contudo, o estudo da formação do mercado de terras no Oeste do Paraná é o ponto chave para o entendimento das fronteiras internas.

A questão agrária no Oeste o Paraná tem sua origem no próprio processo de ocupação das terras devolutas na faixa de Fronteira. Ao longo dos anos, a estrutura agrária do Oeste decorreu da exploração e expropriação de famílias que viviam na zona rural e que possuíam unicamente ou pouca coisa além de sua força de trabalho.

Assim, investigam-se os conflitos agrários na Microrregião de Toledo, a partir, principalmente dos Autos Criminais da Comarca de Toledo (1960-1970) do Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) da Unioeste/*Campus* Toledo, referentes aos municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, São Luiz do Oeste, São Pedro do Iguaçu e Ouro Verde do Oeste. Foram estudados aspectos como a composição do patrimônio produtivo e das fortunas das terras do Oeste, bem como a evolução do preço dos bens de produção ao longo do tempo. Entre todos os bens, a terra teve papel privilegiado na análise, tendo em vista a importância que o processo de mercantilização do campo adquiriu, neste momento, enquanto variável a influenciar as transformações das estruturas agrária e fundiária do Oeste Paranaense.

A metodologia foi entendida como caminho ou procedimento de reflexão e análise necessária para a articulação do corpo conceitual (ou teoria) com a realidade de investigação. No estudo de caso da Microrregião de Toledo - PR busca-se a abordagem analítico-comparativa na compreensão das disputas territoriais do Oeste paranaense.

Isto posto, este artigo está dividido em três partes, além desta introdução, a seguir apresenta-se uma breve discussão sobre o conceito de fronteira, território e espaço, com o intuito de embasar teoricamente os conflitos agrários que ocorreram numa região de fronteira, no caso na Microrregião de Toledo-PR. Na terceira parte, é feita a análise dos conflitos agrários na microrregião de Toledo. Por fim, as considerações finais sumarizam este estudo.

FRONTEIRA, TERRITÓRIO E A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

Nesta seção será apresentada uma breve discussão sobre fronteira, território e espaço, entendendo-se que se faz necessária essa discussão para compreender a problemática da ocupação e dos conflitos agrários que aconteceram na Microrregião de Toledo-PR. Primeiro apresenta-se a discussão sobre fronteira depois território e, por fim, sobre espaço.

Martins (2009) analisa os aspectos da multiplicidade da fronteira. O elemento unificador dos estudos é o desencontro entre diferentes grupos sociais que juntam e se separam entre a esperança por um pedaço de chão, ou o destino trágico, a morte. É assim que posseiros, indígenas, missionários, colonos e capitalistas tramam seus destinos pela luta da posse de terra compondo as máscaras que se esfacelam na tragédia da fronteira. O autor tece sem retoques um espaço social marcado pelos caminhos e pelos descaminhos.

Os estudos de Martins (2009) contradizem a lógica dominante sobre a ocupação das fronteiras dos estados brasileiros, pois na lógica tradicional na formação das fronteiras internas destacam-se as figuras proeminentes ou grupos sociais, que, desbravando um território selvagem e despovoado, teriam construído a civilização no espaço recém-conquistado. Mas na verdade isso não acontece dessa forma idílica.

Para a compreensão de fronteira Martins (2009) analisa a frente pioneira e a frente de expansão. A frente pioneira (p.186) se define economicamente pela presença do capital na produção, e a frente de expansão, como uma concepção que percebe a ocupação do espaço sem a mediação do capital, tomando como referência primeira as atividades dos indígenas. Nas palavras de Martins (2009, p.163): “fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano”.

Ao estudar a frente de expansão brasileira, o autor desvenda os segredos da situação de fronteira, reconstroi analiticamente mediante a inserção social, os nexos da conflitualidade na fronteira, lugar que, na ausência expressa de instituições pauta grande parte das relações pela dominação personalizada, mediante a ação de forças repressivas do privado. Na análise sobre a reprodução do capital na frente pioneira, analisa-se a escravidão por dívida ou peonagem, expressões do cativo no capitalismo da fronteira do Brasil, demonstrando-se que essa forma de exploração constitui um dos elementos da acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital, a presença contemporânea de relações sociais do passo reatualizadas enquanto produtos do capital (MARTINS, 2009).

Na perspectiva de Pujals (2008) as fronteiras tradicionais, que se conhece, estão se apagando, e as culturas entram em contato à medida que os mercados se intercomunicam e as informações vão e vem de um lado a outro do mundo em tempo real. As fronteiras da atualidade não são as fronteiras tradicionais, nem as históricas. Não são as fronteiras político-administrativas. Tampouco as fronteiras linguísticas. Nem tão somente as fronteiras que vêm marcadas pela renda *per capita* ou pelo nível de bem-estar social. As novas fronteiras são as da mentalidade, do pensamento e do imaginário coletivo. Mudá-las ou não, expandi-las ou não, é algo que só depende de nós.

A seguir discute brevemente o conceito de território. Entre as muitas conceituações possíveis, pode-se entender o território como o espaço de interações dos subsistemas natural, construído e social, os quais compõem o meio ambiente nacional, regional e local. O território não se entende apenas como entorno físico onde se desenrola a vida humana, animal e vegetal e onde estão contidos os recursos materiais, mas compreende também a atividade do homem que modifica esse espaço. É o chão mais a população, ou seja, uma identidade, o fato de pertencer àquilo que nos pertence (SOARES, 2009).

Na visão de Pires *et al.* (2011) o termo território exprime uma relação melhor entre um grupo que exerce domínio sobre certa porção do espaço, geralmente remete a relações de poder ou controle sobre uma área. Esse controle pode ser físico, com ocupação de uma área, ou pode ser político e econômico de forma simbólica, como uma marca de produtos que domina certa porção do mercado em determinado local. A discussão sobre território vem de muito tempo, iniciando por conceitos voltados para a natureza, principalmente relacionados aos animais, ou as áreas geográficas, onde os processos de ocupação se desencadearam.

Segundo Albagli (2004, p. 23):

o território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Daí que o território seja objeto de análise sob diferentes perspectivas – geográfica, antropológico- cultural, sociológica, econômica, jurídico-política e bioecológica.

Este conceito está ligado ao espaço de atuação das pessoas, deixando o território restrito às áreas onde o seu controle pode atingir, de forma direta. Sack (1983) destaca a territorialidade como um conceito amplo, abrangendo uma escala infinita, exemplificando os limites que são dados a uma criança ao adentrar ao escritório, impondo onde ela pode ou não mexer ou ir, restringindo o seu território. Desta forma Claval (1999) também coloca que a ideia de território se aplica a todas as escalas, desde uma peça em um escritório até a de um Estado, e assim pode-se ver que há uma série de dimensões que influenciam a gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios, das quais Albagli (2004) descreveu algumas: a dimensão física, a econômica, a simbólica e a sociopolítica.

Assim sendo para colocar em discussão um território será necessário levar em consideração as questões físicas, sociais, culturais, afetivas, simbólicas, políticas e econômicas e focar na escala que se deseja abranger, logicamente sem deixar de lado a sua abrangência. A escala a ser estudada aqui está voltada às questões que envolvem o ser humano, o rural, o urbano e o desenvolvimento de seu território.

Haesbaert (2012, p. 37) aborda a amplitude do conceito de território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana,⁴⁰ têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em um determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território,

40 Alguns autores distinguem “espaço” como categoria geral de análise e “território” como conceito. Segundo Moraes (2000), por exemplo, “do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território” (p. 17).

em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder, ligada à concepção de Estado; a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (capital-trabalho); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, no estudo das sociedades ditas tradicionais; a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Haesbaert (1995; 1997); bem como Haesbaert e Limonad (1999) sintetizam as noções de território em três vertentes básicas: i) política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado; ii) cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; iii) econômica: menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Já para Moraes (2005, p. 53) o território é um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. Com outra abordagem Sposito (2004, p. 17) destaca que o território deve ser analisado levando em consideração quatro concepções: a primeira é a naturalista, a segunda é mais voltada para o indivíduo, a terceira é quando se identifica outra abordagem de território, em que este é confundido com espaço e a quarta é aquela definida pelas transformações que a sociedade impõe à natureza.

Desta forma, pode-se verificar que território está envolto na conquista dos indivíduos (quer seja pessoa física, jurídica ou o estado), conquista esta de um espaço onde possam viver conviver e ter os seus relacionamentos. Assim, o território representaria de forma identitária e afetiva o local que lhe pertence.

Com isso, surge o questionamento: porque o território, em determinados casos é deixado de lado, abandonado, trocado por outro? Ou simplesmente isto pode significar algo temporário, mesmo sem a posse, os sentimentos e as lembranças permanecerão e o indivíduo vai sempre se sentir daquele lugar. Assim pode-se dizer que está ocorrendo a desterritorialização ou o que na verdade poderá estar acontecendo é a multiterritorialidade?

Na abordagem de Neto (2006) o território é visto sob a ótica da sua especialidade e da sua personalidade. A personalidade do território é o modo como o território funciona como se relacionam entre si os agentes econômicos e institucionais territorialmente presentes, as características específicas da sua especialização econômica territorial, o nível de sofisticação dos modelos de interação e colaboração entre os agentes/atores territorialmente mais relevantes, os modelos de aprendizagem coletiva e inovação que o caracterizam e a menor cultura participativa dos seus cidadãos.

Continuando, a personalidade do território, em grande medida, é também a sua capacidade de reencontrar novas formas de combinação de recursos e fatores e de se

adaptar e reagir às decisões de deslocalização das empresas e à perda de competitividade de setores econômicos neles dominantes. A personalidade do território e o conjunto de recursos materiais e imateriais de que dispõe constituem a sua identidade (NETO, 2006, p. 15).

Para Moraes e Costa (1999) a valorização do espaço é entendida como um intercâmbio material entre a sociedade com suas necessidades de trabalho e formas de organização para a produção e, de outro o espaço, como seu substrato material mais imediato, expresso nos recursos naturais e na natureza em geral. Numa visão marxista, o homem transforma a natureza para sua subsistência e, ao transformá-la ele próprio se humaniza. O homem é visto, assim, como o sujeito da natureza e esta como o seu corpo inorgânico. O homem trabalha, modifica a natureza, pois o trabalho implica pré-ideação, consciência em ação.

A ocupação de terras na região de Fronteira, no caso da Microrregião de Toledo-PR, deu-se com a apropriação de territórios anteriormente ocupados por tribos indígenas⁴¹, podendo-se qualificar esse processo como sendo o de apropriar para valorizar o espaço, transformando-o em capital, meio de produção e reprodução do lucro.

Benko (2002) e Castells (1999) verificam a emergência de uma nova perspectiva de processo produtivo que, na busca da restauração do lucro, gera o aprofundamento das relações capitalistas, conduzindo o capital, cada vez mais, a associar-se em rede mundial e reestruturando o espaço local. Na busca da restauração do lucro, fez-se mister um processo de produção em que o mercado fosse atendido com mais velocidade, menos rigidez e com maior produtividade e lucratividade.

Dentro de uma perspectiva ideológica, Santos (2003) verifica que a partir da valorização do espaço, do ordenamento através das formas, seguindo um processo ideológico, os grandes grupos econômicos consolidam a seu poder sobre o território, ampliando o laço de dependência das economias periféricas. O espaço segundo Santos (1997, p. 18) se define como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Pode-se também considerá-lo um conjunto de elementos fixos e fluxos. “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Já os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam” (*op.cit.*, p. 50).

Dessa forma, o espaço é um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por um sistema de ações igualmente imbuídas de artificialidades e cada vez mais tendentes a fins estranhos a seus habitantes. Os objetos não existem sem os vermos separados do sistema de ações. Os sistemas de ações não se dão sem os sistemas de objetos (SOARES, 2009). Milton Santos (2003), parafraseando Whitehead, diz que “fora do espaço não há realização”.

As sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem como visto relações vitais com o seu espaço. Nas palavras de Santos (1999, p. 23): “produzir é produzir espaço”. Nessa relação vital de produção o

41 Para maiores detalhes ver SCHALLENBERGER, Erneldo. Autoridade e Conflito no Guairá (2011).

trabalho aparece como fonte do valor, ou seja, um processo de valorização. A valorização do espaço, segundo Moraes e Costa (1999), não se confunde imediatamente com outras manifestações da vida social, pois possui movimento próprio, elementos específicos que a caracterizam, pois a contradição capital-trabalho explica a organização do espaço no modo de produção capitalista.

Na ótica da valorização, a produção do espaço e seu resultado são apenas um momento no processo de formação do território, o que dá origem a essa parcela específica do valor do espaço, aquela criada pelo trabalho. Os resultados que desempenham determinados papéis no processo social em geral são o movimento interno na produção do espaço. Milton Santos (1999) expõe a essência desse processo de produção do espaço. Para ele, os modos de produção criam formas espaciais que duram mais que os processos que as engendraram. Denomina a essas formas de rugosidades, e aponta a sua inércia dinâmica sobre os processos sociais. Por inércia dinâmica, entende uma sobredeterminação do espaço na vida econômica. As contradições antigas tornam-se qualidades do lugar.

A seguir discute-se a ocupação e o conflito agrário travado na Microrregião de Toledo-PR como forma de reprodução e ampliação do capital e, consequentemente pela luta do poder das oligarquias locais.

ANÁLISE DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO

A configuração da posse das terras na região oeste do Paraná, especificamente na microrregião de Toledo, aconteceu com base na invasão das propriedades já escrituradas pelo Estado do Paraná. Esta era uma forma comum de *aquisição* para os grandes proprietários sobre os camponeses da região em questão.

No dia 19 de maio de 1962, no município de Toledo, na 29ª Delegacia Regional de Polícia, Ariovaldo Vilella indicou Traiano Gomes de Araújo e Liriano Garcia, afirmando que as terras sobre a sua responsabilidade foram invadidas e tendo ocorrido, inclusive, a derrubada de matos.

Estando ontem na propriedade de seu constituinte isto é no lote setenta e seis da gleba uma primeira parte, que divide com as terras da Fundação Paranaense pela reta conhecida como: “Reta da Fundação”, Olimpio dos Santos Lima Filho, do qual é procurador, por pessoas chefiadas pelo senhor Liriano Garcia residente nesta cidade na Vila Operaria; que não apenas se acham essas pessoas roçando matas na propriedades referida como também, foi construindo um racho que ainda não está habitado, quasi na linha divisória da reta mencionada, que, o senhor Liriano que é conhecido apenas como Lirio declarou que agia em nome de terceiro o que não exclui a sua responsabilidade no crime de invasão de propriedade alheias; que o declarante notificou-o verbalmente chamando a sua atenção para o fato de estar colhendo milho dentro das terras do lote numero setenta e seis o que terá o mesmo de provar com que razões o faz, perante a autoridade policial; que em virtude dos precedentes, já mencionados em queixa que o declarante de a tempos contra o senhor Trajano Gomes esta segunda invasão assume o caráter de um plano destinado a usurpar por meio ilícito as terras do proprietário que o declarante representa. (AC/NDP: 315/27 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 19 DE MAIO DE 1962).

Pode-se perceber que a invasão em propriedade de vizinhos no município de Toledo, na década de 1960 a 1970 era uma forma de aumentar a sua respectiva propriedade. Ocupar um território era uma forma de garantir a posse. Mesmo Olimpio dos Santos Lima Filho, tendo o “Título de Domínio Pleno de Terras” de compra de terras devolutas de domínio do Estado, expedido pelo o governo do Estado do Paraná no dia 29 de Julho de 1957. Teve sua posse contestada.

FIGURA 1 – PLANTA DO LOTE N° 76, COLÔNIA SÃO FRANCISCO



FONTE: AC/NDP: 315/27 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 19 DE MAIO DE 1962.

Um exemplo sobre a formação de aquisição de terras na microrregião de Toledo foi a invasão. Ainda nas décadas de 1970 e 1980 era comum esse tipo de ato, como é mostrado no “Auto de Prisão em Flagrante” do dia 02 de agosto de 1972 de Pedro Pereira e Gilberto Batista Vieira por terem invadido a propriedade na Colônia Rio Quatro, do Núcleo São Pedro, no município de Toledo, visto que essa propriedade se situava em área de terras sobre sequestro judicial.

[...] os quais invadiram os lotes rurais de nrs. 273 e 271, da Colônia “Rio Quatro” do Núcleo São Pedro, neste Município de Toledo, cujos lotes situam-se em área sob sequestro judicial. Os acusados não possuem ordem do Depositário Público, daquela área de terras, e por isso, deu-lhes voz de prisão e os conduziu a esta Delegacia Regional de Polícia, acompanhado das testemunhas Walmor Dagostin e Joel Lopes Goes. (AC/NDP: 674/60 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 04 DE AGOSTO DE 1972, fl. 01).

Após a prisão por invasão, Pedro Pereira respondeu em depoimento que adquiriu essa propriedade do Banco do Estado do Paraná, sendo uma área de terras com 4 alqueires, referentes ao lote de número 271. Também afirmou que anteriormente residia no município de São Carlos do Ivaí no Estado do Paraná, trabalhando por porcentagem no cultivo de café e que, com as últimas geadas, o café foi destruído. Por ter uma família numerosa, veio morar no município de Toledo, onde construiu um rancho no lote 271. De acordo com o depoimento de Pedro Pereira, a partir do conhecimento que o Banco do Estado do Paraná, havia feito acerto e as terras por ele vendidas estavam sendo ocupadas pelos colonos, que somente ouviu falar que a área de terras onde se situava o seu lote encontrava-se sob sequestro judicial e não possuía ordem de ocupação, fornecido pelo Depositário Público.

Segundo depoimento de Gilberto Batista Vieira, em relação a posse de Pedro Pereira sobre o lote número 273, no Núcleo São Pedro, respondeu:

[...] que, o conduzido [Pedro Pereira] em data de 13 de maio de 1968, adquiriu do Banco do Estado do Paraná S/a., através do procurador José Antonio de Oliveira o lote rural nr.273, da gleba denominada “Núcleo São Pedro”, neste Município, com área de 4 (quatro) alqueires, conforme termo de transferência e cessão de Direitos e obrigações, celebrado naquela data; que, no referido – lote o conduzido tinha um agregado, Wenceslau de Tal; que, no dia 1º do corrente mês, o agregado tinha conhecimento que a área onde se situa o lote nr.273, está sob sequestro judicial, porem não tendo onde residir, sendo pai de 5 filhos menores, - fez a mudança para a terra que é sua; que, o conduzido não – possui ordem do Depositário Público, para ocupar o lote nr.-273; que, o conduzido esclarece que no referido lote, existe um rancho construído por seu agregado; que, em data de hoje, - por volta das 16,30 horas, ali compareceram policiais florestais e efetuaram a prisão e conduziram o declarante para esta Delegacia. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado, pelo que mandou a autoridade encerra este auto [...] (AC/NDP: 674/60 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 04 DE AGOSTO DE 1972, fl. 04-05).

Nessa trama entre Pedro Pereira e Gilberto Batista, ficou definido que ambos invadiram os lotes rurais de números 271 e 273, da Colônia Rio Quatro, Núcleo São Pedro, no município de Toledo, ou seja, esses lotes estavam sob sequestro judicial, estando a demanda a ser resolvida pela Justiça Federal.

Como um dos critérios de posse na região oeste do Paraná era a moradia, vários grileiros invadiam terras em questões judiciais, na expectativa que a partir dessas posses, um dia as terras se tornariam suas. No caso de Pedro Pereira e Gilberto Batista, eram invasores de acordo com Ministério Público do Estado do Paraná, que julgou que as referidas posses não pertenciam aos invasores e que, caso permanecessem no local, poderia ocorrer o emprego de violência corporal para a vossa retirada.

A Colônia São Francisco do Município de Toledo foi alvo de várias disputas sobre a posse das terras desta localidade. Pode-se citar a disputa de Antônio Luiz Padovani contra Guido Heis, em outubro de 1972, por crime de “esbulho possessório”.

1. – que, ora requerente é ocupante legal de uma área de terras situada dentro da Faixa de Fronteira de 66,00 quilômetros, de domínio da UNIÃO FEDERAL, cuja ocupação vem de há mais de 14,00 anos, com posse – mansa e pacífica, conforme é público e notório.
2. – que, tal situação é pública e notória, todavia, de há cerca de dez dias a esta parte, - o requerido invadiu parte dessa área e ali passou a efetuar derrubada de uma reserva de mata, reserva essa prevista e exigida por lei, - dentro da área ocupada pelo ora requerente e, além disso, em local de planta já em franca produção, - passou a limpar um local para a construção de uma casa, tendo já levado a madeira para o mesmo local. (AC/NDP: 771/71 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 20 DE OUTUBRO DE 1972, fl. 02).

Não se pode defender a ideia que o município de Toledo foi um exemplo de colonização e que não houve problema sobre a titulação da terra. Essa disputa entre Antônio Luiz Padovani e Guido Heis representa uma problemática básica que foi a característica do oeste paranaense, a dupla titulação sobre a posse de um mesmo local.

No inquérito instaurado sobre o esbulho possessório entre Antonio Luiz Padovani e Guido Heis, ficou evidenciado o seguinte:

Antonio Luiz Padovani, ocupante legal das terras que se situam dentro da área de 66 quilômetros da Faixa de Fronteira, alega que os lotes nºs 26 e 27 do núcleo São Pedro estão dentro das terras por ele ocupadas e pretendidas por Guido Heiss, acrescentando que o desmatamento e o cultivo da terra foi e está sendo feito por ele, isto por intermédio de seus empregados. Guido Heiss, confessa que realmente tem a intenção de limpar o terreno que foi desmatado por terceiro e ali fazer plantação, pois, adquiriu o terreno por compra, conforme documentos que ora junta a fotocópia nos autos. Acrescenta ainda que se acha no direito, pois a documentação estão legalizada e sua compra foi com o interesse de fazer ali, plantações agrícola. (AC/NDP: 771/71 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 20 DE OUTUBRO DE 1972, fl. 27).

Contudo, em relação a essa disputa foi decidido pela autoridade policial, que ambas as partes não fizessem o uso da terra em questão, que se aguardasse a decisão da justiça, para definir quem realmente ficaria com a posse. Porém, não foi achado no Núcleo de Documentação e Pesquisa da Unioeste – Campus Toledo, a continuidade desse processo.

Ao analisar alguns Auto Criminais da Comarca de Toledo, alguns nomes aparecem repetidamente em disputas sobre a posse de propriedade. Tem-se como exemplo o caso de José Antonio de Oliveira contra Antonio Luiz Padovani. Segundo o Auto Criminal 849/78, José Antonio teve que denunciar uma série de atos delituosos que estavam acontecendo na localidade de São Pedro, no município e comarca de Toledo. Teve que requerer o seguinte contra Antonio Luiz Padovani:

1. – No dia de ontem, 15 de fevereiro, 3ª. Feira, por volta das 14,00 horas, os indivíduos Expedito Maia de Oliveira e Vivaldo Vilas Boas, “Jagunços” assalariados de Antonio Luiz Padovani, compareceram à serraria de Julio Kimura, estabelecida no lote rural nº 44, do loteamento do “Banco do Estado do Paraná S.A.” e onde se achavam tralhando cerca de 11 operários;

2. – Em seguida, Expedito Maia de Oliveira e Vivaldo Vilas Boas alegaram que os trabalhos, que se faziam na chácara nº 44, do loteamento do “Banco do Estado do Paraná S.A.”, eram inteiramente ilegais, pois as terras em apreço pertenciam a Antonio Luiz Padovani. E, de imediato, que serrasse todos os cepos de madeira de lei que estavam sendo preparados para a montagem da serraria, inutilizando, por inteiro, todos os serviços feitos pelos operários de Julio Kimura.

3. – Quando a inutilização dos cepos de madeira de lei estava quase concluída, chegou ao local dos acontecimentos um soldado da Polícia Militar, sediado na localidade de São Pedro. O mesmo soldado, tomando conhecimento do que ocorria, rumou para a cidade de Cascavel, e horas depois, voltou ao lote rural nº 44, acompanhado de Celso Padovani, dizendo que a atuação dos jagunços de Antonio Luiz Padovani era perfeitamente legal e que as terras pertenciam a Antonio Luiz Padovani.

4. – E assim consumou-se mais uma grave injustiça social no distrito de São Pedro, onde quem manda é realmente Luiz Padovani, auxiliado por suas dezenas de jagunços armados (AC/NDP: 849/78 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 16 DE FEVEREIRO DE 1972, fls. 02-03).

Dessa maneira, comprova-se que o município de Toledo, assim como os demais municípios da região oeste do Paraná, teve conflitos agrários. A versão oficial da história do município de Toledo, que visa passar uma falsa ideia de colonização ideal, pacífica e com ausência de conflitos não passa de uma tentativa de legitimar a versão dos grandes proprietários, aqueles que usavam de sua relação de poder com a polícia e até mesmo sua força política, para usurpar a posse de colonos a seu favor.

Em relação à disputa acima mencionada, o Auto Criminal 849/78 enfatiza que no dia 05 de fevereiro de 1972 aconteceu outra grave ilegalidade: cerca de 50 a 60 homens e empregados de Antonio Luiz Padovani chegaram às chácaras de número 35 e 36, do loteamento do banco do Estado do Paraná S/A., ocupadas por Cremilde Tiossi, e ali destruíram uma casa de madeira construída e entupiram o poço feito por Tiossi. Em seguida, fizeram uma cerca, proclamando a propriedade de Antonio Luiz Padovani sobre as terras aludidas.

No mês de Fevereiro, do ano de 1972, pode-se constatar a presença dos jagunços de Padovani, na localidade de São Pedro, como:

[...] No dia 07 de fevereiro, 2ª. Feira, o “jagunço” de Antonio Luiz Padovani, de nome Jaime Moreira dos Santos, vulgo “Baiano Louco”, foi até a chácara nº 48, do loteamento do “Banco do Estado do Paraná S.A.” e aí destruiu uma casa de madeira construída por Antonio Cardoso. Tais fatos foram presenciados pelo Sr. Antonio Lopes Igleiais e por seu filho. [...] No dia 08 de fevereiro corrente, 3ª. Feira, vários “jagunços” de Antonio Luiz Padovani invadiram e se apossaram das chácaras nº 49, de Antonio Sorti e de nº 50, de Pedro Senderski (AC/NDP: 849/78 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 16 DE FEVEREIRO DE 1972, fls. 04).

O Auto Criminal 849/78, afirma que diante de tudo isto apresentando, os soldados da Polícia Militar, sediados na localidade de São Pedro, quando não dão apoio aberto ao grupo de Padovani, simplesmente não tomam nenhuma atitude, dizendo que o assunto, seria de competência judicial.

[...] Os “jagunços” de Antonio Luiz Padovani, animados pelo sucesso de suas investidas criminosas, já afirmam, com ousadia, que pretendem agora invadir o patrimônio São Pedro, onde moram centenas de pessoas. [...] Ora, ninguém pode trabalhar em paz na localidade de São Pedro. A violência e o terror imperam no distrito de São Pedro. Tôda a sorte de tropelias, arbitrariedades e violências são praticadas pelos “Jagunços” do grupo Padovani, sem que nenhuma autoridade tome qualquer providência, em especial os soldados da Polícia Militar de São Pedro. [...] A Alegação dos soldados da Polícia Militar, de São Pedro, é sempre a mesma: os assuntos denunciados seriam de competência judicial e civil. Mas, na verdade, o procedimento dos “jagunços” de Antonio Luiz Padovani retratam atos, cominados no Código Penal como crimes (AC/NDP: 849/78 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 16 DE FEVEREIRO DE 1972, fls. 05).

Logo, o processo de colonização do município de Toledo foi diferente da versão apresentada pela historiografia oficial, já que fica comprovada a existência de conflitos possessórios. A formação das fronteiras compreende-se por meio da intervenção estatal e policial no caso de ocupação das terras. Sabe-se que as atuações desses aparelhos, especialmente as áreas rurais, dá-se em favor dos poderosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo vários Autos Criminais do Núcleo de Documentação e Pesquisa, da UNIOESTE/*Campus* Toledo, foram utilizados para retratar os conflitos agrários na Microrregião de Toledo-PR, entre 1960 e 1970. Assim, foi evidenciado que no município de Toledo ocorreram conflitos em suas fronteiras internas pela posse da terra.

Houve disputa entre os donos do poder contra: colonos, posseiros e grileiros. Esses donos do poder, por sua vez, utilizavam do aparato de jagunços e da polícia militar para tirar proprietários de vossas posses.

Quando se depara com a história oficial de Toledo, ao contrário do apresentado nesta pesquisa, ve-se que uma parte do sofrimento do camponês não foi retratada. Ou seja, a sua luta pela posse da terra foi esquecida, apagada e rejeitada da versão oficial. Ficou em destaque somente os “grandes homens”, “pioneiros”, ou melhor “os donos do poder”, aqueles que tinham condição de manipular a justiça a seu favor. Dado o exposto, ressalta-se que vale a pena aprofundar o estudo dos conflitos agrários no município Toledo.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

Núcleo de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ Campus Toledo.

AUTO CRIMINAL: 315/27, 1962.

AUTO CRIMINAL: 674/60, 1972;

AUTO CRIMINAL: 771/71, 1972.

AUTO CRIMINAL: 849/78, 1972.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S., Território e Territorialidade, In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva**, Rio de Janeiro: Relume Deumará / Brasília – DF: SEBRAE, 2004.

BENKO, G.; **Economia, Espaço e Globalização**: na aurora do século XXI. 3 ed. São Paulo; Hucitec, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol.1 São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLAVAL, P. O Território na transição da modernidade, *revista Géographies et Cultures* n. 20, 1996, Paris: L'Harmattan. Tradução e revisão de: Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **Nas fronteiras do Oeste do Paraná: Conflitos Agrários e Mercado de Terras (1843/1960)**. Saarbrücken. Novas Edições Acadêmicas, 2013.

_____. **“Mãos Fortes”**: Conflitos de Terra em Assis Chateaubriand na década de 1990. Assis Chateaubriand: UNIMEO/CTESOP, 2008. [Monografia de Especialização em História Regional].

_____. **Memórias dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná (1950/80)**. Maringá: UEM, 2010. [Monografia de especialização em História e Humanidades].

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. GeoUERJ, nº 7. Rio de Janeiro: UERJ.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” a Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In.: CASTRO I. et al. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São

Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

MORAES, A. C. **Bases da Formação Territorial do Brasil:** o Território Colonial Brasileiro no “Longo” Século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R., **Território e História no Brasil**, 2ª. Ed., São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **A Valorização do Espaço.** (Geografia Crítica). São Paulo: Hucitec, 1999.

NETO, Paulo Alexandre (Org). **Território e Desenvolvimento Econômico.** Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

PEREIRA, D. C., CARRIERI, A. P., Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. **Revista ERA – Eletrônica**, v. 4, n. 1, Art. 13, jan/jul, 2005.

PIRES, Elson Luciano Silva. [et al.]. **Governança territorial:** conceito, fatos e modalidades. Rio Claro: UNESP – IGCE: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.

PUJALS, Joan Maria. **As novas fronteiras da identidade – um caso concreto: Catalunha.** São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2008.

SACK, Robert David. **Human territoriality.** Cambridge: Cambridge Univerty. Press, 1986. Disponível em: <http://www.cambridge.org/ca/academic/subjects/geography/historical-geography/human-territoriality-its-theory-and-history>. Acesso em: 04 dez. 2013.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial:** Crítica e Alternativas. 2 ed., São Paulo: Editora da USP, 2003. (Coleção Milton Santos, 3).

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Por Uma Geografia Nova? Da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica.** São Paulo: Hucitec, 1990.

SCHALLENBERGER, E. . Autoridade e Conflito no Guairá. In: CHAMORRO, Gaciela; VIEIRA CAVALCANTE, Thiago L.; GONÇALVES. Carlos B.. (Org.). **Fronteiras e Identidades:** encontros e desencontros entre povos indígenas e missões jesuíticas. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2011, v. 01, p. 135-146.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os senhores da terra:** produção de consenso na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960). Curitiba: UFPR, 2001. [Dissertação do Mestrado em História].

SOARES, Luiz Antônio Alves. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: ALMEIDA, F. G; SOARES, L. A.A. (Org.) **Ordenamento Territorial:** coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SPOSITO, E. S., Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In.: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A., **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CAPÍTULO 6

A MULHER NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

*Caroline Recalcatti Silveira*⁴²

INTRODUÇÃO

Na busca por uma nova visão, que substitua aquela tradicional, por vezes dominante e excludente em relação às mulheres no processo de construção social, é cogitada a análise de novos olhares que ofereçam outras perspectivas históricas.

Para tanto, é relevante trazer a discussão as mudanças nas quais as mulheres destacam-se enquanto atuentes do processo histórico. Nessa linha de pensamento o autor Marcos Sella (2003) registra que investir no olhar feminino, significa apostar na história da memória, do cotidiano, do espaço simbólico que, dentro da própria experiência feminina reserva componentes distintos da oficialidade da história. Assim, ele cita dois processos históricos, a Revolução Industrial e o Movimento Feminista como exemplos do desejo das mulheres de receberem o direito de serem ouvidas e visualizadas, trazendo a discussão temas como a participação no espaço público e a igualdade de direitos, “inclusive, é a partir de tais disparidades que o gênero surge, no escopo de dar à história uma nova categoria de análise”. (SELLA, 2003, p. 48)

Buscar a mulher na colonização é relevante, pois contribui para a identidade, para a história e para a cultura de uma região. Essa cultura é entendida na maneira como são expressos hábitos, tradições, costumes, comportamentos aprendidos e transmitidos socialmente, não tendo caráter estático e modificando-se na medida que insere-se novos elementos, estratégias ou formas de identificar-se em determinado lugar.

O Oeste paranaense, constituído por diferentes grupos étnicos, que influenciaram na formação do povo de Toledo, acaba definindo padrões culturais. Em consequência da grande miscigenação nessa região, a maneira como as identidades foram constituindo-se, sofreram forte influência desses grupos étnicos, o espaço social e cultural foram modificando-se historicamente, inclusive a paisagem e as relações que se travaram nesse espaço. Essas relações foram constituindo a dinâmica sócio-cultural.

A discussão em torno do local⁴³ nos leva a entender a região Oeste paranaense, à partir da soma de vários locais, e para defini-la politicamente e culturalmente, é preciso considerar referências históricas e espaciais, sendo de certo modo, difícil de entender as identidades dos sujeitos colonizadores, uma vez que foram forçados a mudar a lógica de vida, na medida que a relação campo-cidade parece trazer uma dinâmica sócio-econômica diferenciada.

O espaço social e cultural modificam-se historicamente, ou seja, a

42 Graduada em Ciências Sociais (Unioeste); Pós-graduada em Planejamento Municipal e Políticas Públicas (Unioeste); Mestranda em Estudos Históricos Europeus (Universidade de Évora-Portugal).

43 Como local, entende-se o lugar onde conseguimos construir identidades.

paisagem, as relações que se travam nesse espaço, os já presentes e os novos atores sociais, transformam a dinâmica sócio-cultural. Diante do novo cenário que emerge, percebe-se que a imigração, com a finalidade de colonização, ocupa um desejo individual que os imigrantes carregam de melhorar suas condições de vida, ou seja, os atores sociais do processo migratório são capazes de ordenar um novo estilo de viver, com as diferenças culturais e características específicas da localidade a ser colonizada, conhecida apenas pelos demais sujeitos que por ali habitavam, não desconsiderando, os possíveis sentimentos e emoções que poderiam influenciar decisões, considerando as redes sociais integrada por familiares e amigos no processo migratório.

Toledo é uma região de ocupação mais recente, na qual não há referências de uma história e memória cristalizadas, mas ao próprio movimento dinâmico da constituição de identidade, para além de e onde ainda se encontram vivos e atuantes as gerações que iniciaram esse processo. Logo, cria-se para esses imigrantes da colonização de Toledo, uma identidade, fundada na diferença cultural, enfatizando discernimentos sobre a simbólica da diferença cultural e os valores que orientam comportamentos, onde os indivíduos unem-se, por laços de amizade ou parentesco e que segundo Soares (2004, p. 106), “são mantidos por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apoia o movimento de pessoas, bens e informações, que unem migrantes e não migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino”.

De acordo com Giralda Seiferth (2011) o fenômeno migratório também produz etnicidade, delimitando o pertencimento a um grupo ou uma comunidade. A delimitação teórica agrega a identidade e a noção de fronteira cultural que delimita o pertencimento a um grupo ou comunidade, definindo os valores que orientam comportamentos dos indivíduos. Dentre esses comportamentos, busca-se identificar os lugares definidos para o feminino. Para isso, é preciso apostar na história da memória, do cotidiano, do espaço simbólico que, dentro da própria experiência feminina reserva componentes distintos da oficialidade da história, sugerindo a tentativa de construir uma história a partir das experiências de relações entre homens e mulheres, tendo a possibilidade de reescrever uma nova história.

O grande desafio é mostrar como pode ser diferente essa história que todos habitualmente já conhecem. Justamente por ela ter condições de ser traçada por um novo ângulo. Em suma, busca-se uma nova abordagem histórica exposta pelo olhar e perspectiva do ponto de vista das mulheres tendo clareza que a visão feminina da história pode estar difusa em diversas formas de sua expressão e do espaço feminino, restando buscar no cotidiano seus vestígios, buscando no processo de colonização do Oeste paranaense, a função da mulher no processo de colonização, identificando a cultura relacionada com a vida das mulheres, compreendendo que a sociedade convencional, cria os papéis e vai tentando harmonizá-los. É preciso entender quem é a mulher de Toledo, como ela está representada, buscando o olhar dessas mulheres sobre o processo de colonização, buscando entender como no universo das mulheres, presentes e atuantes do processo migratório e colonizador da região de Toledo, apresenta-se a identidade feminina, entendendo que “o gênero não é algo constituído

sempre de maneira coerente ou consistente, mas sim, ele interage com modalidades raciais, de classe, etnossexuais e regionais de identidades constituídas discursivamente” (BUTLER, 2011, p.23).

Portanto, o termo gênero, pode apresentar muitos significados, de acordo com as diferentes abordagens que existem sobre o fenômeno da construção social do masculino e do feminino pela sociedade e pela cultura. Sendo que nesse trabalho, considera-se o gênero como um sistema de significados atribuídos ao masculino e ao feminino e quando se fala em significados se fala em cultura no sentido antropológico. Entendendo que parte do que diz respeito ao gênero e suas construções sociais vêm da cultura e não da biologia. É a partir da cultura que são determinados significados, que são dados aos objetos, às atitudes, crenças, aos costumes e comportamentos, é também partindo da cultura que são construídos os significados atribuídos ao masculino e ao feminino.

O gênero também é considerado como parte da vida social. Está presente em todos os aspectos dessa vida social e assume conteúdos específicos em contextos particulares. Scott, uma das principais pesquisadoras da temática gênero, em nível internacional, afirma que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p.86). Em algumas culturas, pode ser pratica comum alguns tipos de trabalho que são executados por mulheres enquanto em outras, trabalhos semelhantes podem ser realizados por homens. São fatos que se modificam de sociedade para sociedade, confirmando que os papéis de gênero desempenhados por mulheres e homens são construções sociais inseridas em cultura e seus significados são resultados dessa relação.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Se buscarmos uma contextualização histórica, recordando brevemente o que foi o início da colonização do Oeste do Paraná, precisaremos direcionar os olhares para a colonização do Sul do Brasil e caracterizar o espaço colonial desta região, partindo dos atores sociais que programaram e organizaram esse espaço. De acordo com Valdir Gregory (2002, p. 15) o espaço colonial do Sul do Brasil é entendido por aquele projetado e estabelecido a partir da estruturação da pequena propriedade da terra na qual os imigrantes, trazidos e saídos da Europa, e seus descendentes se instalaram. Constituindo um espaço social e cultural decorrente das ações e das políticas relacionadas com o projeto nacional brasileiro de manutenção das fronteiras e de integração territorial em que as ideias de permissão, de direcionamento e de controle devem ser contempladas.

Interpretar o significado das culturas implica em reconstruir o modo como os grupos representam as relações sociais, que os definem enquanto tais, No caso das mulheres no Oeste Paranaense, a mulher.

Na visão de Josep Fontana (1980) a história tem desempenhado a função social de legitimar a ordem estabelecida, mesmo que tenha a intenção de mascarar-

la. Para isso, as tradições orais das sociedades têm justificado e transmitido o que é considerado importante para sua estabilidade, onde cada instituição e cada grupo social possuem uma identidade própria ou de um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição que os explica e justifica.

Neste sentido, podemos pensar sobre a figura do pioneiro⁴⁴ na região Oeste do Paraná. Qual terá sido realmente o papel desempenhado por eles, uma vez que são reconhecidos como homens de grande dignidade, donos de feitos heróicos, conferindo ao período de colonização e as pessoas que viveram nessa época, o peso histórico de justificar o agora, partindo do ontem:

É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora, é sentimento, reaparição do feito e do ido, na sua mera repetição. O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que ocorreu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer. (BOSI, 1987, p.20)

Na História de Toledo, repetindo aquilo que a sociedade em consenso deseja reproduzir e reinventar permanentemente a memória histórica dos velhos, é que se constrói a história oficializada e legitimada pelos grupos sociais que aparecem posteriores a uma primeira fase, que por muitos é conhecida como colonização.

Assim, o período de colonização no Oeste paranaense, retrata um discurso histórico que é inventado e reinventado a cada geração. É neste sentido que Eric Hobsbawm (1948, p. 54) afirma que ao inventar as tradições faz-se necessário um processo de formalização e ritualização, que baseado no passado por meio da repetição, é que se conseguirá validar o presente.

Neste cenário de colonização, pretende-se identificar a presença das mulheres, no contexto social, a maneira como elas se organizam, como são identificadas, que elementos da tradição, a memória se encarrega de guardar na medida em que elas se relacionam com um determinado grupo, fazem o outro sentir quem de fato elas são. É primordial entender como as mulheres se posicionam nos grupos étnicos, como elas se recriaram ou se enquadraram nos novos núcleos de colonização.

A RELEVÂNCIA DA FIGURA DA MULHER NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

A escolha pela identidade das mulheres, no processo de colonização, dá-se pelo entendimento que as mulheres carregam, as características da colonização à modernização dos lugares nos quais elas perpassam sozinhas ou ao lado dos homens, elas em todas as épocas e lugares têm contribuído para a subsistência de sua família

44 Pioneiro, neste contexto, significa uma identidade coletiva recriada pelos atores sociais, que buscam viver em comunidade, configurando um espaço cultural Sul brasileiro, à partir do local onde se movimentaram. No entanto, o termo pioneiro, muitas vezes, é entendido como o precursor, desbravador ou descobridor de determinados espaços, ignorando, a presença de demais atores sociais, presentes e atuantes nesses espaços. Isso, sem dúvidas, é um risco, pois destrói e ignora do processo histórico diferentes culturas e identidades, fazendo prevalecer apenas a do pioneiro.

e para criar a riqueza social (HOBBSBAWM, 1984, p. 12). A partir dessa perspectiva, observa-se que as manifestações femininas são reconhecidas por autores conceituados como Hobsbawm. No entanto, de acordo com referenciais históricos, sociais, culturais, religiosos e também de gênero, nem sempre é o que ocorre, pois o fato de vivermos em uma sociedade heterossexual normativa e assimétrica, composta por homens e mulheres, que figuram de forma distinta e, sobretudo desigual, nessa sociedade, a qual, normalmente, destacam-se atitudes que tipicamente se esperariam das mulheres: maternidade, passividade, dependência e submissão ao homem, abrem a novas possibilidades de interpretações de atitudes, que por vezes são determinantes, entre outras consequências, na perpetuação da violência simbólica, praticada por homens contra mulheres.

Analisando a História de colonização do Oeste do Paraná, é interessante ressaltar a perspectiva feminina sobre essa mesma história, por identificar a mulher com importantes decisões no núcleo familiar, considerando-a como mediadora da educação dos filhos, observadora, muitas vezes calada, da vida de cada um dos componentes da casa, inclusive de si mesma. E essas identidades, por vezes obscurecidas na história oficial, porém vivas na memória dessas mulheres, é que despertam interesse de estudo.

Considerando o fato das mulheres ocuparam um papel importante, na sociedade, uma vez que a nova forma de viver na região desconhecida, necessitava ser explorada e constituída em termos de transformação do meio natural, social e político. As atividades corriqueiras, deixavam os homens por um longo período de tempo afastado do lar, exigindo que as mulheres assumissem a direção dos empreendimentos e mantenedoras da sobrevivência familiar, transpondo assim, os limites das tarefas definidas usualmente para seu sexo e definindo papéis importantíssimos, decisórios no núcleo familiar, apresentando-se com grande relevância no processo de colonização, consolidação e atualidade da região oeste paranaense, tendo contribuído em todo processo de formação e evolução da cidade.

E é justamente essa imagem idealizada e romântica da mulher, que é necessário desconstruir. Na tentativa de compreender que as mulheres são os significantes de uma identidade que pode ser fragmentada ou desvirtuada de acordo com o lugar de onde ela é observada.

A identidade dessas mulheres, devem ser definidas por elas mesmas, nas atividades corriqueiras, na medida em que elas além de desenvolverem o trabalho doméstico, também participavam de boa parte do trabalho considerado produtivo. Apesar disso, nota-se que somente os homens são considerados responsáveis pelo desenvolvimento da região, deixando à contribuição feminina na invisibilidade.

É primordial novas visões que substituam a visão tradicional dominante, muitas vezes excludente e com uma tendência a subtrair as mulheres do processo de construção social, é pertinente a análise de outras visões que apontem, justamente a presença das mulheres no processo de colonização. Essa presença, muitas vezes, responsável por reger decisões, tomando frente a importantes iniciativas, trabalhadoras, políticas, empreendedoras, com capacidade para reger sua pessoa e os bens da família. Dessa maneira, é possível oferecer diferentes maneiras de agir e de pensar o mundo,

para então, construir novas perspectivas históricas femininas.

É nessa perspectiva que cogita-se as mudanças nas quais as mulheres destacam-se enquanto atuantes do processo histórico colonizador, investindo no olhar feminino, significa apostar na história da memória, do cotidiano, do espaço simbólico que, dentro da própria experiência feminina reserva distintos componentes da oficialidade da história.

Embora a mulher tenha apresentado um papel significativo na Região Oeste do Paraná, nem sempre ela é lembrada. A mulher não era vista pelos responsáveis em descrever a história oficial da região, como uma atriz de fundamental importância, em geral, não era. Nos textos e relatos históricos referentes a cidade de Toledo, por exemplo, pouco se encontra sobre os depoimentos femininos, sobre suas próprias histórias de vida, suas crenças, valores, diversidade, pluralidade, sentimentos, acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos.

A identidade da mulher, quando concebida a partir de uma visão patriarcal, revela-se polêmica, envolvendo tabus, medos, questões religiosas, morais e éticas, o que dificulta a realidade pela qual a mulher deve ser abordada. Essa dificuldade muito se deve ao fato de que a mulher é vista de forma restrita, associada a casa, maternidade, desconsiderando a relação da mulher com o outro, com a comunidade, com a política. E pensando na mulher que perpassou pelo processo de colonização, não deveríamos vê-la como sinônimo de fragilidade: ela é muito mais que isso, é energia que possibilita: encontros, trocas e experiências, influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações.

Embora, a identidade da mulher agente da colonização, seja marcada de estereótipos e preconceitos, reproduzindo muito do que a sociedade tem esperado do comportamento feminino, trazendo a mulher do processo de colonização como sinônimo de delicadeza, fragilidade. Sendo que a discrição, a passividade, pudor e a emoção são comportamentos esperados dessas mulheres. Em contrapartida a essa visão, é possível identificar mulheres competitivas, agressivas, com força física, grande racionalidade, altruístas, desvendando o fundamental papel das mulheres a nos primeiros anos de colonização, são sujeitos sociais, mulheres que devem ser percebidas na historiografia.

Ao reconstruir esse cenário histórico, há uma indagação diante da invisibilidade do trabalho feminino. Naquele momento em que tudo estava por fazer, muitas eram as funções da mulher na lida diária para que a vida pudesse seguir com algum conforto. A sobrecarga de atividades assumidas pelas mulheres é, sem dúvida, reveladora das desigualdades que ainda hoje resistem. Muitas perguntas ainda pairam sem respostas quando tratamos das relações entre mulheres e homens.

Na análise da obra de Moema Viezzer (VIEZZER, 2014), ela descreve entrevistas com as mulheres que viveram o processo histórico da Região de Toledo, demonstrando que as mulheres tinham opiniões comuns em relação as dificuldades encontradas, pois estavam acostumadas a ter tudo à mão nos estados de onde vieram, lidar com a questão da comida num lugar novo, onde faltava até farinha para o pão e a polenta, sem contar o salame do ano ou a radicce plantado.

E não havia como querer que fosse diferente: primeiro era necessário criar condições para o plantio e a produção e isto levava algum tempo. Para as mulheres,

assegurar a alimentação diária era motivo de muito esmero e um verdadeiro “trunfo”.

Viezzler (2014) ainda retrata que à medida que as casas eram construídas lotes eram cercados e as mulheres começavam a assegurar o plantio de hortaliças e frutas. O galinheiro e o chiqueiro também faziam parte da paisagem do próprio lote, pois cada família começava a ter pequenos animais, especialmente as galinhas que proporcionavam ovos e os porcos dos quais se aproveitava a carne e a banha.

Vacas também integravam o ambiente. Quem não tinha a própria, conseguia uma de aluguel ou, em certas ocasiões, recebia leite de presente de famílias vizinhas. Era tarefa das mulheres ordenhar as vacas de manhã e à tarde para não faltar o leite das crianças. Para elas isto significava, entre outros, caminhar alguns quilômetros a pé cada dia para cortar e transportar a pastagem que assegurava a alimentação da vaca leiteira.

Muitas vezes, o preparo do alimento cotidiano era feito à base de empréstimos e trocas entre as mulheres, com a ajuda das crianças que iam e vinham obedecendo às mães.

Além das já citadas tarefas femininas, ainda eram responsáveis em receber os caminhões que vinham do Rio Grande do Sul, com farinha de trigo e de milho, sal, vinho, salame e sementes das hortaliças. Ainda, lavavam as roupas sujas da terra vermelha, eram as enfermeiras, estudosas dos chás medicinais, responsáveis pela educação nas primeiras escolas, com situações precárias, turmas multisseriadas, mantinham a comunicação com os parentes distantes, redigindo cartas, eram artesãs na costura, responsáveis pelas comemorações e cerimônias na igreja, bem como na organização de serões, cantorias e festas sociais e bailes.

Embora até a atualidade, a participação feminina na construção da história tem sido timidamente abordada em algumas publicações, refletindo a forma tradicional de contar a História a partir da atuação dos homens e, por vezes, como se tivesse sido feita somente por homens, os poucos fatos sobre a presença das mulheres no início da colonização de Toledo, servem para ilustrar, ainda que de forma restrita, o papel fundamental que elas tiveram na construção da vila, comunidade, cidade de Toledo.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 2ªed. São Paulo: T.A. Queiróz, 1987
- BUTTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade; Trad. Renato Aguiar. – 2º ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008.
- COSTA, Luiz Alberto Martins da (Coordenação). **Toledo 50 anos – Cinco Décadas de Histórias**, Toledo: Sul Gráfica, 2002.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**, Tradução: RONCARI, Luiz, Bauru – SP: EDUSC, 1998.
- GREGORY, Valdir. **Os Euro-brasileiros e o Espaço Colonial: A Dinâmica da Colonização no Oeste do Paraná nas Décadas de 1940 a 1970**. Cascavel:Edunioeste, 2002
- HOBSBAWM, Éric e RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**, Rio de Janeiro Paz e terra, 1984.
- SCHALLENBERGER, Erneldo (organização). **Identidades Nas Fronteiras: Território, Cultura e História**, São Leopoldo: Oikos, 2011.
- SCOTT, Joan. **Gênero uma Categoria Útil de Análise**, Porto Alegre: Educação e Realidade – Vol. 20, 1995.
- SEIFERTH, Giralda. **A Dimensão Cultural da Imigração**, Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol.26 Nº 77, 2011.
- SELLA, Marcos ET AL: DIEHL< Astor Antônio. **Fascínios da História**. Passo Fundo: UPF, 2003.

CAPÍTULO 7

RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE VALORES CULTURAIS E ESTÉTICOS: APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE, COLONIZAÇÃO, CULTURA E ARTE EM TOLEDO - PR

Valdinei José Arboleya⁴⁵

INTRODUÇÃO

A relação entre arte, cultura e sociedade se configura como eixo basilar deste estudo que se volta à análise existente entre a arte e seu caráter social⁴⁶. Em especial toma-se aqui como ponto de partida a concepção da determinação social dos valores estéticos, tanto na origem e concepção estética que orienta o produtor da arte, quanto na aceitação e valorização do público em relação ao produto artístico – neste caso, mesmo aceitando o valor criativo (ou uma certa autonomia) do artista não se ignora o peso e o grau de determinação que os valores de grupos sociais, em especial os que condicionam o gosto por sua hegemonia cultural, impõe ao artista, à obra e a apreciação pública. O artista, como membro detentor da técnica de um dado grupo, tem a função de criar e fazer arte a partir de uma iniciativa em que se incumbe, ou na medida em que é aceito e reconhecido como artista por este grupo, é incumbido de atribuir ao padrão cultural deste grupo, seus segredos técnicos e sua insular interpretação do real para transformar a matéria bruta atribuindo-lhe forma e conteúdo.

Este processo existe não apenas no produto artístico em si, mas inclui também a capacidade de influenciar o artista criador e os consumidores da arte, o que explicita a mentalidade ou o *ethos* de uma dada comunidade. Considerando este processo, percebe-se uma relação entre arte e sociedade que existe para além das características sociais presentes na composição da obra de arte enquanto influências de técnicas de composição artística que variam de cultura para cultura do meio de fazer e produzir arte: há nesse processo a inegável presença de valores sociais presentes na linguagem e na identidade de um grupo. Dessa forma, pode-se considerar que o significado criado a partir da relação *arte, linguagem e identidade* – tomando-se o primeiro como produto, o segundo como meio e técnica e o terceiro como valor – presente na cultura do município de Toledo e adjacências é resultado da cominação de determinados valores sobre a realidade local, como uma propriedade do cotidiano que se interpenetra nas produções artísticas e culturais, integrando-se a elas. Nos termos de Bourdieu (1989), como um poder simbólico que envolve os indivíduos influenciando

45 Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste; licenciado em Letras pela UNIOESTE; especialista em Arte-Educação e Metodologia de Ensino e Mestrando em Estudos Literários pela UNIOESTE.

46 Este tema foi originariamente desenvolvido em estudo intitulado *Arte e Sociedade – apontamentos para uma interpretação do padrão estético em Toledo*, defendida em 2004 no curso de Ciências Sociais da Unioeste, sob a orientação da Prof. Dra. Vera Alves Cepêda em que se optou por uma abordagem de cunho mais teórico.

e determinando formas de agir, pensar e sentir.

Partindo da análise da ideia de que existe uma influência ou determinação social dos valores e da produção artística, busca-se perceber o espelhamento de valores sociais nos temas e sentidos da produção cultural e artística dessa região do Paraná, caracterizada por forte influência dos padrões e valores entendidos como ‘europeus’ e que se colocam como marco de diferença e afirmação de uma cultura branca (italiana e alemã), cristã (católica e/ou protestante), em parte tradicional, com ênfase no círculo familiar, na noção de ‘passado histórico’ – como o mito reavivado do pioneiro –, e da forte ligação com a terra e, em parte moderna (é de acumulação, valorizando trabalho, empenho e riqueza pessoal).

A origem desse padrão nasce não apenas no processo de colonização, mas é reforçada, em termos de uma luta por hegemonia, uma estratégia da tradição de que nos serve de exemplo a existência e a força dos Centros de Tradição Gaúcha, os CTGs. Um dos traços marcantes da cultura local pode ser destacado na afirmação consciente da condição insular do ‘pioneiro europeu’ como portador de uma singular noção de progresso e organização social. Os dados levantados nesse estudo partem de uma abordagem de cunho teórico que busca perceber a estrutura simbólica na qual o discurso vigente do pioneiro europeu é assimilado pela coletividade local e como os indivíduos ou agentes sociais são envolvidos na produção e na manutenção dessa crença na própria estrutura do campo de produção artística em paralelo à ideia da qualidade polifônica da arte, que se perpetra na linguagem e na cultura, revelando muitos outros caracteres artísticos e formas de interpretação ou aspectos de criação artística que são capazes de deixar marcas na grande temporalidade.

ARTE SOCIEDADE - A CONSTRUÇÃO DE VALORES CULTURAIS

A arte é uma produção cultural que pode ser entendida como uma estrutura simbólica. Para Bourdieu (1989), a arte é dotada de um significado discursivo criado pela cultura que a produziu, tornando-se capaz, dessa maneira, de se articular num grupo social, porque é produto dele. Assim, a arte é um *poder simbólico* presente no espaço social em que os agentes se encontram e se manifestam determinando relações específicas. Nesse *campo*, tal poder é perceptível através da linguagem e dos veículos de reprodução do *habitus* como mecanismo de conexão de sentido das diferentes experiências dos agentes sociais (BOURDIEU, 1989). Dessa forma, pode-se atribuir à arte uma razão de ser que pode ocupar uma função na vida dos homens, porque nasce da sociedade e para a sociedade, incorporando desta forma sentidos e significados do grupo no qual ela é produzida.

A arte é uma criação do homem em sociedade que não existe como mero objeto de adorno ou decoração, mas como algo que traduz um sentido socialmente situado na identidade, criado e manifestado a partir da realidade social, como um produto da cultura. Para Bourdieu (1989) a arte contém todos os valores de um grupo, englobados sob uma convenção estética que age como um *poder simbólico* e dessa forma, é capaz de revelar aspectos e valores desse grupo. Nesse sentido, é reveladora

de uma homogeneidade cultural quando observada de fora do contexto cultural, tomando a cultura, equivocadamente, como um todo homogêneo. Na realidade, a cultura é dinâmica e a arte como produto cultural, revela muito mais do que aspectos da sociedade de onde é inerente: revela tensões culturais dessa sociedade e a luta de interesses para hegemonizar numa estrutura simbólica como a arte todo o discurso simbólico dos valores de um determinado grupo.

O papel do artista nesse processo deve ser o de se colocar como o indivíduo que detém técnicas, segredos e formas peculiares de expressão, percepção e inteligência utilizadas no processo criador, que expressam, ao seu momento, as necessidades de um grupo. Não cabe a este sujeito, todavia, o papel de concluir o conteúdo ou o discurso artístico, mas antes, posto que é um agente passível de influências constantes no processo de comunicação artística e identificação, pois tanto a obra exerce um papel influenciador no artista e no público, como o público interfere na obra no processo interlocutório:

As relações entre o artista e o grupo se pautam por esta circunstância e podem ser esquematizadas do seguinte modo: em primeiro lugar, há a necessidade de um agente individual que tome a si a tarefa de criar ou representar a obra; em segundo lugar, ele é ou não reconhecido como criador ou interprete pela sociedade, e o destino da obra está ligado a esta circunstância; em terceiro lugar, ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas (CANDIDO, 1980, p. 25).

A relação arte – sociedade exige, dessa forma, a verificação dos aspectos mais evidentes da organização cultural, que atuam como agentes capazes de influenciar positiva ou negativamente a produção artística ou que, de alguma forma, possam atuar na formação do campo da estética, produzindo uma arte que exista como representação de valores culturais de um grupo e com a qual este grupo busca se identificar, demarcando a questão debatida por Antonio Candido (1980) entre arte e público, entendidos como duas pontas de mesmo processo cultural que se constituem e se modificam a partir de valores e épocas diferentes.

Entender a arte a partir de sua relação com uma organização cultural é toma-la como produto da cultura, como fruto de aspirações e necessidades humanas, tal como a concebe Fischer em *A necessidade da arte* (1976). Partindo desse aspecto, o autor a associa à condição de produto de um tempo histórico que é capaz de expressar sentimentos e razões que vão para além de seu tempo, residindo nesse aspecto toda sua importância nas sociedades modernas: continuar transmitindo a cultura.

Partindo da idéia de que a constituição da obra de arte é um processo social e simbólico que está enquadrado num padrão ou convenção estética que é dado pela cultura da sociedade de onde surgem tanto a obra quanto a artista, este trabalho utiliza o discurso mais propalado e, portanto, mais vigente da cultura e da formação cultural de Toledo: o resultado da “saga dos pioneiros” como uma representação e um agente influenciador na produção artística. Ao assinalar esta concepção hegemônica – que é uma entre outras possíveis e que pode, no limite, ser um ‘mito’, ou uma fabulação –, este estudo opera no sentido de procurar captar os sentidos ocultos num discurso e na

busca local por constituir uma identidade cultural calcada sobre este valor.

A relação existente entre arte e sociedade permite uma leitura do processo de produção artística não apenas enquanto um mecanismo de fuga em que o homem expressa tudo o que a razão não consegue elaborar, como uma revelação do inconsciente, mas justamente como uma expressão que passa pelo filtro da forma, da linguagem e da cultura, a ponto de circunscrevê-la como produto da cultura de uma dada sociedade e como símbolo do padrão estético de um grupo, com formas e conteúdos determinados, trabalhados pelo artista como um legado cultural que é hegemonizado. Mesmo quando o artista procura produzir uma obra que busque a quebra com valores vigentes num dado grupo, exige-se dele a interação com esse grupo para tomar os valores aí consolidados, o padrão estético e a forma de comunicação do processo artístico, como desenvolve Antonio Cândido (1980).

A relação íntima que foi se desenvolvendo entre a arte e a vida do homem em sociedade foi se solidificando ao longo de um processo que Hauser (1972) aponta como vigente desde a pré-história, em que o uso da arte se encontrava intimamente ligado ao estilo de vida do indivíduo e servia para responder a suas expressões e desejos sob a forma de culto, de rituais que reviviam o espírito criador.

Trabalhos e teses sobre a arte e estética foram muito evidenciados especialmente após a Revolução Cultural, quando o homem passou a buscar outra forma de se posicionar diante da natureza. No mundo medieval, o homem não era sujeito do conhecimento, pois a ordem era dada por Deus, assim como a natureza da arte. Após o Renascimento ou Revolução Cultural, estabelece-se uma nova maneira de entender a relação homem – natureza baseada na capacidade de racionalidade do homem. No campo das artes, de acordo com Nunes (1991) novos valores passaram a ser defendidos por artistas e filósofos que deram uma nova perspectiva de inteligência à arte. O inovado discurso artístico-intelectual daí resultante se pautou por uma harmonia entre razão, emoção e criação, atrelados à mudança na direção econômica e política das sociedades e ao interesse pela cultura e educação, os quais deram um novo incentivo à produção artística. A partir deste impulso teses foram edificadas no sentido de explicar a natureza da arte, sob pontos de vista distintos entre si, duas explicações são mais representativas: a explicação Autonomista e a explicação Materialista. A idéia da *autonomia criadora* acredita na arte como algo dado antes da realidade, negando qualquer interferência no processo criativo, trata-se de uma corrente de pensamento na qual a arte independe do real para se manifestar, existindo pelo instinto criador, como expressão da intuição de sentimentos que o artista transforma em imagens, ou seja, uma expressão artística da imaginação e da personalidade.⁴⁷ A explicação da *condição material* entende a natureza dos fenômenos artísticos como originária das tensões da sociedade, como expressão dessas tensões, com manifestações da realidade material e cultural que o artista absorve e transforma em conteúdo artístico, mas que depende de

47 São exemplos desta visão: Benedetto Croce: *Breviário de Estética* (1947); Maurice Merleau-Ponty: *O Visível e o Invisível* (1964); Ernest Cassier: *A Filosofia das Formas Simbólicas* (1972); Edgar Carrit: *O que é beleza* (1932), *Introdução a Estética* (1949); Jean Paul Sartre: *Bosquejo de uma Teoria de las Emociones* (1981); Mikel Dufrenne, *Fenomenologia da Experiência Estética* (1953), *A Estética e as Ciências da Arte* (1982); R.G. Collingwood: *Os Princípios da Arte* (1938); Charles Baudelaire: *Filosofia da Imaginação Criadora* (1993).

elementos reais e está condicionada pela humanidade socialmente situada⁴⁸.

Entre esses campos, sem desmerecer o esforço do primeiro, este trabalho aceita como válida a idéia materialista de arte, entendendo-a como um fenômeno resultante dos valores culturais e da identidade cultural de um povo espelhados na produção artística, que se referem a um período de tempo e uma relação com a sociedade da qual é oriunda, tornando-se capaz de assumir novas formas e novos valores em cada sociedade, formando novos valores dentro de uma mesma sociedade e indo além, transformando-se em elemento estrutural da produção na expressividade da mensagem a que o autor deseja transmitir, demarcar ou desmascarar (CANDIDO, 1980).

Nesse processo, verifica-se a existência de determinados valores sociais que alimentam a arte, seja da economia, seja da cultura, ou da sociedade como um todo, com o que ela pode oferecer no período histórico em que se encontra. Deve-se, portanto, levar em consideração o legado dos valores sociais em uma produção artístico-cultural, como se manifestam e o que estão identificando e descrevendo nesta produção. Entende-se por valores sociais tudo aquilo que pode ser aferido como resultado da ação intrínseca de um determinado grupo étnico-cultural. Os valores sociais dizem respeito ao *ethos* de uma cultura ou grupo social, que fundamenta os códigos e normas de um determinado grupo (CÂMARA CASCUDO, 1983). Para este autor, uma cultura funciona no sentido de organizar a sociedade que, muitas vezes, é conformada por valores sociais de uma cultura importada, como se fosse uma compra ou um empréstimo cultural que é reproduzido no interior de um novo grupo social, trazendo consigo padrões culturais de seu antigo habitat. Esse empréstimo é algo que geralmente se transporta para todos os espaços de migração e colonização, formando “culturas do *ethos*, grupo de gente, e não do *anthropos*, unidade aproveitadora do labor comum”. (CÂMARA CASCUDO, 1983, p. 22)

Os valores sociais traduzidos pelo *ethos* são influentes na produção material e imaterial da cultura. De acordo com Herskovits (1964), a arte acompanha a cultura material e a tecnologia, mas leva em conta a realidade cultural que dá sentido aos objetos materiais: “trata-se do que chamamos as convenções estéticas de um povo que, em última análise, encontra sua realização no gênio dos indivíduos que decoram o vaso, pintam a parede ou esculpem a estatueta”. (Herskovits, 1964, p. 21).

No caso do Brasil, é mister que se leve em consideração o peso da heterogeneidade cultural. A cultura nacional é múltipla, não apenas pelo resultado das expressões de cada grupo desta multiplicidade, mas, sobretudo, pelo processo de formação cultural que se operou em ritmos e espaços distintos por todo o território nacional, gerando Brasis refeitos por culturas distintas que marcam valores também

48 Toma-se como exemplos desta forma de explicação: Karl Marx e Friedrich Engels: *Escritos sobre a Literatura e Arte*, (1976); George Lukács: *Introdução a Estética Marxista* (1978); Marshall Berman: *Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar* (1986); Marshall McLuhan: *O Espaço na Poesia e na Pintura: através do ponto de fuga* (1975); Lucien Goldman: *Crítica e Dogmatismo na Cultura Moderna* (1979); Herbert Read: *Arte e Alienação: o papel do artista na sociedade* (1983); Arnold Hauser: *História Social da Literatura e da Arte* (1972); Herbert Marcuse: *A Dimensão Estética* (1981), *Cultura e Sociedade* (1997); Walter Benjamin: *A Obra de Arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (1975); Pierre Bourdieu: *O Poder Simbólico* (1989), *As Regras da Arte* (1996); Antonio Gramsci: *El Materialismo Histórico Y la Filosofía de Benedetto Croce* (1975), *Literatura e Vida Nacional* (1991).

distintos na formulação de juízos estéticos, mas com uma matriz comum que está arraigada no tecido social e que termina por formar uma concórdia social de todas as consciências individuais (Câmara Cascudo, 1983). Este processo de dinamismo e multiplicidade revela a íntima relação entre a arte e a cultura popular no caso brasileiro, isto é, uma carga semântica que a arte carrega em relação aos valores e a mentalidade de cada cultura dentro do complexo cultural brasileiro.

Os valores sociais são capazes de influir na produção artística, traduzindo a própria convenção estética de um povo, o que envolve, conforme Herskovits(1964), a identidade cultural. A obra de arte, assim, se constitui em ambientes sociais que determinam representações e avaliações sob a medida dos juízos de valor emitidos pelo *ethos*, isto é, as ideologias, os valores sociais e as formas ou sistemas de comunicação. No caso brasileiro as variações de etnias e culturas marcaram uma sociedade de passado colonial, estreitamente vinculada com a produção cultural europeia com a qual se encontra atada desde a gênese do Brasil e para onde se volta para espelhar sua tradição civilizatória europeia ocidental (SANTAELLA, 1995). Tem-se assim, um Brasil singular do ponto de vista de sua variedade étnica miscigenada e da vivência comum destas, entretanto, mas plural no que se refere a ideia de uma unidade cultural, dada a colonização recente e a vastidão do espaço geográfico ocupado em ritmos e espaços diferentes e por grupos humanos diferentes (RIBEIRO, 1995). Esta multiplicidade de grupos, espaços e tempos históricos comprometem (talves felizmente) uma uniformidade cultural, formando paisagens humanas condicionadas por espaços físicos, economias, etnias e presenças culturais que conduzem a adaptações. Estas adaptações culturais marcam o aspecto heterogêneo da cultura brasileira, revelado pelas falas e atitudes do regionalismo. Há, dessa forma, culturas regionalistas que revelam uma multiplicidade de cores e festas, dialetos e práticas humanas e que marcam a heterogeneidade de uma cultura fragmentada, mas que, sincronicamente revelam, também, a busca por uma identidade nacional.

Este processo de colonização criou áreas culturais distintas, com grupos humanos distintos, ainda muito vinculados ao peso das culturas europeias, conformando um país dependente em que o *ethos* incorporado se torna um valor social que opera transformações no campo da cultura. (SANTAELLA, 1995: 49). Isto revela, no caso do Brasil, além da dependência cultural, a presença de uma unidade espiritual e linguística, mas com culturas populares e regionais que se tornam multiplicidades de uma mesma cultura orgânica que é influenciada pelos valores externos e os influencia mutuamente, em alguns grupos com mais ênfase. Esta visão regionalista frequentemente empregada para caracterizar certas áreas culturais do Brasil torna o problema da identidade cultural do Brasil mais complexo, por alimentar visões românticas que buscam identificar expressões grupais e confrontá-las com o restante da nação, gerando fragmentações e tensões internas (RIBEIRO, 1995). O regionalismo no sul do Brasil pode ser aferido como um desses modelos singulares da cultura fragmentada em que os valores sociais são decisivos na aceitação de um novo paradigma cultural. Trata-se de um modelo singular de colonização que surge à civilização pela mão de vários grupos humanos, mas busca, seguidamente, sustentar a matriz colonial europeia como cerne de sua história colonial, enfatizando a particularidade no gosto e na estética como resultado de valores sociais centrados nesta ideia de colonização.

A disposição geográfica dos três estados sulinos indica um afastamento relativo com o restante do Brasil. Por via deste distanciamento, historicamente foi uma região de colonização tardia “*esteve muito tempo fora da alçada dos interesses de Portugal em virtude de fatores diversos entre os quais a sua posição geográfica no limite das terras lusitanas no continente americano*” (MAGNANINI; MAYOR, 1977, p. 145). Esse contexto fez com que muitos fenômenos de migração interna por frentes pioneiras fossem direcionando a conquista da região, em sua grande maioria de brancos descendentes de europeus e migrantes europeus, fato cristalizado por muitas subáreas como referência colonial e empregado para explicar características de povoação, de colonização e de relações culturais. Para Ribeiro (1995) o Brasil sulino tem, em comparação com outras áreas culturais, uma heterogeneidade muito acentuada que lhe confere modos de existência e de integração com a vida nacional muito diferenciados. Em relação ao restante do país, o sul é composto por três tipos básicos: os matutos, os gaúchos e os gringo-brasileiros, este últimos: “*descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas.*” (RIBEIRO, 1995, p. 409). É importante ressaltar que esse modelo de colonização se deu pela mão de empresas colonizadoras e embora em algumas regiões, como é o caso da região de Toledo, tenha havido uma determinação da colonização pela raça, é preciso considerar também a presença das comunidades autóctones, dos imigrantes paraguaios, argentinos e imigrantes de outros estados, descendentes da estrutura escravista (GREGORY, 2002).

Este modelo de colonização, recorrentemente, cria uma representação desta ideia de região diferenciada se pautando na ideologia do *ethos*, largamente difundido na organização cultural e, desta forma, na representação da cultura, por ser um valor social de grande relevância na organização da comunidade. Estes grupos culturais se pautam na mentalidade étnica e, como aponta Ribeiro (1995), criam áreas culturais que se guiam ideologicamente pela referência do *ethos* como elemento de homogeneidade cultural.

O Oeste do Paraná é um destes espaços, cuja colonização tardia se alavancou com a política de ocupação das fronteiras ameaçadas ameaçada pela colonização espanhola⁴⁹. Embora os interesses de colonização fossem nacionais, o processo foi quase todo conduzido por empresas colonizadoras que loteavam e ofertavam as terras para descendentes de imigrantes europeus vieram de áreas mais ao sul, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e ocuparam as terras ameaçadas pela presença Paraguai e Argentina num processo que se consolidou somente nos anos 50. Há, portanto, uma colonização tardia, realizada por *descendentes* de imigrantes europeus, mas apresentada como uma modalidade de colonização europeia.

49 Vide SCHALLENBERGER, Erneldo. *A integração do prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Gaurá*. Toledo: editora Toledo, 1997. Este estudo aborda as questões da presença guarani no território brasileiro e os modos de relacionamento no ‘intercambio’ da bacia do prata.

TRAÇOS DO ETHOS E DO GOSTO NO OESTE DO PARANÁ – CULTURA EUROPÉIA E MITO PIONEIRO

As obras que tratam da colonização e da história de Toledo referenciam os valores étnicos como justificativa de organização social, econômica, do progresso e do desenvolvimento. A relação cultural, muitas vezes, centra-se na referência étnico-racial como um valor trazido com a colonização, capaz de determinar a educação e o trabalho do povo e alcançar hegemonia e coesão social por meio dele. O quadro de valores sustentados por esta hegemonia cultural aponta para a busca de uma identidade cultural presa aos enclaves da colonização, isto é, ao valor do *ethos*, e se reflete em toda a produção cultural e formas de comunicação social. Culturalmente é uma derivação de toda a região sulina sob a efígie da colonização europeia, mesmo sabendo que a povoação da área foi ação do fenômeno de migração interna por descendentes de migrantes de grupos italianos e germânicos principalmente (RIBEIRO, 1995). Nesse panorama, a cultura é manifestada ideologicamente como resultado desse processo colonial que, na prática, configura-se como uma espécie de culto à memória dos pioneiros, ressaltando aspectos étnicos, econômicos e religiosos. Forja-se assim, uma realidade social marcada pela história da colonização e que procura se prender a ela para determinar a vida econômica e cultural.

Desde a colonização, no pós-30, que o município de Toledo é caracterizado como palco de manifestações artístico-culturais e como modelo de trabalho e educação refletidos no desempenho econômico e na organização social, frutos de uma condição cultural. Exemplos disto são os trabalhos de Oscar Silva e Ondy Niederauer acerca da história colonial de Toledo. Nelas, o pioneiro assume o papel de personagem principal do palco de transformações da região como se nota em Silva (1981, p. 61) “o pioneirismo representou o alicerce de toda a estrutura socioeconômica do município de Toledo.” Para Niederauer, o pioneiro é o elemento humano que impulsionou o desenvolvimento e o progresso em virtude da cultura que possuía: “pelo menos no início, e na medida do possível, o elemento humano além de outras características teria que ser pacífico e tranquilo.” (NIEDERAUER, 1992, p. 201) A argumentação de ambos os autores denota a ideia de organização social e sucesso econômico como aspectos permitidos por indivíduos detentores de uma raça favorecida.

Percebe-se nessa referência a origem dos sentidos dados à produção material e à maneira pela qual esta produção se relaciona com os aspectos imateriais da cultura. Social e culturalmente, os sentidos enunciados pela comunidade e pelas obras sobre sua história buscam resguardar valores morais criados pela religião, pela educação e pela cultura, todos adornados pela marca do trabalho, característica pungente do *ethos* europeu. Sob essa ótica, Toledo ostenta marcas que se apresentam na manutenção da ideia de superioridade cultural (legada da Europa), de refinamento frente à região e ao Estado. A ênfase dada na eurocolonização se reflete na projeção de uma Toledo que seria rica de terras e de gente, na qual o sujeito (quem fez) se torna mais importante do que a forma como foi feito: destaque ao ator social. De acordo com Gregory (2002, p. 175) a colonização planejada vislumbrava tal interesse: “evidencia-

se a idéia de superioridade européia e de seus descendentes, calcada na ideologia do trabalho que passa a justificar a orientação na busca dos imigrantes ideais”.

Esta referência cultural colonial designa ao pioneiro o mérito de ser o primogênito da cultura, do progresso, da tradição rural, da família cristã e de outros atributos que criam uma cultura remodelada da superior cultura europeia, advinda da tradição *eurocristã rural*. Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar a evidência do pioneirismo romântico, do culto à memória pioneira da colonização na produção cultural simbólica, imaterial, mas que também se faz presente na produção material, calcada na ideologia de trabalho e progresso que rege as relações econômicas e culturais. Dito de outra forma, a colonização permitiria, a identidade e a memória desta região são construídas pela representação social e cultural dos aspectos materiais e simbólicos do pioneirismo embutidos na organização social.

Uma das formas de manifestação deste ranço cultural pode ser visualizada no acervo permanente do Museu Histórico Willy Barth, no qual o culto ao pioneiro e à memória da colonização são bem definidos. O museu histórico de Toledo é muito importante para a cidade no que diz respeito à simbologia do que ostenta como orgulho cultural – a memória do colono enquanto ícone, isto é, enquanto elemento que guarda a simbologia da cultura e do progresso. A visualização do museu revela uma quase nostalgia e acaba por provocar, ao passear por entre os pertences históricos, uma relação iconográfica com a peça visualizada como sendo ela mesma a única fonte do conhecimento. As telas, em sua grande maioria paisagísticas, revelam-se numa fala vibrante pelos tons e cenas retratados: a grandeza da colonização, o heroísmo desbravador da bela terra coberta de frondosas árvores, a realização plena com o início do desmatamento e suas primeiras e rústicas casas. Uma terra que pouco a pouco se redefine e vai revelando os primeiros sinais da civilização sob o braço forte do colono pioneiro. Este é o primeiro impacto causado pela visualização das obras, perfazendo uma relação intensa do colono com o seu cotidiano: família, trabalho, esperança e progresso.

O trabalho artístico é rigoroso, percebe-se uma definição metodológica clara – retratar a colonização como feito histórico e grandioso, disto decorrem uma não liberdade do traço, pois a espontaneidade da criação fica subjacente à temática enfocada. Os trabalhos concentram a atenção do público pela entonação das cores e formas expressivamente detalhadas, mas revelam um claro objetivo de expandir a imaginação em torno da temática com o intuito de indicar a trilha da colonização como simbolismo máximo. Esta representatividade artística repousa sobre a organização formal de certas representações mentais condicionadas pela sociedade em torno da efígie da terra com grande centro de atenção e para o trabalho do colono pioneiro como sinônimo de transformação e progresso. A terra, como bem maior, é ressaltada nas telas por uma visão ufanista.

O retrato da civilização transparece ora pela atividade de lavrar a terra, ora pela conquista da modernidade urbana, partindo sempre de princípios progressistas calcados no labor pioneiro, no potencial do elemento humano envolvido aura de altivez. A intenção de retratar a beleza e a grandeza dá vistas para uma leitura clara da beleza como fator imprescindível para a vida social, ou seja, para a noção de que a estrutura do campo de desenvolvimento da cultura colonial não pode ser retratada

com menoridade no plano estético. A dimensão estética está apurada desde o árduo trabalho do colono desbravador, cuja vitória é celebrada artisticamente, reproduzida na cultura e na educação e reiterada com esmero na história oficial, que desmerece muitos aspectos do processo colonizador de Toledo.

O valor estético é algo presente no jugo cultural da comunidade. A arte, como destaca Bourdieu (1989), é uma estrutura simbólica muito eficaz no sentido de capturar a gênese e a estrutura social de um grupo, revelando aspectos de seu discurso cultural e simbólico. Ao lado de outras estruturas como a língua e a religião, a arte atua como um *poder simbólico* sobre o grupo porque faz parte de um signo discursivo que se arraigou nele. Em Toledo, é possível perceber esta íntima conexão entre os valores culturais e a produção artística, por vezes confrontando o caráter polissêmico e contraditório da obra de arte: há, assim, uma representação estética que aparece como hegemônica, mas que não é a única possível para a região. Dito de outra forma, a arte é empregada como expressão do poder de convencimento dos grupos dominantes da sociedade local e o significado discursivo criado pela cultura local é capaz de impor um dado à realidade e torná-lo um valor para o grupo, algo de seu cotidiano – que se reflete nas produções culturais, inclusive a arte. Isto ocorre, como vimos ressaltando, porque a arte se encontra presente na sociedade como um poder simbólico que envolve os agentes sociais envolvidos na produção da crença na própria estrutura do campo, como subordinados e subordinantes (BOURDIEU, 1989).

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2^a ed. São Paulo: editora da Universidade São Paulo, 1998.
- CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria literária e de história literária. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **Civilização e Cultura**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983
- CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. **Projeto: uma política cultural para o município de Toledo**. Toledo: prefeitura municipal de Toledo: 1999.
- ECO, Umberto. **A Definição de Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FISCHER, Ernest. **A Necessidade da Arte**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial**: migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

HAUSER, Arnold. **História Social da Literatura e da Arte**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

HERSKOVITS, J.M. **Man and his Works: antropologia cultural**. São Paulo: Mestre Jou, 1964. t. 2.

MAGNANINI, Ruth da Cruz; MAYOR, Adriana Soares Souto. *População Região Sul*. In: **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: SERGRAF – IBGE, 1997.

NIEDERAUER, Ondy Helio. **Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua colonização, seu progresso**. Toledo: prefeitura do Município de Toledo:1992.

NUNES, Benedito. **Introdução à Filosofia da Arte**. São Paulo: Ática, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTAELLA, Lúcia. **Arte e Cultura: equívocos do elitismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Oscar. **Cartilha de Toledo**. Toledo: Assoeste, 1984.

_____. **Toledo e sua Historia**. Toledo: prefeitura de Toledo,1988.

SCHALLENBERGER, Erneldo. A integração do prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Gaurá. Toledo: editora Toledo, 1997.

TOLEDO, Prefeitura de. **Caracterização do município de Toledo**. 2001.

_____. **História do Paraná**. 6ª ed. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda, 1988.

CAPÍTULO 8

SANGUE E VIOLÊNCIA: ATOS OCORRIDOS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE ASSIS CHATEAUBRIAND – (1968/1972)

*Jean Carlo Rodrigues de Assis*⁵⁰

INTRODUÇÃO

A quadrilha de bandoleiros está alerta para cometer afim-de atemorizar demais famílias, que devem obedecer suas ordens, o crime de homicídio, na pessoa do suplicante. Este considerando os maus antecedentes de Francisco Valero, João Pereira Neto, o ameaçador, Manoel Barboza e Ivo de tal, que atocaiados pretendem elimina-lo, inesperadamente, vem mui respeitosamente, requerer a V. S. garantia de vida. (*INQUÉRITO POLICIAL 1972, p. 07*).

Quando se tem a história da colonização, da ocupação das terras de certa região, feita por posseiros, colonos, por companhias colonizadoras, na maioria das vezes ela é contada em versos e prosas como se fosse um processo tranquilo, romanceado, isso não é diferente em relação a colonização de Assis Chateaubriand.

Nesse sentido essa pesquisa trás alguns elementos que podem contribuir para uma perspectiva maior em relação a colonização desse município, demonstrar por meio de fontes documentais e bibliográficas que o processo não foi de forma alguma nem mesmo tranquilo e também deixou de ser ordenado e organizado.

Analisar a história dita oficial, tentando perceber a exclusão, ou a diminuição da importância de temas como a violência, os crimes, questionando sempre se o discurso oficial não deixou essas questões de lado para que a história fosse somente lembrada por glórias e honras? Pois bem, essas questões um leitor mais atento pode perceber os mitos construídos, as verdades inventadas e acreditar que a colonização de um município, de um estado, de uma nação seja feita somente com heróis desbravadores e pessoas de bem e que a interferência política não favoreceu uns em detrimento de outros, mas a história, quando esmiuçada aponta para fatos que não são tão belos a serem contados.

Burke nos coloca que as questões a serem feitas devem ser “motivadas pelo presente; que relacione ao presente, mas permita sua contínua reinterpretação; e que observe a importância das consequências involuntárias tanto na história da literatura histórica como na história dos acontecimentos políticos” (BURKE, 1989, p.5).

Neste sentido, este texto se desenha em dois sentidos, um apontando uma breve construção histórica daquilo que foi a colonização do município de Assis Chateaubriand, o outro aponta para crimes ocorridos em meio a essa colonização, nesta perspectiva trabalhou-se com fontes do Fórum da Comarca de Assis Chateaubriand, um processo arquivado de 1967, que relata um conflito ocorrido e um segundo processo de

50 Professor de História e Especialista em História Regional pela UNIMEO/CTESOP.

1973 que envolveu a Colonizadora Norte do Paraná e posseiros instalados no município.

Questões como compra e venda de terras de forma coercitiva, brigas, crimes praticados, se tornam acontecimentos inesperados na escrita da história, pois na sua grande maioria são envoltos por pessoas que em sua passagem pelo local, não fizeram parte dos apontados pela população como pioneiros, pois, ou foram contratados por alguém, ou simplesmente por não serem reconhecidos pela sociedade como cidadãos, por não terem posses, ou por serem marginalizado por não se enquadrarem no modelo tradicional.

De uma forma geral, o Oeste do Paraná, a exemplo do Norte do mesmo estado, teve alguns impedimentos colonizadores bem sucedidos e outros, também, com problemas de conflitos de terras e com levantes de posseiros e colonos. As empresas foram se estabelecendo na região, que, mais ou menos implantaram uma colonização sistemática e seletiva. Dedicaram-se, inicialmente, a atividades extrativistas e, depois atraíram pequenos produtores expulsos de regiões agrícolas de outros estados, da qual região sul do Brasil, onde ocorrera a colonização sob regime de pequena propriedade familiar. Durante a década de 50, se processou uma rápida migração para a fronteira colonial do Oeste do Paraná, onde empreendimentos colonizadores e de exploração madeireira criaram e dinamizaram uma estrutura colonial, um novo espaço colonial. Diversas empresas colonizadoras se esmeraram em registrar e divulgar suas intenções e suas atividades desenvolvidas. Faziam relatórios e registros, dando destaque à população, aos nomes dos moradores e à estrutura de serviços do comércio e da indústria. (GREGORY, 2002, p.94)

A princípio ter em mão fontes, que no caso dessa pesquisa são principalmente documentais e bibliográficas, se torna essencial para que um trabalho se concretize, após adquiri-las pode-se tentar esclarecer algumas questões como o que é ou não algo interessante a ser pesquisado, pensar no ponto de partida para a pesquisa, procurar nas fontes os elementos fundamenais para encontrar respostas a perguntas feitas, nesse sentido, se munir de outras metodologias aplicadas se torna fundamental, partindo de pressupostos já colocados, como no caso de Edward P. Thompson que pontuou que deve-se ater-se:

Em primeiro lugar, o contexto da floresta de (...) os episódios, a análise. Em segundo lugar, um procedimento parecido para com as florestas de Hampshire e os “negros de Waltam”. Finalmente, vamos a Londres, acercando-nos sempre mais das medidas e ideologia dos Whigs, dos homens que fizeram a lei negra e da lei que eles fizeram. (THOMPSON, 1997, p. 18).

Thompson, em sua obra “*Senhores e Caçadores*”, realizou um trabalho de pesquisa a respeito de leis e crimes no interior da Inglaterra no século XVIII, que cabe aqui como referência nesta pesquisa, logicamente cabe ao historiador encontrar distinções, respeitando o tempo histórico e as relações sociais em que cada situação ocorreu, ou seja, a relação contextual.

Partindo da linha de análise já proposta, segue-se como eixo inicial redesenhar dois contextos, o primeiro uma planificação do município de Assis Chateaubriand, seu processo de colonização, ainda como distrito de Toledo e, em outro momento, localizar a região central da pesquisa.

Para se fazer a contextualização de Assis Chateaubriand, vale citar alguns pontos importantes da colonização do Oeste paranaense, entendido “*como o território entre os rios Guarani, Iguaçu, paraná e Piquiri*”⁵¹

Parte-se, inicialmente, com um breve histórico sobre o viajante “*Don Cabeza de Vaca*”, ou melhor, o espanhol Alvar Nues Cabeza de Vaca, que em 1541, associando-se aos nativos situados na região tratada, exerceu atividades agrícolas e passou pela região chateaubriandense:

Adentrando o território do Guairá, por meio de árvores, uma fauna diversificada, rios e terras para o cultivo, com sua comitiva atravessaram o Rio Iguaçu, percorrendo as margens do Rio Tibagi e Rio Ivai, tomando rumo ao oeste, chegando ao Rio Piquiri em dezembro de 1541, retornando ao ponto de partida (Prefeitura Municipal, 2007, p. 6).

Outro fator fundamental para a formação desse Oeste Paranaense, assim como outras regiões do Paraná, foi quando na “década de 1930, uma imensa área do norte foi vendida a o migrante brasileiro, preferencialmente mineiro e paulista” (WACHOVICZ, 1995, p.270), que iniciaram uma “*frente produtora de café*” que quando, após ocuparem a região norte do Paraná, em que se localizavam os municípios de “*Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Apucarana, Maringá, Cianorte, Umuarama e Paranavai*”, atravessaram a região do Rio Piquiri em 1940 com a “*marcha para o Oeste*”, que:

Constituiu-se ma primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econmica Essa politica conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão. (CARNEIRO, apud GOMES, 1986, p.16).

Assim, na região Oeste, atentou-se para a preocupação em ocupar os espaços demograficamente isolados de um poder estatal presente, “criar” com a ocupação uma proteção de território, por parte do Estado brasileiro, mas ao realiza esse “sistema” de proteção, pautou-se (o Estado) em uma:

política de colonização que dominou o Brasil em diferentes momentos históricos, (...) constituiu um reforço  propriedade privada, visto que o acesso à terra são era permitido aos que tivessem o poder de compra, ou seja, a quem se propunha pagar ao latifúndio uma renda a título e preço da terra (GOMES, 1986, p. 17).

Para estes temas citados, como colonização do Paraná e das regiões do estado, assim como outros temas sobre a história regional, fica a indicação de outras leituras mais completas pois trazem enfoque central sobre os temas.⁵²

51 WARCHOVICZ, 1995, p.225

52 Leituras como “A história do Paraná” de Ruy Christovam Warchovicz”, “Toledo e sua História” de Oscar Silva e Clori Fernandes Maciel”, “História de Palotina 1954/1978” de Pedro Reginato” e “Casca-

Assim, entende-se que essa corrida pela terra, em direção ao que era lucrativo no momento e esperança de uma vida melhor, começou o processo de colonização da Cidade de Assis Chateaubriand, “um dos melhores negócios do mundo, quase sem risco, começava com a compra de glebas rurais adquiridas por preços muito baixos, ou por suspeitas doações dos governos estadual e federal”⁵³. Isto em se tratando da compra feita por colonizadoras, pois para aquele que vinha com a sua família em busca de um pequeno pedaço de terra para constituir propriedade qualquer valor seria alto.

Propondo como ponto de partida e de discussão a década de 50 em diante, já eu fui nesse período que “aqueles cavaleiros da sorte e da fortuna aprestavam-se para desbravar a floresta da última fronteira agrícola a ser conquistada e colonizada no estado do Paraná”⁵⁴.

Neste sentido, pode-se perceber que a região Oeste perdera em relação a vida comunitária, de ajuda mútua, onde a população que começava a ocupar esse espaço se ajudava em tudo, o:

Oeste tornou-se, novamente, um pequeno espaço de aventura, não no sentido de desbravar pioneiramente as fronteiras da colonização, mas de buscar o enriquecimento rápido e fácil. Na nova lei do Oeste caíram os padrões éticos de conduta e morre a confiabilidade. Novos ricos, atravessadores, contrabandistas e especuladores passaram a ser referência nas relações sócio-econômicas da região. (SCHALEMBERGER; COLOGNESE, 1994, p.26).

Surgindo em questão uma nova lei do Oeste, mas uma lei regida por quem?
E com que critérios?

Em 15 de dezembro de 1960 o pequeno povoado que pertencia ao município de Guaíra passou a pertencer ao município de Toledo, sendo denominado de “Distrito de Tupassi”, que em Tupi Guarani significa “Mãe de deus”, no oeste paranaense. Povoado este que crescia assustadoramente dia a dia, pois aqui chegavam os pioneiros, homens bravos, cheios de aventura e valorosa coragem, que se embrenhavam pelos sertões onde estavam acostumados a luta e aos perigos, para formarem tais povoados que iam progredindo dia após dia. Graças a esses homens valorosos, que arriscavam suas próprias vidas, hoje temos diante de nossos olhos esta cidade que é o fruto de um verdadeiro sacrifício por parte desta gente que sempre lembraremos. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2007, p.11).

Como esses “*valerosos*” homens chegavam e como agiam é fator de muita discussão, partindo de uma visão de que os movimentos desorganizados de migração pelo país podem sim causar uma situação de violência, pois a falta de identidade, ainda com a ineficiência da justiça, que neste período se destacava pela pouca presença nos locais, por falta de delegacias, falta de efetivo policial, ou mesmo pela pouca aplicação da lei, problemas esses que no período era comum e se mostra ainda não resolvido em várias regiões do estado atualmente.

Logicamente que não devemos nos desprender a realidade a que cada sociedade vive, ou sobrevive, e é propriamente sobre uma sociedade em questão que essa

vel: A História” de Alceu Speranza”

53 MAIOR, 1996, p.32

54 MAIOR, 1996, p.30.

contextualização se inicia, chegando ao ponto da pesquisa, a cidade de Assis Chateaubriand.

De várias formas a cidade foi chamada, mas de forma oficial Tupãssi, que em Tupi-Guarani entende-se por “*Mãe de Deus*” foi o primeiro nome ao que se poderia chamar a futura Assis Chateaubriand. Ainda como distrito de Toledo que:

Pela Lei nº 4.343, de 21 de março de 1961, publicada no Diário Oficial do estado do Paraná no mesmo dia e ano. A nova denominação foi oficializada pela Lei nº 4.582, de 27 de junho de 1962, publicada no Diário Oficial de Estado de 30 de dezembro de 1962. (LUCIO, 2004, p.15).

Começara a tomar forma de cidade, começara a se mostrar um pólo de crescimento, tanto na população como na agricultura. O Cartório de Registro Civil que existia naquela época, registrou em 1962, o nascimento de 81 crianças. O número de registros aumentou de 251 em 1963 para 588 em 1964, e assim sucessivamente⁵⁵, e a emancipação estava mais do que próxima, o distrito de Tupãssi:

que antes pertencia a Guaíra, passou a fazer parte da comuna toledana, aumentando consideravelmente seus domínios (deixou de pertencer a Guaíra porque não havia mais ligação territorial). Tal situação não durou muito tempo, pois em 20 de agosto de 1966, através da Lei nº 5.389, esse mesmo distrito passou a categoria de Município (SILVA, 1988, p.113).

Assim, de acordo com a Lei nº 5.389, que entrou “em vigor em 20 de agosto de 1966, publicada em 30 de agosto de 1966, foi criado o município de Assis Chateaubriand, desmembrado de Toledo, elevando sua sede à categoria de Cidade”. (LUCIO, 2001 p.15).

Neste período de ocupação territorial, colonização de terras férteis dessa região, muitos dos migrantes de outros estados, como paulistas dentre outros, ao tentarem dar frente à cultura cafeeira, o chamado ouro verde da economia, fixaram-se em pontos estratégicos nas regiões de Londrina e Maringá, outros fizeram do norte do Paraná um trecho de migração rumo a Mato Grosso e Também Mato grosso do Sul, mas também tomaram outro caminho em direção ao Oeste do Paraná, região onde está localizado o atual município de Assis Chateaubriand. Conforme relato do prefeito Rudy Alvarez e de Fátima de Oliveira, que foram “professores incumbidos de fazer tal censo, estimou-se que nos anos de 1960 a 1970, devido a essa grande circulação de pessoas, Assis Chateaubriand chegou a ter 120 mil habitantes” (LUCIO, 2004, p. 32).

Nesse município a figura do migrante era, e é caracterizada pela forte influência nordestina, dividida no migrante mineiro e pernambucano, que em “A História do Município de Assis Chateaubriand: O encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do estado do Paraná”, Laércio Souto Maior (1996) chama de “*Baianos Cansados*”, migrantes em busca de um pedaço de terra para tomar posse, mas que na maioria das vezes, pela falta de dinheiro, chegavam pra se tornar “*boias frias*”, ou seja, os empregados de colonizadora e de proprietários que vieram com mais dinheiro para se apossar das terras, que se dividiam em:

55 Apostila do Município de Assis Chateaubriand, 2005.

CORRENTES MIGRATÓRIAS

Nordestinos	35%
Paulistas	20%
Mineiros	05%
Paranaenses	20%
Outros	05%
Total	90%

Fonte: MAIOR, 1994 apud LUCIO, 2004, p.33

Os demais 10%, de forma alguma não menos importantes na construção étnica do município, japoneses (0,5%), italianos (2,5%), alemães (0,2%) e outros (0,5%) *para colonizar as terras que começavam no Rio Melissa, em Nova Aurora e alcançavam o Rio Azul, no atual município de Palotina, foi fundada a Colonizadora União do oeste LTDA*, entrando em cena a figura de Adizio Figueiredo dos Santos⁵⁶.

Assim a construção étnica e cultural de Assis Chateaubriand foi sendo elaborada, fica também o fato de que em teoria nessa região tudo que se planta é bem recebido pela terra, *vale lembrar que a pecuária foi sempre constante na produção do município, sendo para a subsistência bem como para a comercialização*⁵⁷, mas quando se encontra uma região assim, uma “terra prometida”, cantada em verso e prosa por poetas visionários, exalta-se nos homens os instintos mais selvagens, fazendo da terra e do espaço um local de luta, uma batalha sob a terra e pela terra.

Jacques Le Goff, no livro “*História e Memória*” propõe uma análise importante sobre a construção, ou mesmo a utilização da memória em benefício de alguns, ou benefício da maioria, pontuando que: [...] a memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem. (LE GOFF, 1994, p. 477).

Diante de algumas lacunas na história escrita de Assis Chateaubriand⁵⁸, faz com que ressurja a ideia de que a violência no município pode não se restringir, desde a sua origem, aos menos favorecidos financeiramente, ou aos menos letrados. Complicando a visão historiográfica do município de que os “heróis”, os “ferozes desbravadores” regionais, descritos até mesmo com ares de magia, parecem mais serem invenções impostas pela história produzida pelos detentores da escrita da história oficial, trazendo a ideia de que *esse país deseja manter sob o tapete o lixo*. A memória

⁵⁶ MAIOR, 1996, p.48

⁵⁷ Prefeitura Municipal, 2005, p. 16

⁵⁸ Ainda se produz pouco em referência as fontes históricas, como acervo do departamento de Cultura, Memorial Assis Chateaubriand, Fórum da Comarca, se fizermos uma comparação com o material produzido de outras cidades próximas.

de um povo, sua experiência de vida, pouco são considerados. É bom (para aqueles que detém o poder) que a nação não conheça sua verdadeira identidade, enquanto isso continuará contando a história dos outros, desconhecendo sua verdadeira identidade⁵⁹.

AS RELAÇÕES ENTRE POSSEIROS, COLONOS E OUTROS INDIVÍDUOS EM MEIO AO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

Colono, casa do município de Bragantina, foi morto a 26 de julho. O caso foi relatado por Cleusa Isidora da Silva, viúva da vítima: “Eles queriam nos tirar de dois alqueires de terra que ocupávamos há seis anos aqui perto do cemitério de Bragantina”. Segundo Cleusa, Luis Isidoro foi abordado no centro da cidade por Chico, Lau e Ditão. Houve uma discussão seguida de luta: “Meu marido correu para se esconder num bar e o Chico atirou nele pelas costas. A bala travessou o coração. Há várias testemunhas” (VANUCCI, PIETRAFESA, 1987, p.57).

As histórias de crimes envolvendo jagunços, posseiros, dentre outros homens, mulheres e famílias envolvidos com a terra estão presentes em cada ano que se segue o processo de colonização, o que se tem a fazer é *identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso*. (CHARTIEU, 1994, p 1- 2).

Na obra *Assassinatos no Campo: Crime e impunidade – 1964-1986* é feito um relatório de crimes supostamente ocorridos envolvendo disputas por terra em todo Brasil e na região de Assis Chateaubriand, o caso citado acima foi um relato de 1979, quando então ocorreu o assassinato de Luiz Isidoro da Silva

Neste crime, relatado pela esposa, o mandante seria Oscar Martinez, dono da Colonizadora Norte do Paraná, Bragantina, até os dias atuais ainda se encontra como distrito do município de Assis, o fato também é citado por MAIOR, sendo que:

Ditão, Lau e Chico tentavam forçar o posseiro Luiz Isidoro da Silva a desocupar uma área de dois alqueires. Houve discussão seguida de luta e Chico matou o agricultor com um tiro nas costas. Ditão não gosta de evocar o caso, mas se lembra de Chico, Lau e outros empregados da colonizadora. Diz que nenhum deles era e que a companhia nunca agiu com violência ao lidar com posseiros (MAIOR, 1996, p.85).

Ditão reclama dizendo que o “*povo fala*”, que na realidade não haviam conflitos, mas cumprimentos de ordens de despejos judiciais, o enigma a se descobrir é o fato de que quando era de interesse da colonizadora essas ordens de despejo surgiam o mais rápido possível, mas no caso de desvendar um crime de assassinato não se tem notícia de andamento no processo, fazendo com que crimes violentos, envolvendo armas de fogo, entre outros sejam esquecidos e apagados da memória coletiva.

Em 1967, ano de nomeação de Manoel de Souza Ramos como prefeito⁶⁰, indo até 31 de janeiro de 1969, quando o poder passou para Rudy Alvarez⁶¹, o

59 BORITZA, 1994, p.4

60 Sob regime de interventoria.

61 Eleito por voto popular.

município ainda não tinha aparentemente em sua região, uma caracterização de espaço aberto, vista de cima, ou para aqueles que chegavam, a cidade ainda tinha muito mais relacionado a uma floresta que se abria, do que propriamente dito um local habitado, tinha-se somente um pequeno espaço central urbano, onde se encontravam os armazéns e comércio em geral da cidade.

O autor de *Crônicas do oeste: Histórias de Pioneiros*, Heitor Lothieu angeli, pontua de forma romântica que: “A colonização do Oeste foi possível porque os grupos empresariais tomaram pra si a responsabilidade de desbravar e ocupar vastas áreas na região, distribuídas em firmas com espaços previamente demarcados”⁶², infelizmente conhecendo a história de ocupação e colonização da região como das Glebas Cambará, também conhecida como Gleba Cinco Mil, entre outras como Gleba São Pedro, essas ocupações não foram tão romanceadas como Angeli propôs.

Rita Boritza no resumo de sua monografia pontua que “Os conflitos ocupacionais da Colonização de Assis Chateaubriand ocorreram de forma violenta e “os mecanismos de dominação utilizados pelos donos do poder na década de sessenta e setenta, no Paraná e mais especificamente no Oeste do Paraná (foram usar) de todos os instrumentos para se impor como verdadeiros donos dessas terras”⁶³.

A Gleba Cinco Mil, já citada, pertencente ao município de Assis Chateaubriand e que fazia divisa com o município de Palotina, local de estudo dos processos criminais na realização dessa pesquisa;

estava na faixa de fronteiras, de domínio da União e, baseando-se nisso, os lavradores entraram com todas as medidas cabíveis em juízo, no sentido de que os ocupantes fossem mantidos na posse. Oscar Martínez morava em São Paulo e era um dos sócios da Colonizadora Norte do Paraná S/A, e afirmava que 250 alqueires ocupados pelas famílias eram de propriedade particular em dezembro de 1972, exigia que as terras fossem desapropriadas, até 30 de junho de 1973, caso isso não ocorresse, haveria despejo (BORITZA, 1994, p.22).

Nesta Gleba em questão, vários crimes foram praticados, relatos de atos praticados, histórias contadas, além de outros contos que não pode-se pontuar por falta de fontes, seja nos processos e inquéritos arquivados no Fórum da comarca, ou seja por meio de recortes jornalísticos e referências bibliográficas, mas o que se tem, são casos como uma informação que Boritza destacou do jornal Folha de Assis de que:

um clima de terror foi criado: João Pereira Neto, com diversas passagens pela polícia, inclusive procurado pela Polícia Federal, em virtude de atos cometidos contra o patrimônio da nação, e por motivos de ameaças graves a famílias, como ato de jagunça, demoliu parcialmente a escola municipal (...) e na mesma noite do mesmo dia, o mesmo ateou fogo na escola destruindo-a completamente, com todos os seus pertences, um patrimônio do município. (BORITZA, 1994, p.21)

Situação essa controversa com as versões de que o processo de colonização foi pacífico, foi ordenado, foi tranquilo, principalmente pelo fato de que João era

62 ANGELI, 1998, p. 53

63 BORITZA, 1994, p.4

funcionário da Colonizadora Norte do paraná S/A, ou seja, de um lado Laércio Souto Maior, que escreveu o livro que traria a história oficial do município, que não se coloca nem contrário, nem a favor em relação a ideia de que tudo teria sido feito da melhor forma possível para o povo pontuando que:

Orgulhosos, os donos das companhias afirmam, peremptórios, que não existe, nem jamais existiu no Fórum local, nenhum processo criminal onde haja condenação contra os donos, diretores e funcionários das duas companhias responsáveis pelo processo de colonização do município de Assis Chateaubriand. (MAIOR, 1996, p.77).

Mas conta a história dos donos do poder, a história daqueles que detinham força em relação aos posseiros, as famílias menos abastadas, aos setores judiciários da época, sem dar v z, sem dar o espaço necessário para que haja um confronto de versões, sendo que segundo Boritza essas ocorrências eram frequentes em relação a Colonizadora, vistas e apontadas em recortes Jornalísticos, os Processos e Inquéritos arquivados no Fórum, que trazem um período de terror e de violência.

Como   o caso aberto pela justiça a pedido senhor João Soares Paula, que no ano de 1972, veio a requerer ao juiz de direito da comarca, que se ele se dignasse a *abrir inquérito criminal contra João Pereira Neto, brasileiro, casado, lavrador, empregado da Colonizadora Norte do Paraná S/A*, pois segundo ele, João Pereira Neto, juntamente com o senhor Francisco Valero *invadiram suas terras(...)a pretexto de terras pertencentes à colonizado onde trabalha, ou a pretexto de que o suplicante esta sendo compelido a despejo pela referida colonizadora* (INQUERITO POLICIAL, 1972, p. 3)

Nesse caso, a colonizadora estaria cobrando uma d vida de João S. De Paula que estaria em débitos, mas o interessante é que o processo todo arquivado no Fórum tem somente 17 páginas e ainda assim foi arquivado, mesmo tendo sido relatado que :

[...] mandaram um aviso ao suplicante, para um encontro em lugar ermo, afim-de dar uma solução aos casos ajuizados. O suplicante respondeu que o assunto poderia ser resolvido em juízo, ou em sua residência, para um acordo (...) pois João Pereira Neto   foragido da justiça, resolveram dar um corretivo ao suplicante caso não viesse ao encontro marcado. Todavia joão Pereira Neto, acompanhado de Ivo de Tal, seu assecla, foi a casa do suplicante, para desafiá-lo Armado e assessorado por Ivo de Tal, iniciou a ofender o suplicante, caluniar a esposa de João Soares de Paula, humilhando-a ante filhos. (INQUÉRITO POLICIAL, 1972, p. 5)

O fato é que as afirmações dos *orgulhosos* representantes da Colonizadora de não haver processos criminais não é verdadeira, o resultado do processo pode trazer mais material ainda para se trabalhar em pesquisas outras, os elementos condenatórios e as conclusões do julgamento não cabem aqui a um pesquisador julgar, mas relatar aquilo que se tem em mãos, no sentido de fazer com que o leitor faça, ou tire suas conclusões. O término desse processo foi feito em favor de João Pereira Neto, no caso, o funcionário da colonizadora segundo os relatos, sendo declarado pelo juiz da

comarca, no dia 15 de setembro de 1978⁶⁴ *extinta a punibilidade dos indiciados João Pereira neto e outros, que não foram devidamente identificados, pela prática dos fatos relatados neste inquérito por reconhecer a favor dos mesmos a ocorrência da prescrição penal*, ou seja, o caso foi aberto em 1972, julgado em 73 e arquivado em 1978, sendo prescrito.

Fica claro para um olhar mais atento, a participação de pressões maiores, pressões externas aos casos ocorridos, ou seja, não se discutiu nesse e em outros casos por parte dos advogados, ou outros juristas, a relação do funcionário e a empresa, não se teve uma acareação entre esses citados, sendo que ao citar alguém, ou uma empresa ficaria a cargo da defesa tomar voz e fazer com que o acusador se responsabilizasse pelas afirmações feitas.

Um fator de discussão sobre a justiça no período é quando *percebemos que suas principais preocupações repousavam no bom funcionamento da justiça, o que (...) aconteceria quando houvesse a quebra da interferência política sobre a ação dos juizes e promotores*⁶⁵, nesse sentido não é necessário imaginar a influência exercida por aqueles que detinham o poder financeiro na época, principalmente no caso das colonizadoras que estariam trazendo a noção de progresso para a região, mas a que custo?

Sobre essa influência, sobre esse poder exercido, a pressão feita poderia fazer com que processos pudessem ficar sendo jogados de um lado para o outro, interrompidos, até que com o tempo esse processo fosse esquecido, até o ponto de *prescrever*, todos estariam felizes, a escrita da história oficial seria elaborada com grandes feitos, grandes obras e possivelmente famílias devastadas por saques, por ameaças de morte, por assassinatos, essas não estariam de forma alguma “felizes” nessa escrita e com as análises feitas seriam excluídos da história oficial.

Para os grileiros, donos de colonizadoras, ou mesmo grandes fazendeiros, quanto mais houvesse a demora em julgar algum tipo de acusação melhor seria para a imagem e para a continuação em negociar a terra, ao contrário do posseiro e o colono, que precisava de agilidade da justiça a fim de proteger seus bens adquiridos e sua segurança:

[...] percebemos a dificuldade em que as famílias de migrantes enfrentavam, deixando o lugar de convívio tradicional, e na busca de terras novas, almejando futuro melhor para a família. No deslocamento dos lugares costumeiros, os pioneiros encontravam terras com matas intensas e recentes desbravadas, assim avançavam a sorte sobre o perigo em terras estranhas com a presença dos animais silvestres, ferozes, e muitas vezes driblavam os conflitos de terras entre posseiros, jagunços, etc. (JUSTO, 2009, p. 30)

A imaginação faz com que qualquer resquício de medo nos traga a memória grandes horrores e aquilo que há de mais abominável se torna um ponto instigante para aqueles que adoram trabalhar sob pressão.

O ditado citado por Maior em seu livro de que *quem chega primeiro bebe água limpa* parece carregar em seu conteúdo uma ironia muito singela, pois dizer que

64 Conclusão do caso 43/73, p.17.

65 SILVA, 2007, p. 1

o processo de colonização foi organizado, pacífico, ou mesmo foi um pensamento voltado para o bem comum, ou voltado ao povo está fora de questão, o que fica de análise é de que forma esses chegaram primeiro e ainda mais, os donos da terra foram os que chegaram mesmo primeiro, essa história vai ter que ser escrita por anos.

A respeito da colonização, pode-se afirmar que em primeiro lugar, esse processo foi feito anteriormente a chegada das colonizadoras e, com a documentação em meio a complicações entrando em discussão o confrontos de ideias entre colonos e posseiros pois a documentação mesmo em situações controversas segundo Myskiw:

[...] era uma espécie de garantia de que não seriam incomodados por jagunços, posseiros, grileiros, outros colonos e policiais. No entanto, esse símbolo também foi alvo de descrédito por parte de muitos colonos, ao ficarem sabendo que haviam sido expedidos outros títulos de propriedade além daquele que lhe pertencia. Frente à duplicidade de títulos expedidos a mais de um colono, isso significa afirmar que a ação das empresas colonizadoras no processo de colonização da região Oeste do Paraná, de use em conluio à atividade do Estado. Sabiam eles – os diretores das empresas colonizadoras e mesmo os funcionários do Estado – que os títulos de propriedade fornecidos aos pequenos colonos eram, em alguns casos, duvidosos e objeto de contestações. Mesmo assim, procuravam deixar as coisas como estavam, para não serem incomodados, pressionados pelos colonos. (MYSKIW, 2002, p. 155).

Esses confrontos, na região tratada, segundo Myskiw, também se dava entre dois grupos os colonos e os posseiros, sendo que os colonos seriam *pessoas que desbravavam e cultivavam (e ainda desbravam e cultivam) as terras situadas na região oeste do Paraná* que se proclamavam *colonos e porque nas fontes documentais, quando se referem ao homem do campo, ao trabalhador rural, fazem uso da categoria colono*. Já no segundo, o posseiro, seria *aquele que adquire (ou ocupa) e faz uso de uma determinada área de terra sem ter o título de propriedade expedido em seu nome, pelo Estado ou pela União*.⁶⁶

Diante dessas caracterizações, pode-se tratar o seguinte raciocínio, sendo o de duas linhas de ocupação territorial que se confrontam, seja confronto ideológico, ou até mesmo físico, a diferença entre os dois é o benefício dado pela justiça a um e ao outro, aquele cujo o poder de influência política fosse maior provavelmente teria mais exito em suas pretensões, seria a *Lei Negra* citada anteriormente, mas com uma institucionalização em relação aos grupos de confronto diferenciados entre aqueles com mais influência e os com menos.

O posseiro foi aquele que chegou e ocupou as terras antes das companhias colonizadoras, mas se via desamparado, pois não via em suas mãos uma legislação que o aparasse, isso devido a problemas como superposição de títulos, fazendo de Assis Chateaubriand, um espaço de lutas que futuramente serão discutidos.

Questões acerca do processo criminal registrado no Fórum da comarca, envolvendo João Pereira Neto, ainda podem ser melhores desenvolvidas, melhores esclarecidas, além de abrirem um leque de opções de novas discussões.

66 MYSKIW, 2002, p.24

Pontos importantes como saber quem foram os primeiros pioneiros se perdem em meio a força de interesses políticos na escrita da história do município, obviamente não porque não houveram pioneiros, mas saber quem praticava os crimes e o interesse envolvido nesses crimes se tornam mais atraentes a pesquisa.

A discussão entre os discursos dos políticos regionais e municipais podem ser confrontados com aquilo que se tornara decorrente no cotidiano e nas relações sociais no município.

A COLONIZAÇÃO TRANQUILA E O COTIDIANO VIOLENTO: A GLEBA CINCO MIL E OS ATOS VIOLENTOS

Em meio as pesquisas realizadas, uma região chamada Gleba Cinco Mil, chama a atenção por ter sido citada nos processos analisados e por outros autores, como na monografia de Rita Boritza, citada anteriormente, ou mesmo o livro *Tupãssi do Mito a história* de Valdir Gregory, Schalleberger e Colgnese.

A partir dessa região pode-se ter uma noção maior sobre as ocorrências no município, pois havia uma demanda muito grande pessoas, pois na década de 70, aproximadamente trezentas famílias moravam na gleba, algumas com mais de dez anos de moradia no local e segundo relatos a violência era situação presente nas relações sociais, como José Bolivar Bretas citou e entrevista a Laércio Souto Maior:

[...] nos dois primeiros anos da minha chegada em Assis Chateaubriand eu andava ostensivamente com o revólver no coldre, amarrado em baico da perna, a moda antiga do velho oeste, andava com um colete de couro, calça jeans, camisa comprida, eventualmente de chapéu (...) ninguém nunca se incomodou comigo, porque todos sabiam que as pessoas andavam armadas (...) fui para o Cinco Mil com mais de oito homens (...) e procedemos a desocupação da terra com um tiroteio e o pessoal que estava lá, esse Ernesto Luziano, que depois foi preso juntamente com a quadrilha dele (MAIOR, 1996, p. 266).

Bretas relembra que os vários atos violentos ocorridos não se davam somente na questão de terras, mas enfatiza que o momento de colonização e pioneirismo em Assis Chateaubriand foi muito conturbado, deixando a população em estado geral de alerta, a busca por um pedaço de terra, um pedaço de chão pra plantar estava sendo fator de influência os atos violentos. Em entrevista a Maior ele segue destacando que *naquela “época, de gente que se matava, não pistoleiros, mas esse pessoal com terras, vamos dizer assim, pioneiras, onde estava se desbravando, tudo começando, o pessoal se excede na cachaça, se dá atos de violência”*.⁶⁷

Neste cotidiano, a construção de uma comunidade tranquila carregada de momentos felizes era um fator isolado daquilo que as fontes carregam, fatores como a embriagues, disputas por terra, brigas que poderiam ser caracterizadas como banais, dentre outras, sempre são citadas, os crimes eram impulsionados por outras razões, pode-se dizer porque:

67 MAIOR, 1996, p.266

[...] no início, aqui aportaram homens e mulheres de todas as partes do Brasil e do mundo. A ambição, o dinheiro, o mulhero (Assis Chateaubriand possuía uma das melhores “zonas” do Oeste paranaense), e a desordem imperava, fazendo o município crescer, demográfica e economicamente, num galope incontido. (MAIOR, 1996, p. 124).

O que não era diferente na Gleba Cinco Mil, assim, após a autorização da Juíza do fórum de Assis Chateaubriand em 2008, o acesso livre para analisar e fotografar os processos foi tranquilo, logicamente que tudo sob supervisão de funcionário do Fórum, que possibilitou uma pesquisa mais efetiva, com mais espaço para encontrar casos como o de número 5/68, do senhor Derival Pereira dos Santos, arquivado em 18 de outubro de 1990, mas que possibilita uma perspectiva interessante sobre o cotidiano e os acontecimentos no município.

A Ação Penal que envolve o senhor Derival é intrigante, ele, um jovem morador da localidade Rio do Peixe que morava e trabalhava na Gleba Cinco Mil, se envolveu em uma briga, *carregando em sua mão uma bebida, uma pinga*, e que ao passar pelo *estradao da roça*, para retornar para casa, dois homens que trabalhavam na Gleba Cinco Mil, assim como ele, os indivíduos Adão Calauro e José Ferreira dos Santos o dominaram e tomaram sua *pinga* e por fim *cassoaram*⁶⁸ dele.

Nesse caso, a vítima, Derival, foi até sua casa, tomou em suas mãos uma espingarda e retornou ao local da ocorrência e desferiu tiros a esmo aos que lhe haviam tomado sua bebida, lhe ameaçado de morte e caçoado dele, sendo que incrivelmente os que lhe haviam tirado a bebida, sofreram vários ferimentos, mas nenhum fatal, fazendo com que poucos dias no hospital, depois do tratamento, os dois homens atingidos retornaram aos afazeres diários trabalhando no alambique de hortelã.

Casos como este, podem ser estudados levando-nos a encontrar vários fundamentos para definir o modelo de sociedade na época, em que um fator motivador podendo ser considerado banal, ou no caso, uma simples bebedeira, poderia ter tomado rumos muito mais complicados. Situações chamadas por *instintos, infantilidade*, termos utilizados por Thompson (1997) demonstram características dos antigos cangaceiros, de pessoas que desembainhavam a espingarda, ou a peixeira e resolviam as situações de acordo com as suas próprias leis, seja pelo fato de não haver uma presença maior do Estado, ou por não acreditarem na lei do Estado, que por vezes podendo ser interpretada como *uma lei má, formulada por maus legisladores e ampliada pelas interpretações de maus juízes*⁶⁹. Que por fim, levariam uma resolução simples, após o ferido acordar no dia pós confronto, somente limparia os ferimentos, tomaria um banho e só lhe restaria a lembrança de mais uma briga e possivelmente o respeito entre os envolvidos que teriam resolvido tudo de acordo com a suas próprias leis.

Os indivíduos chateaubriandenses residentes na Gleba Cinco Mil, assim como os que habitavam na pequena área urbana, traçavam uma troca de informações e de práticas culturais, mas como as ações criminais praticadas por esses indivíduos não são objetos de estudo da história tradicional, Satriani especifica que eles fazem parte das *culturas subalternas*, ou seja, culturas e casos ocorridos que são jogados para debaixo

68 INQUÉRITO Nº 5/68, p. 2.

69 THOMPSON, 1997, p. 359

do tapete da escrita, simplesmente sendo feito uma desvalorização na importância dessas pessoas classificando-as como bêbados, malandros, marginalizados, dentre outros estereótipos que ao olhar menos curioso seriam excluídos da história.

Muitos desses indivíduos, como o senhor Derival, entre outros, ao invés de irem, à Igreja, iam a *zonas de meretrício*, ao invés de irem a reuniões familiares, iam a bares para jogar “sinuca”, “boliche”, “maia ou “carteado”.

O lazer em meio a esse processo de colonização, nesse momento de tensões e disputas de terras e representatividade na região, esse indivíduos tinham como lazer somente esses jogos, além de pesca e caçadas em busca de animais silvestres em meio a floresta próxima ao Rio Piquiri, pois a urbanização da forma que temos em evidencia nos dias atuais em pouco se assemelha ao período da década de 50, 60 e 70.

Aos sábados, após o dia todo na lavoura, prestando serviços ao patrão, ou mesmo cuidando do seu próprio pedaço de terra, esses trabalhadores rurais poderiam ter seu divertimento nas “brincadeiras dançantes” em que, segundo os moradores da época, eram o espaço para iniciar relacionamentos e fugir da rotina.

Brigas em que os envolvidos estavam saindo de bares, ou mesmo por disputas de jogo, demonstravam uma presença muito grande da chamada vadiagem, sendo que para isso:

[...] seriam necessárias melhores leis (...), pois as que existiam eram deficientes e, também, pouco aplicáveis na prática. Provavelmente, ele falava nos problemas que a lei penal e, principalmente, a lei processual penal causavam devido à sua ortodoxia, a qual impedia uma condenação mais rápida e que, realmente, reconduzisse os hábitos do delinquente. (SILVA, 2007, p. 1).

Neste sentido, Antonio paulo Benatte, que tem trabalhos⁷⁰ voltados a questões de cotidiano boêmio, propõe em artigo⁷¹ uma perspectiva sobre a vida de alguns boêmios que tinham como lazer desfrutar diariamente de uma vida de bares e jogos, além de irem a lugares com prostituição.

Segundo Benatte, haviam mesas de sinuca espalhadas por todo o Brasil e assim como os trabalhadores do Rio de Janeiro, ou Minas Gerais, entre outros, os trabalhadores migrados para a região Oeste do Paraná, também usufruíam desse tipo de lazer, sendo que devido a essas mesas de jogos, assim como boliche, dentre outros, estarem sempre rodeadas por bebidas, as discussões as vezes se tornavam mais quentes, alguns jogos disputados com prêmio em dinheiro acordado entre os jogadores faziam de pequenas discussões algo muito tenso, problemas que poderiam terminar com um simples aperto de mão, causavam na verdade situações de grande gravidade e, como já foi citado, algumas delas teriam o “rito” que se seguia, um dos envolvidos, ou mesmos os dois, iriam para as suas casas, se armariam e voltariam pra resolver os problemas de acordo com a suas próprias leis criadas.

70 Antonio Paulo Benatte é Doutor em história pela UNICAMP com a tese: “Dos Jogos que especulam com o acaso: uma história do “jogo de azar” no Brasil (1890 – 1930)”, 2002

71 BENATTE, Antonio Paulo. O centro das Margens: prostituição e uma vida boêmia em Londrina (1930 – 1960). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

Um fato que deve ser discutido é de que essas questões sobre criminalidade, não podem ser tratados como banais, ou crimes do interior, mas como um problema maior, de cultura, de mentalidade, da forma com a qual o ser humano pensa e coloca valores sobre as coisas. O individualismo a respeito do capital, as vantagens por ter poder de influência política e mesquinha de achar que pode agir em relação ao outro sem medir consequências e, de acordo com a sua própria ideologia, tentar reger uma sociedade, uma comunidade, uma região, isso deve ser analisado de forma muito plausível e específica para que os atos não atinjam diretamente a construção de uma história fictícia em benefício de alguns, em benefício de um grupo e excluindo qualquer outro “personagem” importante.

Desmistificar os mitos criados pela escrita, se colocar como avalista de outros, o papel se torna cada vez mais complicado nos atuais dias, mas há de lembrar que nunca foi. Os autores podem não perceber, mas podem estar sendo somente fantoches na construção de uma escrita que beneficiaria um grande fazendeiro, um grande político, ou uma grande personalidade regional.

Segundo a documentação analisada, percebe-se uma grande gama de processos criminais relacionados a Gleba Cinco Mil, a desordem na ocupação desses territórios, as tensões envolvendo posseiros, colonos, colonizadora, jagunços, entre outros, tornaram da região um local de confrontos, hora de um lado, hora de outro, em meio a isso, o espaço de jogos e bebidas deixava resquícios pra outros tipos de violência, mas que teria como plano de fundo a ocupação de seu espaço, seja de posse, ou seja de respeito.

O primeiro passo é entender que, numa dada sociedade, coexistem e se articulam múltiplos códigos e níveis de codificação, que fornecem significado ao universo cultural dessa mesma sociedade. Os códigos são elaborados na prática social e não podem nunca serem vistos como entidades ahistóricas (MAUAD, 1996, p. 11).

Neste sentido, fica proposto o ideal de que a história da colonização da cidade Assis chateaubriand, tem como por uma linha de análise, a história oficializada, os pioneiros são sempre os mais conhecidos da elite chateaubriandense, os feitos são na sua grande maioria feitos dos grandes fazendeiros e as colonizadoras, mesmo com suspeitas e aberturas de processos são ainda vistas como “ferramentas” de organização e consequentemente progresso

Os chamados a entrevistas para fazer parte da escrita da história do município, ainda por ser uma temática nova, no caso a história oral, faz com que em pesquisas até mesmo os que seriam mais antigos, têm a tendência em citar nomes que eram mais conhecidos, diferenciando daquilo que propomos aqui que é dar voz aos que foram historicamente marginalizados, isso pode contribuir para que a história de um município, de uma região se torne mais alçada, com mais argumentos de discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização do município de Assis Chateaubriand e o cotidiano da Gleba Cinco Mil, podem ser analisados e explorados no sentido de entender que a falta de um governo presente, de uma justiça presente, davam aos criminosos vantagens em poder matar, roubar, dentre outros crimes.

Ameaças constantes, brigas sem resoluções jurídicas, confrontos em que os favorecidos eram sempre os mesmos, tudo ocorria com a certeza de que, no caso de uma condenação, a fuga para o mato, em um pequeno bote pelo rio, ficando escondido por um tempo e retornar alguns anos depois seria a solução, pois dificilmente os processos seriam reabertos, ou alguém iria tomar partido para que se resolvesse tais tipos de trâmites.

Confusões por disputas de terras, por espaço de respeito, motivados seja por interesses políticos, ou seja por tentar se apropriar daquilo que é do outro, causavam transtornos as famílias de tal forma que pessoas desapareciam, o que não se tornava contabilizado como assassinato pois o corpo raramente seria encontrado, ou pessoas eram mortas em frente a familiares e amigos para que ficasse o exemplo do que poderia ocorrer com aquele que ousasse tentar enfrentar aqueles que detinham o poder armado, poder político, poder financeiro.

Na escrita histórica não se pode confundir a ficção com a realidade, nem o inverso, atribuindo veracidade ao que é ficção. Os interesses externos, de pessoas importantes, ou mesmo se deixar levar pelas mídias de empresas e de pessoas, pode fazer com que o texto seja carregado de fundamentação ideológica (no caso do discurso construído) uma argumentação já determinada por grupos específicos.

A violência pontuada aqui e em outros trabalhos, não pode ser entendida de forma simplista, como se “isto, ou aquilo ocorreu somente por este ou aquele fator”, deve-se ter mais curiosidade nos envolvidos, nas estratégias de controle e de poder exercida na época pesquisada. A única verdade que se pode afirmar é a de que em todos os eventos, encontram-se enraizados motivos diversos, mas com interesses comuns, a posse, não podendo deixar escapar nenhum elemento de pesquisa.

Em se tratando de fontes históricas, no caso os processos e ações penais consultadas, pesquisadas no Fórum da Comarca de Assis Chateaubriand, se ater a tudo e a todos conforme o tempo e disponibilidade de pesquisa, podendo chegar ao que se compreende como ponto de partida, uma teoria engendrada, um documento controverso, deve ser foco, tudo aquilo que é comum a uma análise da realidade do tempo e do espaço.

Portanto, não se pode descartar nenhum axioma, deve-se assim refletir no ideal daquilo que seria o cotidiano da comunidade, da sociedade, dos indivíduos e seus medos, suas tensões, as razões pelas quais cada pessoa se sentira pressionada, em paralelo a isso, liga-lo ao meio no qual ele viveu, ou o grupo viveu.

Pode-se pontuar que uma pesquisa como esta traz a tona vários elementos para novas e importantes discussões, estas incursões feitas aqui foram abordadas nesse sentido, não se pode dizer que trouxe uma conclusão que a expectativa desejava, mas as meta de reavivar as situações, trazer de volta um período, situações que a sociedade

prefere manter esquecido é sempre um trabalho árduo.

Um dos empecilhos é o fato de não poder ter acesso a um pistoleiro da época, de um jagunço, pois não se torna fácil perguntar a alguém que é fugitivo da lei o por quê dele ter matado outro alguém. Por isso, o ideal dessa pesquisa foi trazer discussões a respeito do processo de colonização e dos crimes ocorridos, podendo servir de referência para outros historiadores que virão.

Em todos os casos procurou-se trazer aquilo que é mais interessante a pesquisa histórica, por vezes uma narrativa, as vezes uma crítica e em outras vezes somente citar acontecimentos.

Não se pode prever aquilo que é mais importante a ser escrito, pois deve-se se pautar naquilo que se tem em mãos, inventar fontes, escolher o tema de pesquisa antes de fazer o trabalho de coleta de material, está sempre fora de questão, pois assim já iria realizar a pesquisa com um foco específico que poderia, ou não surgir, mas que principalmente estaria atrapalhando o trabalho de encontrar outras linhas a seguir.

As principais fontes foram relacionadas a conflitos de terra e crimes, brigas, que acabaram demonstrando que o processo de colonização foi conturbado e em muitas vezes violento, sabe-se assim, que o processo de colonização em Assis Chateaubriand e na Gleba Cinco Mil foi muito conturbado, podendo se atribuir responsabilidades ao excesso de propaganda em relação as áreas produtivas (em relação as terras da região), o excesso de contingente, uma migração acima do esperado para o processo, mas também e acima de tudo, a influência política e financeira para a realização de tomadas de posse, cobranças de dívidas, ganhos de causas judiciais.

A ganância das pessoas mais próximas aos “mecanismos” do comércio, a vontade de sempre se ter o melhor, fazendo com que o homem se torne um ser fraco moralmente, quebrando as convenções de convivência pacífica em sociedade, ou mesmo a simples vontade em cometer crimes atribuída de influências poderosas que descartariam a punibilidade e daria a certeza da não atribuição da pena justa.

Neste trabalho tenta-se trazer mais do que notas, dados, neste trabalho tenta-se fazer sentir a sensação vivida no cotidiano, pois:

[...] surpreendente, no entanto é encontrar teses inteiras cuja a argumentação central é baseada em poucos processos judiciais, em um ou outro inventário, com conclusões daí obtidas sendo estendidas para toda sociedade colonial. Pior ainda é quando estes poucos exemplos documentais são tratados de modo estatístico, buscando examina-los á aluz de porcentagens que, no fundo, não tem qualquer significado. (BACELLAR, 2005, p.62).

Por meio disso, houve a tentativa de não tomar casos individuais, a não ser pelo fato de que todos estão de certa forma envolvidos em relações de poder entre donos de terra, posseiros, colonos, entre outros, mas que representam comportamentos determinantes da sociedade.

Assim, parafraseando o historiador medievalista, Jacques Le Goff, propõe-se que o passado não é a história, mas sim o elemento pelo qual o historiador se apoia como ponto de partida para escrever a história, se torna de muita valia para

entender o que é a história e como ela se constrói, sendo a cada risco, a cada frase, a cada oração, a cada mentira ou verdade, sempre existindo em seu meio pessoas boas e honestas, que podem ser vistas como heróis, ou pessoas ruins que são colocadas como pessoas do mal, mas quem é bom? Quem é ruim? A história só consegue trazer fontes e as conclusões o leitor mais aplicado e curioso pode tentar descobrir, todos devemos estar em busca da verdade.⁷²

FONTES

AÇÃO PENAL Nº. 34/69;
AÇÃO PENAL Nº. 28/69;
AÇÃO CRIMINAL Nº. 5/68;

REFERÊNCIAS

ANGELI, Heitor L. **Crônicas do Oeste: história de pioneiros**. Cascavel 1ª Ed. Disponível na Biblioteca da UNIOESTE Cascavel. 1998.

ASSIS, Prefeitura Municipal, **Apostila de dados oficiais do Município de Assis Chateaubriand**. Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand. 2007.

BENATTE, Antonio P. Sinuca de Bico. In: **Revista de História**, ano 2, nº 20, p.80-83, 2007.

BORITZA, Rita. **Os Conflitos ocupacionais da colonização de Assis Chateaubriand**. Toledo: Banco de teses da UNIOESTE campus de Toledo. 1994.

COLOGNESE, Silvio; GREGORY, Valdir; SCHALLEMBERGER, Erneldo. **Tupassi: Do mito a história**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

JUSTO, Francielly Martins. **Resgate da História Local dos Patrimônios**: Nice e São Cosme e Damião. 2009

LE GOFF, Jacques. História. In: LE GOFF, Jacques História e **Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003,

LUCIO, Claudiney B. Assis Chateaubriand: **A História e.... Assis Chateaubriand-Pr**. Cislén, 2004.

MAIOR, Laércio S. **A História do Município de Assis Chateaubriand**: O encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná. Maringá. Chicletec/Gráfica e Editora. 1996.

72 LE GOFF, 2003, p.15

MAUAD, Ana Maria. Através da fotografia: Fotografia e História Interfaces. **Revista tempo**. Vol. 1, nº 2, p. 73-98. Rio de Janeiro. 1996.

MYSKIW, Antonio M. **Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de Terra no Oeste paranaense (1961/66)**. Banco de teses e Dissertações da UFF/RJ. Niterói, RJ 2002.

SATRIANI, Luigi M. L **Antropologia Cultural: uma análise da cultura subalterna**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1986

SILVA, Oscar. **Toledo e sua História**. Toledo. Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. A origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Col. Oficinas da História. Rio: Paz e Terra, 1997.

VANUCCHI, Maria C. L. e PIETRAFESA, Wania M. De Araujo. **ASSASSINATOS NO CAMPO - CRIME E IMPUNIDADE 1964-1986**. 2ª Ed., São Paulo. Global, 1987.

WACHOVICZ, Ruy. **História do Paraná**. 7ª ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda.,1995.

CAPÍTULO 9

BRASILEIROS E PARAGUAIOS: ENTRE PRÁTICAS E TEORIAS FRONTEIRIÇAS⁷³

*Leandro Baller*⁷⁴

*Carlos Gomes Florentin*⁷⁵

INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX as discussões que se fazem acerca e/ou sobre o imaginário social ganharam amplos campos de atividades no interior das pesquisas em ciências humanas e sociais. Neles os teóricos se debruçaram sobre o problema dos imaginários sociais, que rendeu até mesmo um verbete na prestigiosa *Enciclopédia Einaudi*. Nesse texto, Bronislaw Baczko considera o imaginário social um tema de estudo que, nos anos 1980, estava se difundindo nas ciências humanas; “o estudo dos imaginários sociais se tornou um tema da moda” (BACZKO, 1985, p. 297), ganhando terreno no campo discursivo, especialmente nas áreas da antropologia, sociologia, história e psicologia, cujos estudos reconhecem as funções múltiplas e complexas do imaginário. Aludiremos aqui apenas aos aspectos mais significativos dessa problemática para a construção do objeto da pesquisa, qual seja, a transitoriedade na fronteira.

Nas palavras de Baczko,

o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as coletividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiães e gestores, em suma, o seu pessoal. (BACZKO, 1985, p. 311).

O imaginário seria uma das forças reguladoras da vida em coletividade na fronteira, considerando os conflitos simbólicos ou reais entre os diferentes agentes que constituem historicamente a cultura de fronteira. Para o antropólogo Gilbert Durand (1997), o imaginário faz parte de um conhecimento funcionando com comunicações entre o interno e o externo, como um trajeto onde ocorrem as traduções das coisas novas que terminam sendo vistas como tradições, fundamentos existenciais e epistemológicos do sujeito histórico; quando o imaginário é configurado acaba construindo-se como objeto do presente-passado.

73 Este texto é parte integrante das reflexões realizadas no Projeto de Pesquisa intitulado “Fronteiras: a produção da memória e a construção histórico-social entre Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraguai”, cadastrado na PROPP/COPQ/UFGD (vigência: 2016/2018), desenvolvido na Faculdade de Ciências Humanas.

74 Docente do Curso de História na Universidade Federal da Grande Dourados. Doutor em História pela UFGD-BR com Estágio Doutoral na UNA-PY.

75 Docente en la Universidad San Ignacio de Loyola y en la Universidad Católica de Asunción. Postulante al doctorado en Historia por la Stony Brook University-EUA. Bolsista SSRC-IDRF, Latin American Visiting Scholar en la University of California Riverside, y Fulbright.

Durand diz que o imaginário “(...) é o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens — aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm a encontrar todas as criações de pensamento humano” (DURAND, 1997, p. 18). Seja o sujeito histórico individual ou coletivo, são estes acordos mentais que criam formas de estabelecer as comunicações de seu interior com o exterior; seguindo o pressuposto apresentado por Durand, essa perspectiva nos leva da psicologia para a sociologia, e simultaneamente à história.

O sociólogo Pierre Ansart também tece proposições quanto ao tema; para o autor, o imaginário social abarca um conjunto de evidências implícitas das normas e dos valores que legitimam as relações sociais. O imaginário está intimamente relacionado às ideologias. Os ideólogos, nesse caso, possuem a função de racionalizar e criar as formas de legitimação das ideologias, conduzindo a população a um conjunto de práticas objetivadas pelo poder político. Assim, parafraseando Ansart, diria que os imaginários atendem claramente às finalidades políticas que alguns intelectuais difundiam e difundem no Estado ou Nação, com vários dispositivos de veiculação, especialmente através da imagem como propaganda (ANSART, 2001, p. 41).

As noções de imaginários sociais evocadas por nós se qualificam como um conjunto de imagens no inconsciente coletivo de um grupo social, o depósito de imagens de memória e imaginação não é algo independente da vida cotidiana, pelo contrário, representam as coisas e as relações que são construídas em nosso cotidiano.

As abordagens teóricas acima destacadas são relevantes, mas ao pesquisarmos as fronteiras é importante os conceitos de representação e imaginário estabelecer um diálogo que esteja conectado e lado a lado com o conceito de cultura. Ao problematizar os imaginários sociais aproximamo-nos das reflexões de Roger Chartier (1990). Podemos dizer que toda representação do mundo social é construída pelos interesses do grupo que a elaborou, sendo necessário observar as representações e os discursos a partir da posição social de quem os utilizam.

Assim como existe a luta econômica na sociedade em torno das relações materiais, a luta política acerca do poder, há também a luta de representações em torno das relações simbólicas. Cada grupo, classe ou segmento social tenta impor seus próprios valores, isso permite afirmar que não existe uma clara distinção entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Ou seja, para conhecer as representações de um grupo temos que conhecer seu sistema social, o imaginário perpassa esses elementos e só pode ser estudado em interação com a observação da totalidade da estrutura social, por meio de recortes precisos e variações de escala. A história cultural se apresenta, assim, como um dos campos de pesquisa que integra a história das representações, tornando-se uma história social das representações sociais.

Na visão da historiadora Helenice Rodrigues da Silva; Chartier estabelece em seus escritos sobre “*O estatuto da História*”⁷⁶ que:

o conceito de representação permite associar antigas categorias que a história social, a história das mentalidades e a história política mantinham

76 No original: CHARTIER, Roger (1996). “Le statut de l’histoire”. Esprit, out.

separadas. Desse modo, ele possibilita unificar três dimensões constitutivas da realidade social (...), a matriz das formas de percepção, de classificação e de julgamento; em seguida as formas simbólicas por meio das quais os grupos e os indivíduos percebem suas próprias identidades, e por fim a delegação atribuída a um representante (indivíduo, coletivo, instância abstrata) da coerência e da permanência da comunidade representada (SILVA, 2002, p. 126).

A noção de imaginário social serve neste contexto para compreendermos a demanda de brasileiros para o Paraguai, seus modos de vida na fronteira, bem como os diferentes sentidos atribuídos à fronteira por esses mesmos agentes. Muitos dos elementos teóricos esboçados mostram as complexas relações entre os diferentes grupos sociais que se encontram e se desencontram na fronteira, movidos por diferentes motivações e interesses; tais como os proprietários de grandes extensões rurais, terras que estão nas mãos de estrangeiros que apenas exploram sua produção em conluio com autoridades fiscais, políticas e/ou militares; e às pessoas que vivem em consonância com esse espaço construindo seu cotidiano

POR UMA IDEIA DE FRONTEIRA

Julgamos importantes nos aproximar conceitualmente do termo *fronteira*, que irá situar as relações entre as populações dos dois países. Percebemo-la como algo mais complexo do que apenas divisas entre territórios. Embora o termo pareça designar algo totalmente fixo um espaço traçado por marcos físicos, há uma dinâmica fronteiriça que se estabelece na região, tornando-a uma realidade móvel e com ambíguos significados.

De forma alguma reduzimos ou resumimos as abordagens da fronteira que estão ligadas a uma perspectiva da História Diplomática. É claro que as separações geográficas e políticas são fundamentais e importantes, e relegam um sentido estável para o termo, como bem ressalta Helen Osório.

Tradicionalmente a história diplomática e a história militar fazem da fronteira um espaço privilegiado, mas geralmente ela é abordada ou como fruto de tratados e de negociações hábeis de diplomatas pela primeira, ou como resultado de vitórias heróicas em campo de batalha pela segunda. Trata-se antes de tudo, de uma fronteira política e estatal (OSÓRIO, 1995, p. 110).

Sob este ponto de vista, as reflexões do historiador José Adilçom Campigoto nos auxiliam mostrando ainda que:

na perspectiva da história diplomática, baseada no documento escrito, a fronteira acontece como resultado da luta dos diplomatas, dos militares e de administradores. A linha dos limites aparece como resultado de uma disputa na qual os bandeirantes desempenharam um papel equivalente ao dos diplomatas e militares (CAMPIGOTO, 2000, p. 22).

Não buscamos contar aqui como se constituiu especificamente a linha fronteira que demarca os limites entre territórios ou países como Brasil e Paraguai em questão. Quanto a isso, o relato diplomático valoriza a história dos grandes personagens, que batalharam pela conquista e defesa do território ao qual pertencem, enfatizando, além dos interesses em jogo das nações envolvidas, o patriotismo, a coragem e a honra. Estas disputas não competem apenas à luta em campo aberto, mas, sobretudo e também, desde os gabinetes dos palácios governamentais.

Os novos enfoques construídos na área da Geografia, Sociologia, Antropologia e da História têm propiciado maior abertura de estudos referente ao tema, que enfocam as relações sociais e as práticas culturais e, por que não dizer, a cultura específica dessas populações no ambiente de fronteira. O aprofundamento do sentido mais amplo da definição de fronteira se faz necessário para o entendimento dela a nós transmitida pela população.

Nesse sentido, trabalhamos aqui com uma definição de fronteira do sociólogo José de Souza Martins.

É fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora (MARTINS, 1997, p. 13).

Na concepção de Martins, a fronteira vai além da tradicional definição construída pela História Diplomática e Militar. Para ele, a fronteira comporta uma ampla gama de significados culturais, políticos e econômicos que se entrecruzam na(s) sociedade(s) que a constrói historicamente; especialmente em relação à etnicidade e a identidade, momento em que a figura do “Outro” é comumente lembrada.

A história apenas sob a perspectiva política acaba por diminuir o sentido das fronteiras. As teorias geopolíticas também compactuam com opções manipuladoras, percebendo problemas de hegemonia, especialmente relativo ao espaço e ao tempo que geram um país ou nação, o que busca evidenciar a fragilidade das culturas locais em detrimento desse complexo espaço fronteiro habitado.

Campigoto conjuga as discussões da História Cultural nas fronteiras para situar os agentes históricos, em especial as “pessoas comuns” que habitam este espaço. Segundo ele

A tese de que o Estado-nação esboroa as culturas locais evidentemente não se sustenta. Trata-se de um pressuposto aceito tacitamente pelos historiadores do social. Deriva da convicção de que “*as relações de poder explicam*” a epistemologia das ciências e todo o fenômeno humano. Ora, se acreditamos que tais relações exercem tamanha virtualidade, até mesmo sobre os cientistas sociais, o que pensar das pessoas comuns, dos grupos locais, dos não letrados, dos semi-alfabetizados e daqueles que nem sabem utilizar os códigos da escrita? Forçosamente, o espaço destes excluídos aparece como uma região cultural débil e em extinção ou já suprimida. No máximo, as relações que estes sujeitos estabelecem com a fronteira adquirem o significado de espaço de resistência, conceito emprestado da física pela história política (CAMPIGOTO, 2006, p. 23).

Campigoto abre várias questões com sentido amplo de ver as fronteiras, o que designa a cultura e o modo de vida das pessoas, e que tem um grande grau de importância no espaço fronteiriço, pois esses agentes não são neutros e muito menos devem permanecer apagados: são eles que provocam a dinamização da fronteira. A compreensão desses agentes é fundamental; isso será possível por meio das experiências das pessoas. É nesse sentido que nos posicionamos em relação à fronteira, como um espaço dinâmico de relações.

EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS EM AMBIENTE FRONTEIRIÇO

As experiências das pessoas que vivem na fronteira são operacionalizadas como um modelo de resposta. Por meio da análise de suas narrativas percebem-se suas vivências a todo o momento com o “Outro”. Ou seja, o simbolismo que é a fronteira, permeia o estilo de vida dessas pessoas em uma situação de fronteira, embora elas não compreendam de maneira objetiva a complexa gama dos significados que envolvem a noção de fronteira de um modo mais amplo que lhes possa dar sustentação desse espaço movediço e plural. Nossa intenção é justamente tirar a tríade fronteira/espaço/divisão de uma perspectiva ortodoxa e permitir uma nova imagem delas entre os limites de Brasil e Paraguai, e que na grande maioria das vezes é construída longe dos seus reais interessados, os sujeitos fronteiriços.

Noutro momento alertávamos para essa questão em que;

A partir da perspectiva plural que a fronteira oferece para as análises históricas, é perceptível a constituição de um novo sujeito fronteiriço que traz consigo novas demandas que estão inseridas em diferentes domínios de conhecimento, representando caracteres plurais no decorrer da vivência histórica. Esse ator histórico fronteiriço construiu-se em meio a conflitos com sua própria memória histórica através dos tempos e atualmente ele encontra resistência na construção de sua identidade enquanto sujeito social ativo na fronteira. Porém, é perceptível que ele vivencia e entende a fronteira como uma categoria histórica instável que permeia a ambiência fronteiriça e as práticas exercidas pelos sujeitos fronteiriços (BALLER, 2014, p. 252).

As significações da fronteira, e a sua compreensão por parte da população, deram-se aqui especialmente com o uso da metodologia da história oral; a partir dela, a coleta de entrevistas formou parte do *corpus* de fontes para fomentar a escrita.

O espaço ora trabalhado se trata de um lugar de relações tensas, onde na atualidade não se dá apenas um movimento de trabalhadores formais, mas um espaço que proporciona ampla margem de manobra para atividades ilícitas, como roubos, tráfico de drogas e entorpecentes, contrabando de mercadorias, brinquedos, cigarros e principalmente equipamentos de informática. Trata-se, além do mais, de um lugar que é facilitador para a circulação de armas de ambos os países, servindo ainda como refúgio temporário de pessoas que por motivos dúbios ocultam-se da sociedade, retornando posteriormente na tentativa de inserção nas cidades ribeirinhas ou lindeiras, como são chamados os municípios margeados pelo Lago Internacional de Itaipu.

Permeia também este ambiente as atividades comuns para as populações

ribeirinhas, como as colônias de pescadores que existem em vários municípios. Há ainda o tráfego de balsas e barcos que atravessam os limites dos dois países em pontos onde existe demanda de produtos agrícolas ou mesmo de pessoas como as travessias entre Santa Helena-BR e Puerto Índio-PY, Porto Britânia-BR e Marangatu-PY, Porto Mendes-BR e Puerto Adela-PY, Guaíra-BR e Salto del Guairá-PY; não desconsideramos outros pontos de passagens, legais e/ou clandestinos, apenas evidenciamos os que mais se destacam. Há a possibilidade de atividades lícitas e ilícitas que ocorrem nesse espaço fronteiriço entre Brasil e Paraguai. Logicamente não é o interesse aqui transformar esse espaço em uma fronteira do crime, apenas alertamos para as mais diversas atividades que comumente são exercidas nessas paragens.

Um ponto de partida de nossas investidas se dá ao retomar fontes produzidas em outros contextos e buscar a partir delas traçar um panorama que nos auxilie na construção prática e teórica da fronteira. Sendo assim, na entrevista com Neusa Probst, referente ao Lago Internacional de Itaipu – um marco físico emblemático dessa fronteira – ela deixa transparecer em suas reticências, uma série de preocupações quanto às condições e situações fronteiriças. Segundo Neusa, aumentou principalmente os níveis;

(...) de violência, o que mudou de crime, vamos dizer assim. A gente antes estava comentando mesmo, assaltos que na época não aconteciam, depois [da construção do Lago] com essa mudança ali, aconteceu assaltos, vamos supor de agricultores. Depois. A gente vê aí atualmente pelos jornais, não é? Você tem muitas notícias do que acontece assim. Eu acredito que nessa parte de fronteira... É, eu, se for analisar a minha opinião, é que era bem melhor antes e na parte assim de Brasil e Paraguai; eu não posso falar também como que funciona, eu sei que é uma coisa assim meio complicada pra gente entrar nessa história assim, não é? Tem que ter um conhecimento pra você estar mesmo falando, assim eu já não tenho todo esse conhecimento pra estar falando; mas, na parte econômica, eu acho que piorou bastante; na parte assim também de mudanças não é? E essa fronteira assim, não é? Essa fronteira é complicada, porque você vê, você pega a dimensão que tem essa fronteira; você pega essa dimensão para você vê, a gente tem..., está aqui e fala: “ah ali é o Paraguai e aqui é Brasil”, não é? Só que tem muita coisa que você não tem conhecimento; então eu não sei se..., eu acredito que essa mudança e essa fronteira é meio complicada (Entrevista: Neusa Probst, 2007).

A entrevistada aponta alguns problemas, embora seja perceptível que há certo medo de adentrar em assuntos polêmicos que ocorrem às margens do Lago, ou seja, nessa fronteira; esse conjunto de problemas é sintetizado na fórmula “essa fronteira é meio complicada”. A todo o momento notamos em sua fala a comparação entre o antes e o agora, que seria o contraste da vida social nessas fronteiras antes do alagamento e depois dele, e como isso se dá atualmente. O discurso é crítico da situação atual, posto “que era bem melhor antes”.

O alagamento, em partes significou para as pessoas dessa região uma mudança na própria imagem da fronteira. Conforme nos conta Neusa, antes do alagamento a largura do Rio Paraná, no espaço situado em Porto Mendes-PR, era bem menor; “eu acredito que mais ou menos assim uns 400 metros de largura, mais ou menos isso” (Entrevista: Neusa Probst, 2007). Atualmente, essa dimensão, como as pessoas mesmo tratam o Lago, teria aproximadamente 10 quilômetros de largura, uma grande alteração da área.

Certamente, a alteração na imagem da fronteira, passando de um rio de aproximadamente 400 metros de largura, para um Lago de aproximadamente 10 quilômetros não explica de todo os acontecimentos que se dão em suas margens atualmente, e nem mesmo as práticas exercidas. Porém, em grande parte se dá pela boa navegabilidade, que é possível de ser feita e que antes depreendia muita experiência e pontos específicos de atracar, como no caso do Porto Mendes Gonçalves antes do alagamento. Hoje é possível atracar em qualquer lugar nas margens do Lago, tanto no lado brasileiro como no paraguaio; isso facilita o fluxo de mercadorias, produtos e pessoas.

As pessoas que vivem o cotidiano da cultura fronteiriça muitas vezes são os indivíduos que para a justiça situam-se “nas margens” da sociedade, seja como criminosos e contraventores ou como trabalhadores informais. Para a história, a experiência dessas mesmas pessoas contribui para mostrar a problemática das fronteiras, entendidas não apenas como um marco limitador de territórios, regiões ou países, mas como algo inserido no processo histórico e permeado com suas tensas relações sociais.

As pessoas entrevistadas mostram que a permanência delas nas margens do Lago Internacional de Itaipu, na fronteira entre os dois países, se dá pela experiência de terem ido ao Paraguai, posteriormente voltado ao Brasil, por causas diversas, e permanecerem com vínculos de trabalho e principalmente de propriedade de terras no Paraguai, permanecendo em trânsito nas fronteiras territoriais. Essa situação de itinerância e transitoriedade são marcantes em várias narrativas orais. Mas, igualmente os elementos de retenção das pessoas, como a propriedade e os meios de produção, são elencados.

Na entrevista concedida pela agricultora Elizete T. Pancera destaca-se notoriamente as atividades de trabalho no Paraguai, ela atribui grande importância ao fato de possuírem terras no outro país; inicia dizendo que “lá a gente tem terra da gente, as coisas da gente tudo, (...) lá a gente tem casa, tem terras, tem maquinários, tudo lá, temos moradia boa lá” (Entrevista: Elizete Terezinha Pancera, 2003).

A propriedade de terras por parte de brasileiros no Paraguai é um fator decisivo para a sobrevivência de muitas famílias que moram no Brasil. Neste caso, nota-se que é um proprietário que cuida de seus afazeres em suas terras naquele país. A permanência do marido da entrevistada no país vizinho ocorre no sentido de dar conta do trabalho com a terra. Ambos atravessam periodicamente o Lago Internacional de Itaipu para estarem com a família em Porto Mendes. Segundo Elizete, “Que nem agora o meu marido: agora que ele já plantou tudo, ele vem toda semana; senão, quando é época de plantio ou de colheita, ele fica lá até terminar vêm uma vez cada quinze dias. Mas eu vou pra lá, daí né, ajudar” (Entrevista: Elizete Terezinha Pancera, 2003).

Em Porto Mendes moram várias famílias que têm algum tipo de atividade no país vizinho, não apenas com propriedades de terras, mas de estabelecimentos comerciais, bem como em outros ramos; mas a grande maioria é de pequenos proprietários rurais, ou de atividades direta ou indiretamente ligadas à agricultura.

O caso do gerente empresarial Marcelo de Almeida, ilustra bem essa outra atividade, ele reside no município de Guaíra e é gerente de uma empresa em Paloma, no Paraguai, há aproximadamente 18 anos. Nascido em Maringá, no norte do Paraná-BR, desde jovem viu no Paraguai um bom local de trabalho; sua profissão

está diretamente ligada à agricultura, com a revenda de implementos agrícolas, transportadora, processadora de sementes, insumos, entre outros bens e produtos necessários ao funcionamento do complexo agrícola no Paraguai.

O entrevistado narrando sua trajetória de vida, seus trabalhos, o cotidiano, dá-nos uma imagem da fronteira como essencialmente uma fronteira de trabalho entre os dois países; no entanto, sua narrativa nos leva a perceber outros valores neste mesmo espaço. Segundo ele.

Pra você estar bem lá dentro [do Paraguai], você tem que respeitar o costume deles, a língua deles [...], [há que se ter] o respeito mútuo [...]. Conheço gente que entrou e ninguém gosta dele porque não sabe respeitar a cultura do pessoal (Entrevista: Marcelo de Almeida, 2004, grifos meus.)

O respeito corresponde a manutenção das boas relações no Paraguai. Ele nos oferece alguns exemplos, como pudemos perceber acima, mas a gama de aspectos a serem levados em consideração quanto a esse fator é ampla. As diferenças étnicas, lingüísticas, culturais, etc. Entre brasileiros e paraguaios da fronteira são muitas vezes real fator de conflitos; daí a necessidade do respeito à cultura do outro como condição *sine qua non* das relações de reciprocidade.

Em outra entrevista, a agricultora Cleonice Menegotto conta sobre a saída da família de Tupãssi no oeste do Paraná, a inserção no Paraguai e o posterior retorno para Porto Mendes, onde reside;

a gente ouvia falar muita coisa [do Paraguai]; mas depois, com o passar do tempo, quando eu fui viver lá, não né, nossa! A gente foi se acostumando como se hoje fosse assim, morar no Brasil [...]; o outro lado é maravilhoso (Entrevista: Cleonice Aparecida Menegotto, 2003, grifos meus).

No decorrer do relato de Cleonice, há a expressão de um sentimento de afinidade ao Paraguai, até mesmo pelo fato de dependerem da renda da propriedade no outro lado do Lago; faz questão de destacar sempre o trabalho e o sacrifício de estar longe do marido, que continua no país vizinho e de tempos em tempos atravessa o Lago para se encontrarem, rever os filhos e participar da vida familiar.

Quando fala do *outro lado*, o discurso de Cleonice provoca a sensação ou o sentimento de extensão, como se, para além ou além das divisas territoriais, houvesse uma continuidade de um país com o outro; nessa narrativa, é como se já não houvesse nem o Brasil e nem o Paraguai, mas um terceiro lugar, como diria Marc Auge um não lugar, independentemente de onde se reporta o discurso; ou seja, há uma mistura de dois países, formando um lugar alternativo composto por sentimentos e lembranças tanto de ausências quanto de presenças, uma espécie de zona de contato. Mas mesmo essas impressões são marcadas pelo sentimento da propriedade de terras. Nas suas palavras: “quando a gente está lá, a gente nem lembra que é Paraguai; lá a gente está (...) vamos dizer (...) no que é da gente. A gente está assim, não é? A gente se sente bem, como se estivesse aqui. Não existe diferença” (Entrevista: Cleonice Aparecida Menegotto, 2003, grifos meus). Quando questionada sobre a permanência

dessa situação, ela responde que pretendem continuar com as terras no outro lado e morando no Brasil. Sobre este ponto de vista, percebe-se que há a homogeneização da fronteira como algo unificador que existe e está entre o *aqui* e o *lá*, o *aqui* remetendo ao Brasil, e o *lá* remetendo ao Paraguai.

Outro ponto que mostra a peculiaridade fronteiriça no relato de Cleonice é a sua maneira de falar, quanto na interpretação que elabora sobre a situação, “a principal dificuldade é a gente viver assim né, um longe do outro, que nem eu vivo aqui, praticamente assim, só com os meus filhos, e ele vive lá no trabalho” (Entrevista: Cleonice Aparecida Menegotto, 2003, grifos meus). Sob esta perspectiva, podemos entender a fronteira como um lugar que provoca a separação familiar, pois a própria casa deixa de ser um espaço comum, pois um cônjuge vive para cuidar do trabalho *lá*, e o outro para cuidar dos filhos *aqui*. Nesse caso a fronteira é separação, como denota a autora Iara Regina Castello, a fronteira corresponde a espaços de dualidades.

A dualidade dos espaços de fronteira é uma característica bastante evidente, explicitada, de um lado pela necessidade de se estabelecer separações, em nome de uma diferença cultural e da preservação da soberania nacional e, de outro, pelas práticas sociais e trocas que, em face da proximidade física e dos interesses comuns, se estabelecem. A fronteira é, a um só tempo, área de separação e de aproximação, linha de barreira e espaço polarizador. É, sobretudo, um espaço de tensões, de coexistência das diferenças, e do estabelecimento de novas realidades sócio-culturais (CASTELLO, 1995, p. 18).

Existe uma variedade de compreensões quanto ao significado da fronteira, como percebemos em algumas narrativas orais acima citadas, e permanecem questionamentos por essa fronteira ser tratada como a idéia de “lugar”, especialmente entre os dois países. Quanto a isso, as reflexões de Julie Cruikshank são interessantes, pois dão conta de mostrar as particularidades da oralidade no que se refere à idéia de lugar.

A tradição oral vincula a história ao lugar, mas também põe em xeque nossa noção do que seja realmente lugar. Em geral consideramos o lugar simplesmente como uma localização — um cenário ou um palco onde as pessoas fazem as coisas (CRUIKISHANK, 1996, p. 162).

É nesse sentido que utilizamos o termo lugar, por se aproximar das idéias que a tradição oral passa de um agente a outro. “(...) as tradições orais podem contribuir para documentar a grande variedade de abordagens históricas em áreas do mundo onde documentos escritos ou são relativamente recentes ou nem sequer existem” (CRUIKISHANK, 1996, p. 149). No caso em questão, especificamente entre Brasil e Paraguai, na fronteira com o estado do Paraná, a contribuição dessa metodologia é relevante, pois a área de influência do Lago Internacional de Itaipu realmente é nova, remonta há um pouco mais de três décadas, e as chamadas “pessoas comuns”, em geral analfabetas, semi-alfabetizadas ou precariamente letradas, não deixam muitos registros escritos de suas histórias de vida.⁷⁷

77 A fronteira entre Brasil e Paraguai sempre existiu na região oeste do Paraná; o que discutimos nesse ponto em específico é a sua transformação, passando de um Rio (Rio Paraná) para um Lago (Lago Internacional de Itaipu). Essa mudança é recente.

As alterações na forma física da fronteira — que antes era o Rio Paraná e transformou-se no Lago — também fica evidente na fala das pessoas. Alguns entrevistados reconhecem a existência da fronteira, mas não conseguem defini-la. O ponto de vista de Sonia Vicente realça a complexidade do espaço fronteiriço e a relativa incompreensão quanto a seus significados.

A fronteira ela existe, mas pra mim ela não existe, porque eu sou bem tratada aqui como sou bem tratada lá, não tem diferença. Para mim ela, se existe, vão ter que me explicar onde que ela está e o que significa, porque eu não sei ainda. A gente vive muito bem lá, muito bem tratado, com as pessoas, com os bras (interrompeu), paraguaios, autoridades paraguaios, não é? Aqui no Brasil também (...) a diferença, é (...), é (...) A fronteira pra mim é o Lago né, a única coisa que separa, porque senão seria uma coisa só (Entrevista: Sonia Jandira Vicente, 2003).

A confusão da entrevistada no tratamento da questão é peculiar, pois ao mesmo tempo em que a fronteira existe, já não existe mais para ela, ou quase deixa de existir; sob seu ponto de vista este espaço é unificador, porque separa e aproxima e não possuem diferenças, a única diferença seria o lago. Logo, podemos entender que, se houvesse uma fronteira seca neste lugar, a diferença seria praticamente nenhuma, pois a compreensão não ocorre por falta de significados do que seja o lugar da fronteira, mas porque o Lago os separa.

Muitos dos entrevistados permanecem com interesses de voltar ao Paraguai, mesmo depois de estarem restabelecidos no Brasil, houve modernização no país vizinho que auxiliou a vida dessas pessoas. Isso pode ser verificado, quando Sonia enfatiza que “o valor de um alqueire de terra aqui, dá três ou quatro lá; então é a mesma coisa: a produção valorizou, nós temos luz elétrica, o conforto é o mesmo que tem aqui, a gente tem celular lá, a gente tem telefone. É a mesma coisa, a única dificuldade é o estudo das crianças” (Entrevista: Sonia Jandira Vicente, 2003).

A modernização neste contexto é analisada como um fator que veio a reduzir alguns problemas antes percebidos por eles como dificultadores. Acreditamos que estes aspectos não explicam as permanências ou os estabelecimentos integrais das famílias no país vizinho, pois ao mesmo tempo em que ressalta alguns aspectos que trazem maior conforto já surgem outros problemas, e estes são novamente questionados pela fonte.

Na fala da entrevistada, notamos que ela designa as diferenças e distâncias entre o Brasil e o Paraguai pelo “desenvolvimento” ou “progresso” deste último país; condições de vida e valores econômicos como o conforto, o preço da terra, das mercadorias produzidas e a educação escolar das crianças passam a ser os significados de fronteira. O sentido do lado de *lá* não entra na esfera identitária, cultural, territorial, mas sim em uma escala de valores imediatos de educação e de patrimônio, assemelhando-se ou diferenciando-se do *d aqui*, ou seja, parece haver uma equiparação de valores na fala da entrevistada.

Os locais de vivência perpassam os mesmos lugares sempre que as pessoas voltam de outras regiões do país. A experiência dessas pessoas mostra que a mudança não se deu da primeira vez ao Paraguai, mas existem sucessivas idas e vindas que compõem uma trajetória em “*ziguezague*”. Na narrativa de Maria de Lurdes Berno, essas expressões aparecem a todo o momento.

Nasci em Palotina; me casei; com 27 anos fui para o Mato Grosso, e fiquei dois anos lá; voltei para Palotina, fiquei quase cinco [anos] ali; daí fui para o Paraguai. Ali a gente ficou quase sete anos; eu não, meu marido ta ainda lá; daí vim pra cá [para Porto Mendes], por causa do estudo da menina! Mas lá, lá pra nós o futuro é melhor, é melhor lá do que aqui (Entrevista: Maria de Lurdes Paludo Berno, 2003, grifos meus).

Para Maria de Lurdes, há a diferenciação de estilos de vida, entre a vida dela e a do marido, pois se separaram em prol dos interesses da filha, que necessita estudar no país de origem, e não no lugar de destino; não obstante, ela ressalta que “pra nós o futuro é melhor lá [no Paraguai]”. É comum, na região de fronteira, encontrar casais separados pela distância, um - geralmente o marido - cuidando dos interesses econômicos e financeiros na propriedade agrícola no Paraguai; e a esposa cuidando dos filhos ou até mesmo exercendo outras profissões no Brasil.

Essas características transitoriais nas regiões de fronteiras se sobrepõem aos breves espaços fronteiriços locais e adentram vários quilômetros de ambos os lados, afetando não apenas as estruturas familiares, mas também a estrutura social de que as unidades familiares fazem parte. José de Souza Martins alerta para isso, segundo ele.

A verdadeira estrutura social de referência das populações camponesas da fronteira não é a local e visível. Ela se espalha por um amplo território, num raio de centenas de quilômetros, e é uma espécie de estrutura migrante, uma estrutura social intensamente mediada pela migração e pela ocupação temporária ainda que duradoura de pontos do espaço percorrido, os estudos sociológicos que tomam como referência uma localidade específica não apanham a realidade social mais profunda que dá sentido à existência dessa espécie de sociedade transumante (MARTINS, 1997, p. 176).

É impossível abranger a totalidade dos espaços, das teorias e das práticas nas fronteiras neste estudo; mas é perceptível a intensa movimentação que ocorre não apenas de um país para outro, há também a movimentação interna no Brasil, como no caso de Maria de Lurdes, o que não deixa de ser movimentos transumantes nas fronteiras, e possuem outras particularidades. Esse tipo de movimentação ou itinerância aparece em outras entrevistas.

Ivete Allig relata que: “Eu nasci em Cascavel, e nós viemos morar em Medianeira. Em Medianeira moramos até meus dezoito anos; daí mudamos para Foz. Em Foz eu fiquei uns dois anos, depois voltei para o Paraguai, aqui na Gleba Seis [...]” (Entrevista: Ivete Allig, 2003). Citamos essas passagens na intenção de mostrar como há intensa mobilidade endógena das pessoas, passando por várias cidades ou mesmo estados, antes de ir ao Paraguai; ocorre uma migração interna em busca de melhores condições de vida antecedendo a imigração, esta aparecendo como o derradeiro recurso quando o próprio país já não lhes oferece alternativas.

Há outros significados atribuídos à fronteira. Para esta entrevistada, o sentido de fronteira não existe a não ser um rio (lago), que para ela só atrapalha; não aparecem sentimentos, interesses, é como se com o costume tudo fica idêntico.

Para mim, o Brasil, o Paraguai, morar em Porto Mendes e morar no Paraguai, para mim é igual. Eu já estou acostumada tanto lá como aqui, não é? Então, não acho diferença nenhuma. Apesar das diferenças de língua..., apesar disso, apesar do rio que atrapalha também, não é? Porque se tivesse, digo, estrada, fosse fronteira seca! Vixi né! Aí não tinha diferença nenhuma quase. Mas eu já estou acostumada tanto lá como aqui! (Entrevista: Ivete Allig, 2003).

Percebemos pelas fontes que se tornou comum levar a vida em qualquer que seja dos dois países, pois para essas pessoas não existem grandes diferenças, a não ser um rio represado que atrapalha o deslocamento rápido e o idioma, a que ela relativamente já acostumou; ao cabo dessas especificidades da fronteira ora analisada, não importa muito onde é sua residência ou onde está vivendo. Percebe-se, na fala acima, que a fronteira aparece muitas vezes como uma barreira apenas física, como ocorre com o Lago Internacional de Itaipu; caso houvesse uma fronteira seca, outras evidências — como, por exemplo, o idioma falado — poderia nem sequer aparecer. José de Souza Martins nos alerta para o fato de que. “É preciso distinguir no Brasil as fronteiras políticas, demográficas e econômicas, nem sempre essas são relacionadas entre si.” (MARTINS, 1997, p. 155). Ou seja, elas correm o risco de não serem mencionadas, pois não tem importância real na vida das pessoas, ou não são percebidas no cotidiano da vida vivida na transitoriedade.

Na nossa análise as entrevistas tornam-se importantes para a investigação histórica do sujeito e seu mundo. Parafraseando Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (1998), diria que o uso sistemático do testemunho oral possibilita a história oral esclarecer trajetórias individuais. Essas técnicas de coleta de material revelam também pontos de vista individuais expressos na fonte oral, incorporando desta forma elementos e perspectivas ausentes de outras práticas históricas, porque através delas se revelam sentidos e sentimentos relacionados somente ao indivíduo, como as subjetividades, as emoções ou o cotidiano. As entrevistas aumentam o conteúdo sociológico e cultural quando investigam o indivíduo inserido no processo histórico e no seu círculo de relações sociais.

O fluxo de pessoas nas margens do Lago Internacional de Itaipu envolve indivíduos que vêm de diferentes lugares em busca de trabalho rentável; pescadores profissionais que vêm na extensão das águas bons pontos de pesca; mas, quanto à pesca, em geral as condições de trabalho não correspondem às expectativas. No Lago, os obstáculos para esses pescadores não são apenas de ordem natural, como ventanias, tormentas, marés, ou ainda a dificuldade de se manterem financeiramente em determinadas épocas do ano. Os obstáculos são também, econômicos e sociais.

Para o pescador Miguel Pereira, 50 anos, oriundo de Naviraí - MS, e residente há aproximadamente 25 anos em Porto Mendes, estes lugares de fronteira não oferecem empregos, embora sejam lugares maravilhosos em beleza natural e possuem boa infra-estrutura. Em seu relato, ele diz que “morar aqui é bom, sossegado; aqui é bom, é beleza pra morar aqui, aqui não é ruim não.” Mas, em contrapartida, as oportunidades econômicas são limitadas, ele continua

Só que é o seguinte: não tem emprego, não tem nada, não é? Aqui é só pra aposentado viver aqui dentro, os pescadores e os que trabalham com agricultura, e tirou disso aí acabou; que aqui não tem fábrica, não tem nada, aqui é fim de linha (Entrevista: Miguel Pereira, 2003).

O significado de fronteira para o pescador é bastante claro: é como se ali fosse o *fim da linha*, pois não oferece condições de trabalho e emprego; essas carências, para ele, decorrem dos limites impostos ao movimento das pessoas: “o povo vem aqui dentro, olha, dali pra lá já é Paraguai, não é? O pessoal vem dali, daqui tem que voltar pra Marechal Cândido Rondon, que não segue pra frente” (Entrevista: Miguel Pereira, 2003). Quanto questionado sobre o que quer dizer a expressão *fim da linha*, o pescador busca novas interpretações para o sentido da fronteira.

Tem essa linha na fronteira, tem, tem essa linha. Agora aqui, essa divisa nossa aqui, é o Lago; aqui é o rio, do meio do rio pra cá é o Paraná [BR], e do meio do rio pra lá já é Paraguai. E nós estamos pescando aqui, nós estamos indo pescar aqui dentro, tranquilo; chegou no meio do rio mais ou menos, aí nós temos que parar. No lado paraguaio, se nós não tiver liquidado tudo certinho, com os documentos do Paraguai, se nós atravessar, eles prende nós (Entrevista: Miguel Pereira, 2003).

Neste trecho da entrevista, notamos que o pescador dá vários sentidos à fronteira. Ele evidencia as barreiras burocráticas dos limites territoriais de seu espaço de trabalho, a pesca; até onde se pode ir para pescar, caso contrário corre o risco de perder seu pescado caso a documentação não estiver em dia, o que mostra o sentido de *fim da linha* para ele.

Ainda é interessante perceber que, embora já se passem aproximadamente três décadas desde a inundação das margens do Rio Paraná, formando o Lago Internacional de Itaipu, muitas pessoas ainda se referem àquelas águas como o Rio Paraná. Ou seja, para os agentes históricos que extraem das águas, os frutos de seu sustento e de suas famílias, o Rio é algo presente e que se mistura com o Lago; ou seja, a memória e a lembrança guardam a presença do passado no presente, a paisagem natural mostra isso de forma bem evidente na narrativa do entrevistado.

A psicóloga social Ecléa Bosi, ao teorizar sobre os processos de lembrança, evidencia o caráter coletivo e mutante da memória. Segundo ela.

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na nossa infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55).

O pescador Miguel Pereira fala do Lago como se fosse o Rio Paraná; isso mostra que a construção da identidade de um lugar trabalha na “exclusão” do outro. As imagens são diferentes, mas guardam suas semelhanças por se tratar, afinal, de água; mas suas discrepâncias são nítidas, porque lembram o passado fazendo uma

reconstrução de imagens e idéias do hoje, mas com as experiências do passado.

Os discursos trabalhados até o momento mostram a complexidade dos sentidos, das significações e até mesmo do simbolismo da fronteira, não apenas no sentido oficial de suas definições, como no caso de divisões territoriais e/ou políticas; mas também porque envolvem segmentos sociais diferenciados e que procuram demonstrar suas particularidades em relação a este espaço, seja em âmbito cultural, político ou social, cada qual denotando a singularidade da fronteira.

Para o trabalhador agrícola, há uma vasta rede de sentidos em uma fronteira; para as famílias separadas, esse sentido é outro; aos indivíduos que compactuam com atividades ilícitas, será um significado totalmente diferente; aos pescadores, como vimos, os sentidos produzidos são outros. Ou seja, a interpretação da fronteira é muitas vezes determinada pela categoria, posição ou situação social e/ou pela classificação profissional dos agentes históricos que vivificam o espaço fronteiriço, isto é, o sentido se dá conforme a sua situação de fronteira.

Na intenção de promover um debate maior sobre a temática, procuramos privilegiar vários segmentos, independentemente da posição social ou de gênero. A fronteira é também uma produção simbólica que responde ou corresponde a interesses, às condições, as circunstâncias, aos valores e visões de mundo das pessoas envolvidas no processo histórico concreto de sua constituição. Com relação a essas produções simbólicas, Pierre Bourdieu diz que:

as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições sociais ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 2005, p. 11).

No caso da fronteira é perceptível que de certa maneira, ocorrem lutas por meio das quais os diferentes agentes sociais procuram fazer prevalecer seus interesses no local, estabelecendo e definindo seus sentidos a partir de uma visão individual, da coletividade de um grupo ou segmento específico. Nesse sentido, não se cria apenas uma versão para o local; há algo maior que busca aparecer no contexto do estudo. Isto é, estes grupos inserem-se no cotidiano construindo o regional, não apenas nas margens do Lago Internacional de Itaipu, mas como municípios lindeiros, como uma região ribeirinha, ou ainda como um caminho ou uma rota turística no oeste do Paraná. Há uma identificação regional para a vivência dos grupos pertencentes a este espaço.

O historiador Valdir Gregory, com relação a esta construção simbólica, procura contribuir reflexões sobre o processo de construção da região.

O regional [...] vem a ser uma construção baseada em alguns elementos escolhidos a partir de objetivos estabelecidos e da busca da configuração de espaços simbólicos. O regional é mais e diferente do que o local. E, como tal, as suas delimitações, os seus elementos constitutivos, os seus marcos simbólicos vão sendo construídos por e a partir de grupos inseridos em seus contextos vivenciais. Ou seja, identidades e memórias que compõem o regional são socialmente contextualizadas (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2006, p. 85).

Como exemplo, podemos citar o município de Santa Helena – PR/BR, que é conhecido por ter um espaço infra-estruturado para abrigar grandes eventos, como é o caso da praia artificial do Lago de Itaipu, que banha aquele município. Regionalmente, é conhecido como “*a terra das águas*”, por ter inundado aproximadamente 1/3 de seu território, e atualmente esse *slogam* funciona como um instrumento de marketing. Outros exemplos poderiam ser citados, mas incorreria em outros aspectos construtivos de identidades e memórias, como bem ressalta Gregory. Os elementos que atuam nessa construção assumem formas especiais de transparecer no produto social, bem como na reposição dos pressupostos, imbricando dialeticamente em uma forma especial de reprodução do capital, de lutas de classe intimamente ligados aos poderes econômicos e políticos neste espaço regional.

Ao trabalharmos com as entrevistas orais, notadamente há a percepção de sentidos que não aparecem em livros, referente ao espaço fronteiro ou mesmo da dinâmica entre os países envolvidos.

Como observamos anteriormente, há uma exaltação do Paraguai que deriva de vários aspectos, e isso independe da nacionalidade das pessoas que cederam seus relatos. Tomemos como exemplo a fala de Helena de Almeida Franz, nascida em Santa Rosa no Paraguai, mas residente em Guaíra; ao falar de Canindey e de Alto Paraná - PY, ela resume de certa forma a vida de muitas pessoas que tiveram êxito no país vizinho, especialmente em relação à agricultura.

Essa região do Paraguai deu muita oportunidade pra gente, sabe. Eu acho que como pra minha família também como pras outras famílias [...]; gente que veio do nada, do Paraná, do Rio Grande [do Sul], de Santa Catarina e ali nessa região, onde eu morava, hoje são milionários, hoje eles têm fortuna que nem eles sabem quanta terra eles têm [...]. Paraguai não é só Ciudad del Este e Salto, tem tanta riqueza, tanta coisa boa que tu vê no Paraguai, que nessa parte os brasiguaios que estão lá, não viram no Brasil sabe? Não conseguiram achar, e que lá o país deu oportunidade, está todo mundo crescendo [...] (Entrevista: Helena de Almeida Franz, 2004).

A menção às famílias que obtiveram êxito econômico no Paraguai, e também a denominação superficial para os *brasiguaios*, é a maneira como a entrevistada os vê naquela região; fala especialmente sobre o poder de propriedade, o que dá o sentido de produção como símbolo de capital econômico; ou seja, são elementos que atuam na construção simbólica da região onde Helena morava e ali conseguiram se reproduzir enquanto agricultores ou grandes produtores.

Ao longo das falas dessas pessoas foi possível estabelecer um diálogo que procurou perceber como a atuação delas se dava em relação a estes significados. A vivência de pessoas tanto indo do Brasil ao Paraguai quanto no movimento inverso, pode tornar-se um esquema de estruturas da representação da realidade, articulado com uma estrutura social mais ampla existente na região.

Nesse sentido buscamos aqui brevemente estabelecer as diferenças individuais nas falas dos entrevistados, aprofundando esse diálogo nas significações e sentidos da fronteira com uma rede estabelecida de pessoas que vivem na região e participam desse complexo movimento fronteiro; procuramos compreender essas

falas como exemplos dados em modelos possíveis de serem detectados na construção de uma fronteira, ou minimamente da construção da ideia de fronteira.

Gregory mostra a utilização desses conteúdos na tentativa de construir possíveis identidades locais e regionais; para ele, “os mesmos conteúdos não são criados do nada. Em outras palavras, a construção de identidades ocorre a partir de vivências vividas. Há seleções, descartes, ênfases que interferem nestas construções ideológicas locais” (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2006, p. 97). Todavia, esses emissores diluem-se em um tecido social mais amplo, emitindo suas próprias construções locais para o regional, aparecendo outros fatores, aspectos e agentes.

A ITAIPU-BINACIONAL ATUANDO COMO UM LIMITE

Ao falar sobre a Itaipu em nosso estudo, de modo algum atingiremos toda a complexidade que envolveu e envolve a maior Usina Hidrelétrica em geração de energia do mundo. Seja desde os seus primeiros projetos de análise do potencial das águas do Rio Paraná, sua construção, as polêmicas desapropriações e tratados, tanto com proprietários rurais, urbanos e indígenas quanto entre o Brasil e o Paraguai, ‘parceiros’ na obra, bem como no início de sua atividade geradora.

Itaipu é um projeto pensado desde o início do século XX, embora sua execução se desse apenas na segunda metade do século com as políticas desenvolvimentistas e intervencionistas do Estado. Teve como principal objetivo o aproveitamento das águas do Rio Paraná para a geração de energia e a aproximação com o Paraguai. É relevante situar Itaipu em um contexto internacional, pois é um agente que permeia o estudo; ou seja, a discussão que se estabelece em torno da transitoriedade de pessoas na fronteira entre Brasil e Paraguai e nesse contexto são indissociáveis da construção da usina.

No decorrer de sua instalação, Itaipu passou de um projeto econômico de grande interesse em esfera internacional, para um projeto político implicando em complexas relações, desde seu espaço de contato até as relações no campo internacional envolvendo os dois países. A sustentabilidade do projeto não seria possível por parte apenas do Brasil; ela só seria viável em condomínio com o Paraguai. Com a construção da barragem de Itaipu, houve o represamento do Rio Paraná, que se deu no lado brasileiro desde no município de Foz de Iguaçu, tendo como limite o município de Guaíra, ambos no Paraná, e Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul. No lado paraguaio, desde Ciudad del Este, no departamento de Alto Paraná, até Salto del Guairá, departamento de Canindeyu. Nos limites da represa se localizavam os Saltos das Sete Quedas, que com o alagamento, ficaram encobertos pelas águas do reservatório da hidrelétrica, denominado Lago Internacional de Itaipu.

No lado brasileiro foram atingidos 16 municípios⁷⁸. O reservatório tem o equivalente a 170 quilômetros de comprimento, em um total de 1.350 km² de área, sendo 770 km² no lado brasileiro e 580 km² no lado paraguaio, possui 2919 km de orla,

78 Foz do Iguaçu, Santa Teresinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Diamante do Oeste, Santa Helena, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa, Guaíra e Mundo Novo.

no interior do Lago há o arquipélago de Ilha Grande, composto por aproximadamente 260 ilhas, a Usina de Itaipu tem potência instalada de 12.600 MW.⁷⁹

O interesse central aqui não é mostrar as extensões que demanda o empreendimento energético entre os dois países, o que é relevante. Mas, sobretudo, trazer algumas evidências que mostram como ela influenciou na dinâmica migracional, especialmente para os brasileiros com destino ao Paraguai. Itaipu não representou apenas o desenvolvimento que é enaltecido pela empresa, mas também foi causadora de grandes impactos ambientais, econômicos e sociais.

Conforme apresenta o historiador e geógrafo Tarcísio Vandelinde. Segundo ele.

A construção do mega-projeto impactou profundamente a região oeste do Paraná provocando uma nova territorialização e rearranjos socioeconômicos. Ocorreram perdas irreparáveis de sítios arqueológicos, mas a perda emocional do espaço diante da arrogância e cinismo do discurso do progresso foi sem precedentes (VANDERLINDE, 2006, p. 29).

Quanto aos impactos ocasionados pela empresa, iremos nos ater especificamente sobre a questão das propriedades no lado brasileiro, uma vez que objetivamos minimamente mostrar a demanda de pessoas decorrente de sua implantação para o Paraguai, mais propriamente com as áreas desapropriadas.

Propriedades urbanas e rurais desapropriadas		
Zona	Número de propriedades	Área (ha.)
Urbana	1.606	484.789
Rural	6.913	100.607.732
Total	8.519	101.092.521
Fonte: Centro de Documentação da Itaipu Binacional, 1984.		

Mais de 80% das propriedades desapropriadas estavam localizadas em áreas rurais. Estas compreendiam pequenas propriedades agropecuárias, em geral com menos de 20 alqueires cada uma; cultivavam soja, trigo, milho, além de animais e cultivares de sustento como mandioca, feijão, arroz, hortaliças, etc. A demografia era bem uniforme ao longo da faixa. Itaipu conseguiu “amigavelmente” desapropriar quase todas as áreas; havia um grande número de questões jurídicas no tocante às propriedades que remontavam a outras datas e aspectos.⁸⁰

As áreas urbanas correspondiam a postos de combustíveis, comércios e casas comerciais, clubes, escolas, igrejas, terrenos com benfeitorias, dentre outros. Os portos existentes se localizavam nas extensões urbanas e rurais, geralmente cercados por várias casas, caracterizando assim um núcleo urbano. A desapropriação das áreas

79 Fonte: Centro de Documentação da Itaipu Binacional, 1984.

80 O oeste do Estado do Paraná é conhecido pela tardia ocupação agrícola de seu espaço; sendo assim, haviam questões não resolvidas no tocante a grilagens, ocupações, arrendatários, posseiros entre outras formas de uso da terra. Havia casos jurídicos que apresentavam problemas nesse sentido ou que ainda tramitavam nas varas judiciais locais ou regionais, foi uma das últimas fronteiras agrícolas a se colonizar e as medidas dessa conquista nem sempre foram harmônicas e legais.

urbanas foi mais “tranquila” que nas áreas rurais, as últimas contavam com movimentos organizados⁸¹ para terem suas demandas atendidas ou minimamente previstos pela empresa que fez as desapropriações.⁸²

A imagem a seguir é do Porto Mendes Gonçalves, localizado no distrito de Porto Mendes, município de Marechal Cândido Rondon – PR, no exato momento em que as águas do Rio Paraná subiam, com o fechamento da barragem formando o Lago Internacional de Itaipu no ano de 1982.

IMAGEM DE PORTO MENDES GONÇALVES NO ANO DE 1982



Fonte: Acervo do Museu Histórico Padre José Gaertner (S/registro)
Porto Mendes – Pr.

Após apresentarmos o número de propriedades e suas concentrações em detrimento as áreas urbanas e rurais no lado brasileiro, bem como a idéia do que ali se produzia, passamos a apresentar a população em números de atingidos na região oeste do Paraná.

81 Como exemplo podemos citar: **CPT/ PR** – Comissão Pastoral da Terra do Paraná; **FETAEP** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná; **MASTRO** – Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná; **MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens; **CEB's** – Comunidades Eclesiais de Base; **ASSESOAR** – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural; **MJT** – Movimento Justiça e Terra; **CIMI** – Conselho Indígena Missionário; **CPJP/ PR** – Comissão Pontificia Justiça e Paz do Paraná; **FUNAI** – Fundação Nacional do Índio; **ITCF** – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas; **SANEM** – Sociedade de Amparo ao Necessitado Medianeirense. Para alguns pesquisadores como Frank Antônio Mezzomo, esses movimentos e outros contribuíram de forma decisiva para a criação do **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Junto aos vários movimentos sociais proliferavam-se atitudes e atividades ligadas tanto a igreja como a política, como por exemplo, a Teologia da Libertação; O Projeto Arca de Noé; entre outros, bem como a inserção nesses movimentos de outras ordens como a **CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; e de Sindicatos Rurais. Surgiam junto a esses movimentos sociais meios de circulação e informação como cartilhas e jornais, como o **Pocira**, e o **Mausoléu do Faraó**. Cremos que isso ilustra um pouco a situação do Oeste do Estado do Paraná nesse contexto. As principais questões levantadas giravam em torno da concessão de títulos e do preço das terras, que a empresa avaliava e pagava.

82

A Itaipu designou a empresa MATRIX para desenvolver os trabalhos junto aos proprietários das terras a serem desapropriados.

Municípios atingidos e sua população

<i>Municípios</i>	<i>Total da população</i>	<i>População atingida</i>	<i>Percentuais</i>
Foz do Iguaçu	49.538	5.609	11,32
Guaíra	47.482	3.659	7,71
Marechal C. Rondon	63.458	10.600	16,70
Matelândia	35.473	70	0,20
Medianeira	45.216	1.540	3,41
Santa Helena	38.831	12.181	31,37
S. Miguel do Iguaçu	36.436	8.639	23,71
Terra Roxa	55.268	146	0,26
Total	371.702	42.444	11,42

Fonte: Biblioteca da Itaipu Binacional / IBGE em articulação com o censo de 1975.

Os números acima mostram os municípios, sua população total na época das desapropriações e a população atingida no momento do alagamento. Em um breve balanço podemos constatar que, com exceção do município de Foz do Iguaçu, no demais houve redução demográfica nos municípios após a instalação de Itaipu, e esses números não se recuperaram até na atualidade. Ou seja, após mais de três décadas, esses municípios não tiveram uma retomada significativa do crescimento demográfico, e todos, com exceção de Foz do Iguaçu, possuem atualmente população numericamente inferior do que possuíam em 1982.

Logicamente não podemos citar Itaipu como a causa única das adversidades no oeste do Paraná para explicar a queda demográfica, posteriormente houve vários desmembramentos municipais com a criação de novos municípios derivados destes, mas por algum tempo a usina agiu como limitadora no tocante ao crescimento populacional. E na atualidade esse limite remonta a questões fronteiriças, culturais e identitárias para as pessoas que habitam esse espaço, seja do lado brasileiro ou paraguaio.

A localização das pessoas que saíram do oeste do Paraná em decorrência do alagamento não é uma tarefa fácil; mas podem-se apresentar alguns números que esclarecem a problemática deste estudo. Os dados abaixo mostram os principais fluxos migratórios ocasionado pelas desapropriações da Itaipu.

Principais destinos dos expropriados

<i>Local de destino</i>	<i>Percentual</i>
Paraná	86,29
Mato Grosso	8,89
Santa Catarina	1,16
Paraguai	1,03
Rio Grande do Sul	0,76
Rondônia	0,76
Bahia	0,35
Pará	0,31
Amazonas	0,18
São Paulo	0,18
Minas Gerais	0,09

Fonte: Centro de Documentação da Itaipu Binacional, 1984.

Nosso foco de atenção se dá em relação ao Paraguai; conforme se observa a grande maioria das pessoas permaneceu no Estado do Paraná, e, desses, cerca de 90% conseguiram propriedades no oeste do estado. Logo em seguida, há os que partem com destino ao Mato Grosso e Santa Catarina. O Paraguai é o quarto destino mais procurado pelos expropriados de Itaipu. Não é um número muito expressivo, se levarmos em conta o fluxo migratório de brasileiros para o Paraguai da década de 1960 e 70, por exemplo. Temos, no contexto das desapropriações, poucas pessoas migrando ao país vizinho em decorrência do alagamento do Rio Paraná. É considerado como um baixo índice se levarmos em conta a proximidade espacial e a similitude das terras em qualidade e produtividade, que são fatores de atração muito forte quando falamos em terras agrícolas.

Ao mesmo tempo em que as comportas de Itaipu se fechavam para resolver em partes a demanda de energia elétrica, nascia outro problema que Ivone de Lima ressaltava sobre a situação do lado paraguaio. Segundo ela, “foram 800 quilômetros de terras paraguaias inundadas, que desalojaram aproximadamente 20 mil pessoas (...). Interessante observar que 80% dos atingidos eram constituídos por migrantes brasileiros que haviam se aventurado em terras guaranis” (LIMA, 2006, p. 374).

O problema é que o governo brasileiro se mantinha alheio quanto a isso, pois “segundo a Constituição paraguaia, os estrangeiros não poderiam residir na faixa de fronteira” (LIMA, 2006, p. 375). Ou seja, a Itaipu surgia como uma obra governamental através da qual a população fronteiriça era prejudicada pela omissão do governo com os desapropriados no Paraguai, não lhes cabendo qualquer forma de movimento, pois também não possuíam direitos assegurados no Paraguai.

Enfim, podemos situar Itaipu como um marco⁸³ na história do extremo-

83 Alguns autores utilizam esse marco para falarem das cidades que permeiam a Itaipu, como muito bem faz Maria de Fátima Bento Ribeiro com relação a Foz do Iguaçu em sua obra “*Memórias do Concreto*”; mas, em geral, podemos articular especificidades a toda a região atingida por Itaipu.

oeste paranaense e do leste paraguaio. O tema é relevante e provocaria discussões amplas por meio das fontes de análise, surgindo posições favoráveis e contrárias ao empreendimento. Sobretudo, podemos afirmar que os mais prejudicados foram os municípios margeados pelo Lago Internacional de Itaipu, quando foram submersas extensas faixas de terras produtivas, bem como seus munícipes que ficaram descontentes com os preços oferecidos por elas no processo de indenização; mas, por outro lado, veio a resolver outros problemas, em nível nacional.

Conforme Ivone Teresinha Carletto de Lima,

O Brasil estava preocupado com o seu desenvolvimento e, nesse processo, viu-se envolvido por questões diversas que deram destaque ao aspecto político. Na desencadeada busca pelo aproveitamento hidrelétrico dos saltos de Sete Quedas, depois de intermináveis e incipientes estudos, recebeu um projeto que indicava o desvio das águas para o lado brasileiro. Tentativa que avivou históricas contendas no vizinho Paraguai. Dentre as situações que teve que enfrentar foi a dos limites territoriais, onde Itaipu serviu como acalmador e solucionador da divergência. Algo que para o Brasil era incontestável, no entanto forjou momentos inflamados como o da ocupação militar que fez parte da política de segurança nacional e, igualmente, serviu como uma demonstração de poder. Entretanto, teve que reconhecer o direito às águas ao Paraguai (LIMA, 2006, p. 409).

Quando situamos Itaipu como um agente limitador entre Brasil e Paraguai, foi na intenção de mostrar seu papel no processo de fluxo migratório dos expropriados ao Paraguai; não que os baixos números momentâneos expliquem a complexidade do tema com a fronteira, mas que ainda funciona nas “divisas” internacionais, especialmente fomentando a variedade cultural e identitária dos dois povos.

Itaipu representa um marco na política ambiental em relação à construção de barragens, servindo atualmente como modelo nesse aspecto com seus vários programas de preservação. A partir de Itaipu questiona-se o impacto sobre o meio ambiente como custo de desenvolvimento e progresso. Uma maneira para melhor percebermos Itaipu como agente nesse território seria o questionamento dos significados dela para os que foram desapropriados e para os trabalhadores que construíram a usina, pois se misturam atualmente, alguns sem propriedades desde então, e outros sem trabalho. Essas questões demandariam uma pesquisa específica sobre o tema em torno da memória dessas pessoas para mostrar a dimensão desses significados.⁸⁴

Os estudiosos têm salientado o fato de que a memória não é um receptáculo passivo, mas atua como uma força ativa, que molda e é dinâmica, segundo Raphael Samuel (1997); o que ela “escolhe” sintomaticamente esquecer é tão importante quanto o que ela lembra; entre a lembrança e o esquecimento operam as vozes de sujeitos para manter uma memória.

Trabalhar com o sentimento das pessoas em torno de um tema complexo como são as relações sociais internacionais entre populações dos países latino-

84 Um estudo que é indicativo dessas preocupações é a pesquisa de dissertação de mestrado de Catiane Matiello, intitulada “Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu”, defendida na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelo Programa de Pós-graduação em Tecnologia, na cidade de Curitiba, no ano de 2011.

americanos, não é uma tarefa fácil de ser levada a efeito. Brasil e Paraguai não apresentam apenas números, não são hipóteses calculáveis que demonstram os problemas entre ambos; já pudemos perceber que há uma intrincada rede decorrente de demandas como questões fronteiriças, econômicas, culturais, políticas e sociais que estão especialmente ligadas aos movimentos populacionais.

Discutir estas abordagens tendo como foco a população que vai ao Paraguai torna a pesquisa instigante; entender a gama de significados de outra nação tendo como destino preocupações internacionais que refletem diretamente no Brasil é incorrer em possibilidades múltiplas de equívocos. Nossa intenção é atrelar alguns pontos que aparecem especialmente na cultura paraguaia, bem como outras possibilidades no meio agrícola do país vizinho, tendo como local a fronteira com o Brasil.

A fronteira se torna um dispositivo para operacionalizar uma identificação nacional, como se fosse um espaço intercultural produzido, também, pelas pessoas comuns de ambos os países. Os espaços interculturais são importantes de serem vivenciados na fronteira, mas a ocorrência desse diálogo raramente se dá, pois grupos maiores não buscam aproximações no sentido de congregar outros grupos.

Para o sociólogo Ramón Fogel,

Hay que haver un espacio intercultural de dialogo, pero se há cuándo son pocos que están en territorio paraguayo, dijo nun território controlado por paraguayos, entonces se dá esto dialogo intercultural, dijo a usted que los paraguayos asimilan pautas, tecnologías de los brasiguayos, de los brasileños, verdad? Y los brasileños se integran a la organización de los paraguayos cooperan, pero no, cuándo ocurre la expansión grupal (Entrevista: Ramón Fogel, 2006).

Fogel nos dá uma amostra plausível de como o diálogo intercultural pode acontecer no ambiente fronteiriço. Certamente, a integração, as trocas e a assimilação entre os povos ocorrem, mas acentua especialmente que isso acontece no momento em que não há a evidência de expansão de grupos de migrantes brasileiros. Nesse sentido, podemos identificar a falta de uma maior interação entre os dois povos no Paraguai, porque a população nativa do país sente-se ameaçada pelo número excessivo de brasileiros existentes em determinados lugares na fronteira de seu país, “entoces dijo qué es preciso protegerse de eso modelo en que 80 a 90% son brasileños, los brasileños son beneficiados digamos por este modelo” (Entrevista: Ramón Fogel, 2006).

Nosso estudo buscou apresentar essa perspectiva nos jornais do país, para minimamente mostrarmos alguns pontos em relação aos dois países sobre a questão nacional. O músico Víctor Brítez, paraguaio que viaja pelo interior e cidades do país difundindo sua música, dá sua visão da situação na entrevista ao *Ultima Hora*.

Los brasileños no solo plantan soja transgénica sino que nos imponen su cultura en la frontera, su lengua, su dinero (...). Es un fenómeno que además de cultural, es político y económico. Es de anexión directa. Hoy resulta que el 80 por ciento de los dueños de tierra son brasileños. Obviamente se necesita una política contraria a eso y no creo que este gobierno pueda impulsar algo favorable en este sentido (Jornal Ultima Hora, Asunción, 09/05/2004, p. 39).

Para o músico, aparecem vários aspectos que precisam ser revistos em nível político para serem resolvidos com relação ao grande movimento de brasileiros que moram atualmente no Paraguai.

Para o jornalista Arnaldo Alegre, é notável que a intromissão dos brasileiros no país vizinho contribui na geração de vários problemas, especialmente no tocante a propriedades de terras e sobre a questão de dinheiro que entram por suas mãos no Paraguai.

La penetración brasileña en nuestro territorio es cada vez más profunda, llegando ya a los departamentos de Caaguazú y Caazapá. Los colonos paraguayos adquirieron sus terrenos por 130 mil guaraníes la hectárea y los agro-empresarios del Brasil le ofrecen 10 millones de guaraníes por cada hectárea de su propiedad. Los campesinos se ven obligados a vender las tierras, aunque hay algunos que se resisten (Jornal Última Hora, Asunción, 01/09/2003, p. 21).

Novamente, os aspectos de exigências variáveis se percebem no discurso do jornalista; no desenvolver da matéria, os apelos aos poderes políticos, especialmente ao governo federal paraguaio, surgem como uma maneira de tentar frear algumas atitudes com relação à permanência de brasileiros no Paraguai. Nesse sentido, a presença brasileira é vista como uma invasão, uma vez que expulsa os campesinos de suas terras.

Em outra oportunidade, percebemos que a opinião editorial do jornal *Última Hora*, de Assunção, corrobora com o que estamos discutindo em relação à presença de brasileiros no Paraguai.

El Estado debe ocuparse de los problemas generados por la descontrolada afluencia de colonos brasileños a nuestro país. La presencia masiva de inmigrantes brasileños en las zonas fronterizas y en gran parte del territorio nacional tiene considerables consecuencias económicas, sociales y políticas, y plantea complejos problemas de asimilación cultural, impacto ambiental, de uso de la tierra, de desplazamiento de la población campesina, de legalidad y de soberanía. Es sencillamente inconcebible que el Estado paraguayo continúe sin una política que comprenda esa realidad y regule ese proceso migratorio que ya lleva más de cuatro décadas (Jornal Última Hora, Asunción, 19/09/2003, p. 24).

O editorial chama a atenção para variáveis incomuns de notar a atuação de “outros” na nação, vários tipos de compreensão de perda são notadas nos discursos. Um ponto particular a ser percebido aqui é a cobrança para com o Estado ou Governo; uma questão peculiar que o editorial deixa transparecer é a legalidade dessa ação no país vizinho, bem como a soberania paraguaia em relação ao movimento populacional.

Outras questões aparecem nos periódicos paraguaios e poderiam ser discutidas aqui, mas nos levariam a outros propósitos; nesse momento, privilegiaremos apenas as manchetes de alguns periódicos que também contemplam a causa.

O jornal *Tempos del Mundo* traz as matérias “*La penetración brasileña en el Paraguay es imparable: ¿Integración... o expulsión?*” (Jornal Tempos Del Mundo,

Asunción, 04/09/2003, p. 02). Continua com “*Modelos productivos tradicional y mecanizado ¿Coexistencia o enfrentamiento?*” (Jornal Tempos Del Mundo, Asunción, 19/02/2004, p. 02). E ainda a matéria sobre “*Los Brasiguayos*” (Jornal Tempos Del Mundo, Asunción, 04/03/2004, p. 02).

O jornal *ABC Color* também mostra algumas preocupações quanto à questão nacional em suas manchetes. Por exemplo, dizem que “*No existe proceso colonizador, sino penetración económica*” (Jornal Abc Color, Asunción, 07/04/2004, p. 16). Outra manchete evidencia a questão campesina, relacionada com a propriedade de uma brasileira; segundo o jornal, “*Campesinos sin tierra volvieron a invadir propiedad de una brasileña*” (Jornal Abc Color, Asunción, 26/05/2004, p. 19). Há também a preocupação com o meio ambiente no Paraguai “*Se abre dialogo en busca de solución al grave problema ambiental: brasileños se comprometen a reparar el daño ecológico*” (Jornal Abc Color, Asunción, 24/09/2003, p. 14).

O periódico *Ultima Hora* reforça o espírito invasor e dominador dos brasileiros no Paraguai; segundo o jornal, “*Poder económico de agro-empresarios del Brasil desplaza a carenciados productores paraguayos: penetración brasileña llega al centro del país y provoca éxodo*” (Jornal Ultima Hora, Asunción, 01/09/2003, p. 21). Em outra ocasião, relembram que “*Brasileños repiten el espíritu de los invasores bandeirantes*” (Jornal Ultima Hora, Asunción, 01/09/2003, p. 22). E em relação aos aspectos culturais, afirmam que “*Los brasileños nos imponen su cultura*” (Jornal Ultima Hora, Asunción, 09/05/2004, p. 39).

Procuramos buscar pessoas de diferentes setores e de diferentes formações que percebem os problemas incomuns do Paraguai e mostram tais aspectos nos meios de comunicação como os jornais. Entre eles estão cantores, jornalistas, editores, que pesquisam e escrevem sobre o tema nos periódicos.

Analisar, por meio da imprensa escrita, questões complexas como nação, consciência nacional e nacionalismo em um ambiente conturbado como a fronteira, comporta uma série de exames em vários sentidos, na busca por uma aproximação de idéias entre os problemas que ocorrem neste espaço e o que a imprensa deixa transparecer.

Nesse sentido, Benedict Anderson mostra a preocupação dos historiadores para com a atuação da imprensa.

Se o desenvolvimento da imprensa (...) é a chave da geração de idéias inteiramente novas de simultaneidade, ainda assim estamos simplesmente no ponto em que se tornam possíveis comunidades do tipo ‘horizontal-secular, transversal ao tempo’. Porque, dentro desse tipo, a nação se tornou tão popular? Os fatores envolvidos são obviamente complexos e variados (ANDERSON, 1989, p. 46).

Para encerrar a discussão em torno desses aspectos complexos e variáveis o que caracteriza a ambigüidade referente às questões nacionais, apresentamos as reflexões de Hobsbawm para evidenciar as diferentes atitudes em relação à penetração brasileira em seu país. Segundo ele, “o que caracterizava o povo-nação, visto de baixo, era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio” (HOBSBAWM, 1994, p. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi inevitável não entrar nas questões com os agentes que permeiam nosso estudo, ao que pudemos perceber as opiniões que essas pessoas comuns possuem assemelham-se em grande parte com as teorias nacionalistas postas em evidência. As demandas de idéias que se percebe nos discursos provindos de fontes paraguaias na atualidade concebem o Brasil como um país imperialista.

A população que vive nesse território fronteiriço alimenta tais suposições e relega tanto para o Brasil quanto ao Paraguai questões nacionalistas, sendo discutidos limites fronteiriços, soberania, cultura, território, identidade, idioma, moeda, enfim, uma gama de anseios diretamente relacionado à consciência nacional. Entendemos que a formação dessas idéias, assim como dos Estados-nação na contemporaneidade, não se dá de maneira alguma de formas idênticas nem homogêneas.

Em um ambiente de fronteira, em que as relações entre as pessoas exigem significações diferentes para os distintos segmentos dos agentes que a permeiam, a noção de nação torna-se ainda mais complexa. Existe nesse intrincado território fronteiriço não apenas afinidades e contra-sensos entre as populações migrantes, mas também identidades híbridas e memórias em lutas. Grupos que apresentam e formam outros projetos de vida nesse espaço, aparecendo até mesmo como um terceiro indivíduo, o *brasiguai*, ultrapassando as meras questões diplomáticas entre Brasil e Paraguai. Não apenas por suas experiências únicas de vida, as memórias de brasileiros, paraguaios e brasiguaios devem ser entendidas como algo seletivo, mutante e em constante disputa nesse ambiente fronteiriço.

Uma vez definido tais limites, ambos os países incorrem em equívocos e de tal maneira em suposições conspiratórias que escapam da alçada de uma historiografia “realista”. A população que vive nesse território fronteiriço alimenta tais suposições e associa tanto ao Brasil quanto ao Paraguai interesses nacionalistas, sendo discutidos limites fronteiriços, soberania, cultura, território, identidade, idioma, moeda, enfim, uma gama de anseios diretamente relacionado à consciência nacional. Entendemos que a formação dessas idéias, assim como dos Estados-nação na contemporaneidade, não se dá de maneira alguma de forma homogênea. Em um ambiente de fronteira em que as relações entre as pessoas exigem significações diferentes para os distintos segmentos dos agentes que o compõem, a noção de nação torna-se ainda mais complexa.

Existe nesse intrincado território fronteiriço não apenas afinidades e contra-sensos entre as populações migrantes, mas também identidades híbridas e memórias em luta. Diversos grupos se constituem com diferentes projetos de vida, aparecendo até mesmo como um terceiro personagem entre o brasileiro e o paraguaio, o *brasiguai*; essa realidade complexa e mutante ultrapassa as questões meramente diplomáticas entre Brasil e Paraguai: ela comporta não apenas trajetórias e experiências únicas de vida, como também, de modo indissociável dessas mesmas trajetórias e experiências, um conjunto de memórias que devem ser entendidas como seletivas e em constante disputa nesse ambiente.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANSART, Pierre, *Apud*, FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas**: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954). Cascavel: Edunioeste, 2001.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- BALLER, Leandro. **Fronteira e Fronteiriços**: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). Curitiba-PR: CRV Editora, 2014.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAMPIGOTO, José Adilçon. **Hermenêutica de Fronteira**: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. 2000 (Tese Doutorado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- _____. Fronteira e história cultural. In: Erneldo Schallemberger. (Org.). **Cultura e memória social**: territórios em construção. Cascavel: Coluna da saber, 2006.
- CASTELLO, Iara Regina. Áreas de fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados. In: HAUSEN, Ênio Costa, LEHNENE, Arno Carlos (orgs.) **Prática de integração nas fronteiras**: temas para o Mercosul. Porto Alegre: EdUFRGS: Instituto Goethe/ICBA, 1995, p. 18.
- CRUIKISHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundacao Getulio Vargas, 1996
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arqueotipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. Cultura e Identidade: a construção de memórias no Oeste do Paraná. In: SCHALLENBERGER, Erneldo. (Org.). **Cultura e Memória Social**: territórios em construção. 1ª ed. Cascavel - PR: Coluna do Saber, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu**: as faces de um mega-projeto de

desenvolvimento (1930-1984). Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATIELLO, Catiane. **Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Tecnologia: Curitiba, 2011, 302f.

OSORIO, Helen. *Et alli* (Orgs). “Espaço Platino: Fronteira Colonial no século XVIII” In: **Práticas de Integração nas Fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: EdUFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da História intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.

VANDERLINDE, Tarcísio. Prefácio. In: LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu: as faces de um mega-projeto de desenvolvimento (1930-1984)**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2006.

FONTES ORAIS

ENTREVISTA. Cleonice Aparecida Menegotto (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 21 min. (sonorização). Nasceu em Autônia no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Elizete Terezinha Pancera (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 13 min. (sonorização). Nasceu em Vitorino no Paraná, é agricultora e do lar, atualmente reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Helena de Almeida Franz (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Guaíra: 06/02/2004: 26 min. (sonorização). Nasceu em Santa Rosa no Paraguai, é agricultora e do lar, reside em Guaíra no Brasil.

ENTREVISTA. Ivete Allig (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 36 min. (sonorização). Nasceu em Cascavel no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Marcelo de Almeida (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Guaíra: 16/01/2004: 34 min. (sonorização). Nasceu em Maringá, atualmente reside em Guaíra no Paraná, é gerente de uma empresa de implementos agrícolas em La Paloma no Paraguai.

ENTREVISTA. Maria de Lourdes Paludo Berno (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 12 min. (sonorização). Nasceu em Palotina no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Miguel Pereira (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 38 min. (sonorização). Nasceu em Naviraí no Mato Grosso do Sul é pescador, reside atualmente em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Neusa Probst (Digital) Produção: Leandro Baller e Marcelo Zeni, Porto Mendes: 24/03/2007: 52 min. (sonorização). Nasceu em Porto Mendes, é Funcionária Pública em Porto Mendes, município de Marechal Cândido Rondon no Brasil.

ENTREVISTA. Ramón Fogel (Digital) Produção: Leandro Baller, Assunção: 15/12/2006: 38 min. (sonorização). Nasceu no Paraguai, é Sociólogo e Advogado no Paraguai.

ENTREVISTA. Sonia Jandira Vicente (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 27 min. (sonorização). Nasceu em Três Barras no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

FONTES DA IMPRENSA (Jornal)

“Los brasileños nos imponen su cultura: ‘Victor Pato Brítez habla de los 24 años de Tetãgua, resaltando la ausencia de una política de defensa de nuestra identidad’”. Mario Rubén Álvarez. ULTIMA HORA, 09/05/2004, p. 39.

“Penetración brasileña llega al centro del país y provoca éxodo.” Arnaldo Alegre. ULTIMA HORA, 01/09/2003, p. 21.

“La cuestión de los inmigrantes brasileños.” Editorial. ULTIMA HORA, 19/09/2003, p. 24.

“¿Integración...o expulsión?: ‘La penetración brasileña en el Paraguay es imparable.’” Maria Diaz de Vivar. TEMPOS DEL MUNDO – PY, 04/09/2003, p. 02.

“¿Coexistencia o enfrentamiento?: ‘Modelos productivos: tradicional e mecanizado.’” Maria Diaz de Vivar. TEMPOS DEL MUNDO – PY, 19/02/2004, p. 02.

“Los ‘brasiguayos.’” Editorial. TEMPOS DEL MUNDO – PY, 04/03/2004, p.02.

“No existe proceso colonizador, sino penetración económica: presencia brasileña en el Paraguay.” Roque González Vera. ABC Color, 07/04/2004, p. 16.

“Brasileños se comprometen a reparar el daño ecológico: se abre dialogo en busca de solucion al grave problema ambiental.” Redação. ABC Color, 24/09/2003, p. 14.

“Campesinos sin tierra volvieron a invadir propiedad de una brasileña.” Pablo Medina. ABC Color, 26/05/2004, p. 19.

CAPÍTULO 10

GUERRILHA DO ARAGUAIA, MEMÓRIA CAMPONESA E LUTAS PELA TERRA

*Cássio Augusto Guilherme*⁸⁵

INTRODUÇÃO

Temos dois objetivos neste capítulo em debate com parte da bibliografia pertinente aos temas:

Primeiro, trabalhamos as falas dos camponeses constantes no documentário “Araguaia: campo sagrado”⁸⁶ produzido em 2011 com direção geral de Evandro Costa de Medeiros⁸⁷. Este produto visual apresenta caboclas e caboclos de idade já avançada, pele marcada pelo sol e pelo trabalho diário na roça, que viveram a experiência do contato com os guerrilheiros comunistas e com os soldados do exército brasileiro. Para o historiador Fábio Pessoa, que também trabalhou com este documentário, “o objetivo era o de narrar a história a partir das memórias dos camponeses de modo a torná-los protagonistas de sua própria história” (PESSOA, 2013).

Segundo, relacionar a experiência que a Guerrilha deixou para os camponeses, como exemplo de luta pela terra nos conflitos que vieram depois, bem como a experiência que o Exército/Governo conquistou para reprimir os movimentos camponeses de luta pela terra na região Amazônica.

Passados quarenta anos da Guerrilha do Araguaia, movimento armado organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) contra a Ditadura Civil-Militar brasileira, ocorrido na região do Bico do Papagaio, divisa entre os estados do Pará, Maranhão e atual Tocantins, a historiografia do tema aos poucos está sendo revisada ao incorporar a análise dos documentos produzidos à época, seja pelo Partido Comunista, seja pelo exército. Porém, há ainda lacunas no diálogo entre a documentação escrita e a memória oral dos habitantes daquela região.

Os conflitos agrários na região amazônica passaram a ser objeto de preocupação e intervenção do governo federal, justamente, em meados dos anos 1970, pelo temor de que surgisse outra tentativa de guerrilha rural:

Então, a despeito do vigor das ações repressivas, os conflitos ampliaram-se e erigiram obstáculos à implantação dos projetos agropecuários, madeireiros e de mineração, que ameaçavam o sistema de apossamento preexistente. Os posseiros se batiam pela manutenção de suas posses (...) os órgãos fundiários só concebiam estas disputas como fatores característicos do que as forças militares classificavam de “turbulência agrária” que deviam ser reprimidas “energicamente” como o foram as populações camponesas. (ALMEIDA, 1991, p. 263-264)

85 Mestre em História; professor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA; autor do livro “A Ditadura Civil-Militar e a ‘politicalha interiorana’: o caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969)” pela editora CRV. e-mail: cassionl@yahoo.com.br

86 Disponível no Youtube no link: <https://www.youtube.com/watch?v=e44hXBBaHrw>

87 Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

Ainda hoje a região do Bico do Papagaio continua sendo palco de grandes violências no campo. Segundo o professor Ariovaldo de Oliveira, nos anos 1970 a região foi a mais violenta do país e coincidentemente será onde a SUDAM concentrará seus maiores projetos agropecuários (OLIVEIRA, 2002):

Ali, a pecuária e a metalurgia de ferro-gula, direta e indiretamente, usam trabalho escravo para a abertura de pastos e a produção de carvão vegetal. O padrão agrário é concentrado e as relações trabalhistas são degradantes, resultando disso um contexto violento, marcado por assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, famílias expulsas e despejadas, casas e roças destruídas, famílias ameaçadas pela ação de pistoleiros (...) conflitos crescem porque, apesar da violência, os movimentos não recuam (...) Isso é o que chamamos ‘a guerra que veio depois’, ou a ‘segunda guerra’, no dizer dos moradores locais. (PEIXOTO, 2011, p. 482).

A importância da primeira parte deste trabalho está em conhecer o que sobreviveu na memória dessa parcela da população e na possibilidade de dar voz às classes subalternizadas, iletradas, acerca da Guerrilha do Araguaia e as lutas camponesas que a seguiram. Sobre a importância das pesquisas em História Oral que constrói a memória das classes populares, Antônio Montenegro afirmou que: “Esses atores sociais anônimos adquirem visibilidade através de narrativas que descrevem, com uma diversificada riqueza de detalhes, experiências cotidianas, que comumente se perdem nos desvãos da história” (MONTENEGRO, 2010, p. 69).

Quanto à segunda parte deste trabalho, a importância está em demonstrar que após a Guerrilha, na mesma região:

Os camponeses que ocupavam essas terras foram obrigados a abandoná-las, porque esses outros [fazendeiros, empresários, bancos], agora tidos como “legítimos” proprietários, apresentavam suas documentações griladas, ou de doações feitas pelo governo militar ou do estado do Pará. Assim, abriu-se o caminho para a intensificação dos conflitos. Na medida em que o Estado legalizou essas terras, criou essa confusão e atendeu à ambição daqueles que foram para a região tomar conta dessas imensidões de terras. A corda estourou do lado mais fraco. E os camponeses passaram a ser as maiores vítimas desse processo. (CAMPOS FILHO, 2014, p. 342)

Duas falas nos permitem uma provocação inicial. Na memória de Seu Joaquim “quem tá lá longe não sabe o que aconteceu aqui, não”. Para Raimundo Melo, “acho que aqui teve mais barbaridade que o Vietnã, mas só que não foi contata ainda” (ARAGUAIA, 2011).

HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA

Antes de analisarmos as fontes do documentário, faz-se necessário uma pequena discussão acerca do uso das fontes orais e da formação da memória histórica. No debate historiográfico atual, as fontes orais para a realização da pesquisa histórica já não são tão criticadas quanto eram na década de 1970. A academia tem cada vez mais se utilizado nesse tipo de fonte em suas pesquisas. Para o historiador Paul Thompson, a oposição à utilização das fontes orais:

Baseia-se muito mais em sentimentos do que em princípios. Os historiadores da geração mais antiga, que detêm as cátedras e as chaves do cofre, ficam instintivamente apreensivos com o advento de um novo método. Isso implica que não dominam mais todas as técnicas de sua profissão (THOMPSON, 1992, p. 103).

A grande crítica que se faz à utilização das fontes orais em pesquisas historiográficas se refere à sua confiabilidade. Argumenta-se que a memória é seletiva, por isso aquilo que o entrevistado diz não deveria ser encarado como verdade, mas sim como uma construção/representação do passado por ele vivido. Entretanto, comungamos da ideia, já bastante discutida pelos historiadores, de que todo e qualquer documento histórico vem eivado de inverdades. Segundo Marc Bloch, “nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais [eles], também, podem ser falsificados (...), com tinta, qualquer um pode escrever qualquer coisa” (BLOCH, 2001, p. 89). Em resumo, todas as fontes são suspeitas.

O experiente historiador, Alessandro Portelli, em um de seus inúmeros trabalhos sobre o tema, apresentou a seguinte argumentação:

Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade *diferente*. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis (PORTELLI, 1997, p. 32).

Além disso, esse tipo de fonte possui uma grande contribuição social. Concordamos com a ideia de que a memória é seletiva e corroboramos o pensamento do historiador Eric Hobsbawm, que nos alerta sobre o meio escorregadio em que circulam os historiadores que utilizam a fonte oral, mas que ao mesmo tempo salienta que

Um aspecto importante dos movimentos populares é aquilo que as pessoas comuns se lembram dos grandes acontecimentos, em contraste com aquilo que seus superiores acham que deveriam se lembrar, ou com o que os historiadores conseguem definir como tendo acontecido (HOBSBAWM, 1998, p. 222).

Assim, a oralidade, como fonte de pesquisa, obtém êxito entre os historiadores que a aceitam como expressão de realidades vividas por pessoas, ou grupos de pessoas, de culturas diferentes da cultura letrada. Para esses pesquisadores, a cultura expressada na oralidade, uma vez registrada, gravada e transcrita, transforma-se em importante criação documental. Como afirmou o historiador Henri Moniot: “A história oral tornou-se um material da história dos ‘povos sem história’ porque é autêntica e onipresente” (MONIOT, 1988, p. 105).

Ainda, por meio dela, se possibilita dar voz às classes subalternas, aos desprivilegiados, iletrados e aos derrotados, uma vez que “a história pertence, sobretudo, àqueles que a viveram e que ela é um patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus contemporâneos” (ROUSSO, 2001, p. 98) e esse “[...] é o seu compromisso radical em favor da História Social” (THOMPSON, 1992). Por fim, mas não menos importante, é preciso argumentar que, na “sociedade do descartável”, o costume da escrita durável (cartas e diários, por exemplo) é cada vez mais escasso, principalmente entre os setores populares, o que torna o uso de fontes orais, cada vez mais importante para os historiadores do Tempo Presente.

Para o caso específico de levantar as memórias dos camponeses que viveram na pele a Guerrilha do Araguaia, fato ainda muito desprovido de atenção e de fontes documentais, “cabe ao historiador oral obter memórias de pessoas vivas que sirvam de documento para o futuro: documento que, em forma de memórias, se não forem extraídos rapidamente, se perderão definitivamente” (CORREA, 1978).

Apesar dos argumentos em favor da utilização das fontes orais na pesquisa historiográfica, não podemos deixar de enfatizar que a memória não é estática, ou seja, o sujeito ao falar de fatos do passado o reconstrói, tendo em vista as suas novas experiências sociais, e não simplesmente relata o que viu ou viveu à época. “A memória é uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências, ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2012, p.175). Para o professor de Teoria Política, Paulo Cunha:

O passado para o pesquisador tem uma dimensão de algo a ser compreendido; e para o depoente, é vida vivida, com glórias ou não, sofrimentos muitas vezes (...) Muitas vezes, os depoimentos não trazem informações novas ou substantivas (embora confirmem outras), mas trazem, sim, novos enfoques, fazendo emergir a experiência pessoal e o foco histórico que, em última instância, possibilitem rever os dados bem como as interpretações, abrindo novas pistas. (CUNHA, 2009, p. 26-27)

O pesquisador Rodrigo Peixoto, que também trabalha a questão da memória camponesa sobre a Guerrilha do Araguaia, ao comentar sobre a sua experiência com tais atores sociais pondera:

“Quando as pessoas rememoram o fato, que significou para elas uma experiência psicológica profunda, parecem praticar uma espécie de terapia, ao jogar luz sobre uma história que é pública e é também biográfica”. (PEIXOTO, 2011, p. 497)

A seguir, as memórias dos camponeses nos trazem desde novas informações, como também confirmam outros elementos já apresentados pela recente historiografia sobre a Guerrilha do Araguaia. Ao observarmos as falas dos entrevistados, suas experiências, emoções e sofrimentos, bem vivos em suas memórias, nos possibilitará novas interpretações sobre o acontecimento histórico.

OS GUERRILHEIROS NA MEMÓRIA DOS CAMPONESES:

A então inóspita região do Bico do Papagaio, escolhida pelo PCdoB para implantar a guerrilha, além da densa floresta amazônica e do calor incessante, era habitada por uma pequena população, carente, pouco informada sobre a política nacional e mais preocupada na luta pela sobrevivência diária. Faltavam escolas, médicos, saneamento, diversão e informação para aquele povo, que ainda convivia com a grilagem de terras.

Os aspectos psicossociais predominantes explicam a escolha do PCdoB. Grande parte da população é analfabeta, escolas funcionam em condições precárias e professores não têm preparo nem material didático. Não há água tratada e muito menos rede de esgoto. (...) Os moradores padecem de verminose e deficiência de vitaminas. Há muitos casos de hanseníase. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 311)

Diante deste cenário, os jovens “paulistas”, como eram chamados pelos moradores locais, estudantes acostumados com a vida urbana, “obtiveram a simpatia de populações locais” (AMORIM, 2014, p. 101), frequentavam a igreja, ajudavam na lavoura, atuaram como professores, parteiras, dentistas e farmacêuticos. Porém, “não chegaram a ser líderes políticos revolucionários. Aliás, ninguém sabia que eram revolucionários” (AMORIM, 2014, p. 101). A estratégia dos militantes do PCdoB era integrar-se à população local, fazer o trabalho de base, formar lideranças políticas que aderissem à luta revolucionária contra a ditadura. Não deu tempo.

A lendária figura de Osvaldão, um dos primeiros militantes a chegar ao local da guerrilha e que logo se integrou à população, é ainda viva nas memórias dos antigos moradores. Para o barqueiro Joaquim Barbosa, o comunista teria viajado várias vezes com ele pelos rios da região “ele era um bom amigo, um bom companheiro de viagem”. Dona Madalena também relembra que “ele ficou sendo amigo do meu pai” (ARAGUAIA, 2011).

A assistência na área da saúde é o que mais chama atenção nos depoimentos dos entrevistados pelo documentarista. Dona Madalena diz que “eles andavam com aquelas mochilas cheias de remédios, medicamentos, davam pra gente” (Ibidem, 2011). Pedro Galego recorda que “quando chegava na casa da gente perguntavam se podiam ajudar a gente, assim, em remédio” (Ibidem, 2011). Dona Marcolina é grata até hoje pelo tratamento que fizeram em seu irmão.

Das guerrilheiras mais populares, Dina usou seus estudos em enfermagem para atuar como parteira. Seu Beca relembra que “minha mulher estava com cinco dias que sofria para ganhar neném (...) daí disseram ‘tem uma mulher ali que é muito boa’ (...) eu fui atrás dela e ela veio na mesma hora” (Ibidem, 2011). Pedro Galego e Dona Madalena também lembram partos feitos por Dina na região da guerrilha. “Dina aprendeu a fazer partos e ganhou o respeito dos moradores pela quantidade de mulheres e crianças que salvou” (MORAIS e SILVA, 2012, p. 114).

Em geral, as memórias contidas no documentário são positivas aos guerrilheiros do PCdoB. O estudo que os militantes tinham, talvez, se destacasse ante

a falta de escolarização da população local. Dona Madalena diz que “era tudo gente sabida, num tinha nenhum besta não” (ARAGUAIA, 2011). A caridade militante era a regra no processo de interação com os moradores. João de Deus relembra que quando precisava de ajuda “tanto fazia ter dinheiro ou não” (Ibidem, 2011). Dona Marcolina rememora “eu gostava deles, o senhor sabe? Eu num vou mentir” (Ibidem, 2011). Dona Dora disse que “eles são gente boa demais, porque quando eu adoecia, eles tratavam de nós” (Ibidem, 2011).

O exército percebeu que para lutar contra os guerrilheiros, seria preciso ao mesmo tempo conquistar a população local. Para isso foram realizadas algumas Ações Cívico-Sociais (Aciso) nas cidades e vilarejos da região. Distribuíram comida, verbas para as escolas, além de atuação do Incra e de campanhas de saúde. “Nunca um governo havia prestado tanta atenção à região do Araguaia (MORAIS e SILVA, 2012, p. 229).”

Um relatório do exército registrou o resultado de uma Aciso em Xambioá e Araguatins aqui resumidas: foram 5.035 vacinas contra febre amarela, 2.703 vacinas contra varíola, 7.740 atendimentos médicos, 2.397 atendimentos odontológicos, 15 crianças internadas com desidratação, 04 partos normais, 08 casos de varíola, cursos de aperfeiçoamento para professores, palestras sobre civismo, higiene, saneamento e alimentação, orientações de agrônomos e veterinários, gincanas esportivas, solenidades cívicas nas praças, construção de fossas sépticas, reformas nas escolas, igrejas e postos de saúde (MORAIS e SILVA, 2012, p. 331/332).

A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO NA MEMÓRIA DOS CAMPONESES

Além destas ações sociais para conquistar a confiança dos populares, o exército também utilizou a violência indiscriminada contra moradores suspeitos de colaborar com os guerrilheiros, pelo “simples fato de outrora ter recebido um dos paulistas em sua casa traria consequências que a população atingida jamais esqueceria” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 171). Fato ainda vivo na memória da entrevistada Dona Dilva: “perseguram muito a vida de cada pessoa que não tinha nada a ver com aquilo ali, que é muita gente, não era pouco não” (ARAGUAIA, 2011).

Segundo o jornalista Elio Gaspari, “o Exército prendeu, ao longo de toda a campanha, mais da metade dos homens do lugar” (GASPARI, 2002, p. 443). Dona Marcolina confirma o fato: “Aí começou a encher a rua de soldado. Era soldado mesmo e helicóptero voando e fazendo aquela bravura toda” (ARAGUAIA, 2011). Na memória do entrevistado Pedro Galego: “aí chegou o exército, foi humilhando todo mundo” (Ibidem, 2011). Segundo o jornalista Carlos Amorim, “prendiam e soltavam, numa campanha de intimidação nunca vista. Muitos foram mortos e torturados. Os dois métodos de cooptação – corrupção e violência – foram empregados à granel” (AMORIM, 2014, p. 24).

Este fato permanece vivo na lembrança dos moradores entrevistados no documentário. Logo na primeira fala, Seu Beca relembrou que no “Dia 14 de outubro de 1973 que eu fui preso pelo exército brasileiro (...) Eu estava com a minha mulher

gestante (...) baixou um helicóptero (...) fui preso como terrorista” (ARAGUAIA, 2011). Em seguida, Seu Cícero e esposa relembrou vários nomes de moradores presos pelo exército. Na fala de Bernardino “me prenderam, foi dois meses sem eu dar notícias a ninguém. Aí foi onde fez minha mulher endoidar” (Ibidem, 2011). O depoimento de Dona Madalena, criança à época, é esclarecedor:

Quando nós demos fê a nossa casa cercou de soldados. Chega estava tudo verde [dos uniformes dos soldados] assim, aí cercou a casa, foram invadindo a casa, aí já foram pegando meu pai, aí já foram amarrando, tirando meu pai pra fora, expulsando, sabe. Aí nós saímos de casa [o exército] mandou sair tudinho de casa, nós saímos tudinho, aí saíram tocando meu pai igualmente toca porco, sabe. Na estrada, bateram, empurraram meu pai, derrubaram meu pai, falaram meio mundo de coisas pro meu pai, aí a mãe saiu atrás com nós chorando. (Ibidem, 2011)

Não bastava prender a população que nada tinha de subversiva/guerrilheira. De forma violenta e humilhante o exército brasileiro destruiu casas e plantações daquele povo humilde. “Quando nós chegamos lá, eles [exército] tinham tocado fogo na nossa casa. Não tinha mais nada lá na casa, na roça” (Ibidem, 2011) nem nos paióis com alimentos estocados da colheita; continuou Dona Madalena e complementou “aí a gente passou fome (...) ficou passando necessidade” (Ibidem, 2011).

Dona Dilva confirmou que “eles [exército] queimaram as roças, queimavam tudo, chegavam tocando fogo em tudo e acabavam com as casas. Queimavam, acabavam mesmo” (ibidem, 2011). Comovente é a triste experiência lembrada por Seu Joaquim:

Tudo que era nosso eles botaram fogo, queimaram. Queimaram a roça, queimaram tudo, tudo, tudo. Eles queimaram foi tudo. Mandaram a mulher sair de casa às seis horas da tarde e largaram fogo, queimaram a casa com tudo que tinha dentro. A mulher saiu com a roupa do corpo e uma panela de comida. (Ibidem, 2011)

Os presos eram encaminhados para Marabá, Araguaína e principalmente Xambioá, onde:

Ficavam presas em um imenso buraco, cavado na base militar, com uma enorme grade colocada por cima (apelidado de Vietnã), onde se acotovelavam dezenas de prisioneiros. Nus, ou apenas de calção, os presos enfrentavam um sol escaldante, como é típico da região, além de chuvas constantes que são comuns naquela época do ano. Água para beber era jogada raramente, e alimentação, poucas vezes servida. As necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo, causando um cheiro insuportável. (CAMPOS FILHO, 2012, p. 175)

Este buraco/prisão utilizado pelo exército brasileiro para amontoar os moradores suspeitos de colaborar com a guerrilha, também, está presente na memória dos entrevistados. Seu Cícero diz que “tinha um buraco em que jogavam o povo dentro” (ARAGUAIA, 2011). Seu Beca, que foi preso, é mais incisivo e diz que após a tortura que sofreu, “fui pra dentro de um buraco, passei a noite dentro do buraco que nem vi, todo quebrado, buraco fundo. Foram me tirar no outro dia” (Ibidem, 2011).

Em nome da “segurança nacional” o exército torturou e matou vários brasileiros, simples caboclos moradores da região do Araguaia que não faziam a mínima ideia sobre o que era uma Ditadura ou uma Revolução. Segundo Romualdo Campos Filho, “a irracionalidade, o preconceito e a truculência, típicos da repressão militar” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 179), impediram que se fizesse a devida distinção entre guerrilheiros e caboclos. Tais atos dos militares devem ser contabilizados como crime e devidamente punidos. Na memória de Joaquim Borges, houve “muito nego que sofreu, teve deles até que morreu de peia, bateram porque achavam que eles estavam dando cobertura para o povo da mata [guerrilheiros]” (ARAGUAIA, 2011). Tais Morais e Eumano Silva contam a prisão do morador João Felipe: “O caboclo apanha com tala de coqueiro assada. Fica com o corpo todo inchado de tanta pancada. Os militares querem saber onde estão os paulistas” (MORAIS & SILVA, 2012, p. 132).

A historiografia destaca a morte de Lourival de Moura Paulino, caboclo preso pelos militares, levado até a delegacia de Xambioá onde foi interrogado por três dias e depois encontrado enforcado na cela (Ibidem, 2012, p. 177). Seu Beca também foi preso e torturado pelos militares brasileiros. Sua memória sobre aquele momento é ensurdecadora:

Fui torturado, fui massacrado, fui judiado. Eu não dormi nenhum pinga, orando a Deus a noite todinha. (...) chegou lá já me penduraram, me amarraram (...) Aí vai eu sofrer. Me penduraram e eu peguei choque em todo canto do meu corpo, nas orelhas, na boca. (ARAGUAIA, 2011)

As torturas sofridas pelos moradores foram tão grandes, que as sequelas físicas, morais e psicológicas permanecem vivas nas memórias dos entrevistados. Dona Madalena diz que “todos os que eles [exército] judiaram, nunca mais foi homem, num prestaram, teve um que chegou a morrer aí na [Vila] Santa Cruz vomitando sangue” (Ibidem, 2011). Seu Joaquim afirma que “o sofrimento aqui foi triste. Aqui teve gente que ficou parálítico (...) apanhou que ficou parálítico” (Ibidem, 2011). Pedro Galego também sofreu na mão do exército e diz que “foi desde esse tempo que eu fiquei doente, quase se arruinando. Nem pra me vestir um calção num dou conta, minha mulher que me veste” (Ibidem, 2011). Na estimativa de Carlos Amorim, “mais de mil moradores sofreram algum tipo de violência por parte das forças de segurança do governo” (AMORIN, 2014, p. 310).

Ao final do documentário, há um longo depoimento de Raimundo Melo, ex-soldado do exército que diz ter atuado na luta contra a guerrilha. Sobre as torturas contra os camponeses, confirma ele que viu “muita barbaridade sendo praticada nos colonos e em alguns guerrilheiros (...) no pau-de-arara ficavam dois, três, quatro dias, quando o cara saía dali já perdia os testículos, perdia o sentido até da cabeça dele, o que ele estava fazendo” (ARAGUAIA, 2011).

Interessante é a memória sobre o treinamento que teriam recebido os soldados brasileiros para lutar na guerrilha:

“Foram treinados para matar, foram treinados para extermínio (...) Ia pra mata com um fuzil nas costas e o que ele encontrasse, tinha que matar, fosse colono, ou fosse criança ou fosse velho, ou fosse guerrilheiro, não interessava, o nome era guerrilheiro. Chegava dentro de uma roça, tinha dez pessoas, metralhavam todo mundo, ficava lá, o bicho comia.” (Ibidem, 2011)

Na bibliografia mais recente sobre o tema, há uma série de relatos sobre o despreparo dos soldados que foram combater nas florestas da região do Bico do Papagaio. Há casos de soldados que, por afobação ou medo, atiraram e mataram outros soldados ou então, ao perceberem o vento ou animais movimentando a folhagem, atiravam a esmo (Cf. AMORIM, 2014) (Cf. MORAIS e SILVA, 2012).

A morte do guerrilheiro Arildo Valadão, codinome Ari, após um encontro casual com o exército, permaneceu na memória do mateiro Sinésio e do ex-combatente Jonas, também ouvidos pelo documentarista. Jonas era um dos poucos moradores do local que ingressou na Guerrilha após ter sido preso pelos militares, acusado de colaboração com os comunistas. Segundo a historiografia, a morte de Ari se deu nestes termos:

Todos os moradores de Tabocão foram para a cadeia [presos pelo exército brasileiro, acusados de colaborar com os guerrilheiros]. Os combatentes Ari, Raul e Jonas se dirigiam para os Destacamentos B e C no dia 24 de novembro [de 1973]. Voltavam de um contato com os camponeses e pararam perto de uma gruta na região de Piçarra. Jonas ficou de guarda enquanto os outros dois afastaram-se um pouco. De repente ouviram um tiro e Ari caiu. Raul correu. O comando dos destacamentos ouviu os tiros e enviou quatro esquerdistas. Encontraram o corpo de Ari no chão, sem a cabeça, ao lado de três mochilas. O guerrilheiro Jonas, morador da região, desapareceu. Cinco militares e três guias participaram da ação. Um dos mateiros chamava-se Sinésio Martins Ribeiro. No dia seguinte, a cabeça de Ari chegou à base do exército em Xambioá. (MORAIS & SILVA, 2012, p. 462-463)

Jonas rememorou o fato da seguinte maneira: “Eu enxerguei o mateiro (...) Não deu pra eu avisar o Ari que estava na minha frente (...) mas eu acenei para o Raul. Quando eu fiz o sinal para o Raul o rapaz atirou no Ari” (ARAGUAIA, 2011). O ato da degola do cadáver de Ari é contato pelo mateiro Sinésio:

Eu atirei em riba do coração dele (...) tratamos logo de despescar o cara, cortamos a cabeça, que chamava bico de papagaio, ninguém chamava cabeça não ‘ó, vocês tragam o bico do papagaio’. Ai eles [soldados do exército] já tinham um saco de plástico para nós, branco, um plástico grosso, era só amarrar (...) tiramos tudo e levamos a cabeça. (Ibidem, 2011)

Pode-se perceber que, pela memória do mateiro Sinésio, o fato de degolar o guerrilheiro Ari era o cumprimento de uma ordem do comando de operações do exército. Tanto que havia a senha “bico do papagaio” para a ordem de matar, degolar e levar a cabeça dos comunistas até a base de operações. Passado tanto tempo do acontecido, Sinésio não aparenta arrependimento, mas sua fala final demonstra o clima de pressão psicológica feita pelo exército aos mateiros que os serviam de guia na floresta amazônica:

Eu estava ansioso, eu estava era cagando de medo, mas o que eu ia fazer no meio de uns homens [militares do exército] desses? Tem jeito não, meu filho, guerra é

guerra. Morre quem merece e quem não merece, morre criança, morre mulher, morre todo mundo. Essas mulheres todas sofreram, os maridos apanharam muito. (Ibidem, 2011)

OS CONFLITOS PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ, A “GUERRA QUE VEIO DEPOIS” OU “A SEGUNDA GUERRA”

Após a Guerrilha do Araguaia, a região onde ocorreu o conflito recebeu intenso sistema de repressão e controle político por parte do exército, governo federal e estadual. Além das já citadas ACISO, criou-se o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (GETAT), lotes de terras foram concedidos a colaboradores da repressão militar, a área foi decretada como de segurança nacional, prefeitos passaram a ser nomeados pelo governo federal, lideranças sindicais foram assassinadas e agentes pastorais da Igreja Católica perseguidos. Tudo sob a quase onipresença do Major Curió.

Segundo Rodrigo Peixoto, há um “prolongado estado de sítio imposto pela ditadura” que “atentou contra a integridade pessoal de camponeses, moradores e lideranças sociais”, pois “a Guerrilha do Araguaia foi um fato seminal na história, quase tudo o que aconteceu depois na região se relaciona ao episódio” (PEIXOTO, 2011: 489). Essa disciplina militar e o controle ideológico visavam conter o “perigo comunista”, apesar de o movimento guerrilheiro ter sido completamente aniquilado.

No início dos anos 1970 o governo federal da Ditadura Civil-Militar havia incentivado a migração de famílias pobres para a região amazônica (Pará, Amazônia, Mato Grosso, Rondônia, Acre etc). Três eram os objetivos dos militares: preencher o chamado “vazio demográfico”, esvaziar as lutas camponesas no nordeste e criar polos de mão de obra disponível para os empreendimentos agroindustriais a instalarem-se na região. Tal discurso articulava as políticas de desenvolvimento às de segurança nacional (PEREIRA, 2015).

Sob a coordenação do recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o governo anunciava o plano de assentar mais de cem mil famílias na região sul e sudeste do Pará. Ao mesmo tempo, estimulou, apoiou e financiou a expansão de grandes grupos econômicos do Centro-Sul na Amazônia, em especial, para a criação de gado bovino por meio da concentração de grandes áreas de terras nas mãos desses grupos (PEREIRA, 2015).

Desde os anos 1950-60, São João do Araguaia, um dos municípios mais atingidos pela repressão durante a Guerrilha do Araguaia, era ocupado por milhares de famílias de posseiros. O INCRA, então, entra em conflito com os camponeses, atingindo quatro mil famílias que “viram as suas terras serem entregues a outras pessoas ou serem reduzidas em seus tamanhos” (PEREIRA, 2013). Ainda, conforme o pesquisador Airton Pereira, para o INCRA, os povoados “e os modos de vida das pessoas que ali moravam valiam menos do que o interesse do órgão em implementar nessa parte da Amazônia um Projeto de Colonização idealizado pela tecnocracia do governo central” (2013).

Assim, a bibliografia aponta que o governo da Ditadura Civil-Militar buscou impor à população dessa região, uma proposta de colonização que não era do interesse dos posseiros ali viventes há anos. Ao mesmo tempo, o INCRA traçava

os limites topográficos como bem entendia e mantinha os camponeses sob controle militar. Os órgãos estatais buscavam assegurar “um certo tipo de desenvolvimento capitalista” (ALMEIDA, 1991, p. 270). Para Rodrigo Peixoto, o “progresso”, pensado pelo governo federal e executado via SUDAM e outros agentes estatais, se deu em “projetos agropecuários, que se instalaram com créditos bancários fartos, incentivos fiscais e desrespeito a obrigações trabalhistas” (PEIXOTO, 2011, p. 490).

Soma-se a isso o contexto de combate à Guerrilha do Araguaia. Nas palavras do historiador Airton Pereira:

A rodovia, entre as margens do Rio Araguaia e a cidade de Marabá, tornou-se um espaço totalmente controlado pelo Exército e pela Polícia Militar. Barreiras e blitz eram facilmente encontradas nesse trajeto (...) Qualquer pessoa poderia ser suspeita de ligação com os supostos guerrilheiros. (PEREIRA, 2013)

Muitos religiosos que atuavam na região via Comissão Pastoral da Terra (CPT), entraram na mira do sistema de repressão da Ditadura. Os padres Humberto Rialland e Roberto de Valicourt, além da freira Maria das Graças, foram presos e torturados em 1972 por suspeita de pertencerem ao PCdoB. Só foram liberados pelo Exército após a intervenção do bispo local (PEREIRA, 2015).

No contexto de combate à Guerrilha do Araguaia, os carros com adesivos do INCRA eram utilizados pelo Exército para disfarçar a atuação. Na localidade da Faveira, onde havia um grupo guerrilheiro, os posseiros foram retirados à força pelo Exército, enquanto técnicos do INCRA coordenavam os armazéns, farmácias, escolas, usinas de beneficiamento e até mesmo os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. O governo federal utilizou todo o seu aparato civil e militar para “por ordem” na região (CAMPOS FILHO, 2014).

Importante frisar que as áreas de terras sob domínio dos grandes fazendeiros não foram incluídas no rol daquelas destinadas aos projetos de colonização federal. A partir de meados de 1974 o governo federal, por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), passou a atuar “na expansão de atividades produtivas exportáveis como a mineração e a pecuária” (PEREIRA, 2013). No final desse mesmo ano, da promessa inicial de assentar cem mil famílias, apenas 5.717 o haviam sido.

Em 1975, apesar de o exército já ter liquidado os focos guerrilheiros na região do Araguaia, a Ditadura ainda mantinha preocupação com os conflitos de terras e acreditava que agora o PCdoB incentivava padres estrangeiros na “organização e conscientização da população por meio das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores rurais que era a posse da terra” (PEREIRA, 2013). Major Curió controlava os Sindicatos de Trabalhadores e percorria a região distribuindo leite, brinquedos e remédios à população e os orientava a não participarem das missas, além de emitir diversos relatórios para o exército onde apontava ainda a existência de “elementos subversivos” e a possibilidade de ressurgimento da Guerrilha a qualquer momento (CAMPOS FILHOS, 2014)

Em outubro de 1976, aconteceu em São Geraldo Araguaia, onde havia um Batalhão do Exército remanescente da repressão à Guerrilha e um escritório do INCRA, a “Guerra dos Perdidos”. Quando o INCRA procedia a demarcação de terras para a Indústria Madeireira Paraense e Agropecuária Ltda. (IMPAR), os posseiros não

aceitaram as imposições e perdas de suas terras, então solicitaram ao órgão e à Polícia Militar que cessassem as demarcações que lhes prejudicava.

Embora o clima de tensão aumentasse a cada dia, INCRA e PM seguiram as demarcações de terra que beneficiaram a empresa IMPAR, em detrimento das centenas de famílias de posseiros que há anos habitavam aquelas terras. Os posseiros prepararam uma trincheira e entraram em confronto com a PM paraense, onde dois policiais morreram e outros dois ficaram feridos. Para o governador do estado, “subversivos estranhos haviam insuflado os posseiros” (PEREIRA, 2013). Três dias depois:

Policiais militares entraram na área, queimaram diversas casas, prenderam e torturaram cerca de cem pessoas. O Exército interveio, intensificando a repressão à população local. Trinta dos posseiros presos foram levados para Belém e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Padre Maboni e Hilário também foram presos e torturados. (...) A imprensa não se eximiu em publicar as declarações dos militares contra a Igreja. (PEREIRA, 2013)

A CNBB acusou o governo federal de ser o responsável pelos conflitos de Perdidos. Dois anos depois, os padres e posseiros foram inocentados, mas viram suas terras serem destinadas para grandes empresários.

Também o governo do estado do Pará contribuiu para que grandes fazendeiros se apropriassem de terras devolutas ou pertencentes a posseiros: “destinou grandes extensões de terra à iniciativa privada por meio de alienação de terras públicas” (PEREIRA, 2013). O bispo de Marabá, Dom Alano Pena, em depoimento à CPI da Terra no congresso nacional, disse em 1976 que os trabalhadores rurais da região do Araguaia traduziam a sigla INCRA para “Infelizmente Nada Conseguimos Realizar na Amazônia”.

Apenas a título de citação, uma vez que é impossível neste trabalho discutir todos os casos de violência estatal ou pistolagem na região sul e sudeste do Pará, destacamos os seguintes casos:

- _ “Caso do Cajueiro” (1978), no qual o Major Curió prendeu 02 padres, 13 posseiros e acirrou o clima de tensão entre a Igreja e a Ditadura Civil-Militar;
- _ Assassinato de Raimundo Ferreira Lima (1980) o “Gringo”, importante líder camponês em Conceição do Araguaia;
- _ Chacina dos Irmãos (1985) em Xinguara, onde 06 camponeses foram mortos;
- _ Chacina Ingá (1985) em Conceição do Araguaia, com 13 camponeses mortos;
- _ Chacina Surubim (1985) em Xinguara, com 17 camponeses mortos;
- _ Chacina Fazenda Ubá (1985) em São João do Araguaia, com 08 camponeses mortos;
- _ Chacina Fazenda Princesa (1985) em Marabá, com 05 camponeses mortos;
- _ Chacina Paraúnas (1986) em São Geraldo do Araguaia, com 10 camponeses mortos;

- _ Chacina Goianésia (1987) em Goianésia do Pará, com 03 camponeses mortos;
- _ Assassinato de Paulo Fontelles (1987), advogado das causas camponesas e ex-deputado estadual;
- _ Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), com 19 sem-terra mortos a queima roupa pela Polícia Militar do estado do Pará;
- _ Assassinato de José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santos (2011), casal líder de extrativistas em Nova Ipixuna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que parece, o contato dos guerrilheiros com o povo simples da região, as amizades formadas, as ajudas na área da saúde, deixaram na população uma memória positiva. Dona Dora diz “conversa do povo: ‘ah, aquele povo [guerrilheiros] são terroristas’. Eu sabia lá o que era terrorista? Num sei, pra mim eles são gente boa demais” (ARAGUAIA, 2011). No mesmo sentido, Seu Beca diz “Aquele povo não era terrorista. Aquele povo era apenas um pessoal sofredor” (Ibidem, 2011). Esclarecedora sobre a desinformação política daquelas pessoas é a fala de Seu Joaquim: “A coisa que eu nem sei que diabo é, é terrorista” (Ibidem, 2011). Neste sentido, Carlos Amorim comenta que “aquela gente pobre nem sabia – nunca entendeu – que se tratava de uma luta política” (AMORIM, 2014: 45).

Como se percebe no capítulo, mesmo passados muitos anos, a memória da Guerrilha do Araguaia sobrevive nos moradores daquela localidade. Porém, muito ainda se tem que estudar sobre o assunto, corpos continuam desaparecidos, idem para documentos do exército. Vítimas anônimas têm receio de falar o que sabem, viram e viveram. Conforme depoimento de Raimundo Melo: “E as pessoas ainda tem medo de falar sobre os seus esposos que desapareceram” (ARAGUAIA, 2011). Tanto é que o documentário mostra uma reunião do advogado Paulo Fonteles Filho com moradores da região, visando encorajá-los a contar em juízo o que sabem, principalmente, sobre a atuação criminosa do exército.

O símbolo da repressão militar está em Sebastião Rodrigues de Moura, capitão do exército, que participou pessoalmente das ações de extermínio e usou os codinomes de Doutor Luchini ou Major Curió. Seu perfil na historiografia assim o qualifica:

Depois da guerrilha coordenou as ações de limpeza da área para apagar os sinais de confronto. (...) por meio da coação e pelos pistoleiros a seu serviço, transformou-se no homem mais temido da região. Como representante do governo militar, espalhou medo e impôs a lei do silêncio aos moradores (...) Distribuiu lotes de terras para colaboradores e recebeu o garimpo de Serra Pelada para administrar. Transferido para a reserva, montou um aparato armado e manteve o controle sobre o sudeste do Pará. Fundou Curionópolis e elegeu-se prefeito três vezes. Em 2004, ganhou mais um mandato pelo PMDB. Chegou à Câmara dos Deputados em 1983. (...) Recusa-se a ajudar os familiares na busca dos corpos dos desaparecidos no Araguaia e exerce o poder por meio do medo na região do Bico do Papagaio. (MORAIS & SILVA, 2012: 594)

Para o entrevistado Jonas, “quem pode dar notícia disso aí melhor? Eu acho que só pode ser o Curió. Ele era o comandante. Só pode ser ele que tenha a notícia segura, se foi queimado, se foi arrancado, se foi jogado dentro da água” (ARAGUAIA, 2011). Porém, como bem lembra Raimundo Melo, “porra, o cara está aí, solto, contando vantagem, vai fazer até livro sobre a história daquilo que ele fez, carnificina aqui dentro da região e continua sendo político, ainda respeitado na região” (Ibidem, 2011)⁸⁸.

Para se ter maior ideia da influência que esse militar sempre possuiu na região e nos órgãos governamentais:

Na estrada denominada de Operacional 3 (OP-3), aberta pelo Exército para facilitar a movimentação das tropas no meio da floresta, o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, assentou alguns ex-guias dos agentes do SNI como compensação à caça aos guerrilheiros. Estes apareceram como beneficiários do referido Projeto de Colonização a partir de 1974. (PEREIRA, 2013)

Segundo o professor Pere Petit, a “violência empregada para expulsar os posseiros” foi o principal motivo para que o sul e sudeste do Pará se transformassem, no início dos anos 1980, no “maior número de conflitos agrários e assassinatos de posseiros e suas lideranças sindicais” (PETIT, 2003, p. 206) em todo o Brasil. Os crimes da chamada “segunda guerra” continuariam impunes e quase esquecidos, não fosse a atuação de militantes das causas sociais, pesquisadores e principalmente da CPT. Desde 1975 mais de mil:

Trabalhadores foram assassinados (...) Lideranças sindicais, padres, freiras, advogados, todos os que se envolveram e apoiaram a luta camponesa foram perseguidos. Há apenas um mandante preso, o Bida, envolvido no assassinato da irmã Dorothy. Os outros estão soltos. Durante todo esse tempo e em função de todas essas mortes, aconteceram apenas nove julgamentos (PEIXOTO, 2011, p. 486).

Todos os casos aqui relatados dizem respeito a uma parte da luta pela terra na região sul e sudeste do Pará: a que envolve camponeses e Estado/empresários. A outra parte da luta, pela terra das várias comunidades indígenas, começa a ganhar maior impulso após a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA, na cidade de Marabá. O Pará é ainda hoje, palco de constante violência no meio rural.

88 Em dez horas de depoimento à Justiça Federal, Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió, revelou que matou dois prisioneiros da Guerrilha do Araguaia e ainda indicou onde estão enterrados os corpos dos militantes Antônio Theodoro Castro, codinome Raul, e Cilon Cunha Brun, codinome o Simão. Mais informações no link: <http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/politica/major-curi%C3%B3-confessa-mortes-%C3%A0-justi%C3%A7a-1.968616>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). In: LENA, Philippe e OLIVEIRA, Adélia Engrácia (org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

AMORIM, Carlos. **Araguaia: histórias de amor e de guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CORREA, Carlos Humberto P. **História oral: Teoria e Técnica**. Florianópolis. Ed. UFSC, 1978.

CUNHA, Paulo Ribeiro de. Entre a memória e a História. In: PRIORI, Ângelo (org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques (org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo:

Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 2002.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 0, n.3: Belém, 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos de Ditadura Civil-Militar Brasileira**. Revista de Pesquisa Histórica. n.31.2, Belém, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

PESSOA, Fábio. **Memória e narrativa em “Araguaia: campo sagrado”**. Anais da V Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste. Fortaleza, 2013.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 14ª edição, 1997.

ROUSSO, Henry. A história não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2001.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado – História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DOCUMENTÁRIO/FONTE ANALISADO:

ARAGUAIA, Campo Sagrado. Dir. Evandro Costa de Medeiros. Marabá, 2011. Disponível na rede mundial de computadores no sítio do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=e44hXBBaHrw>

